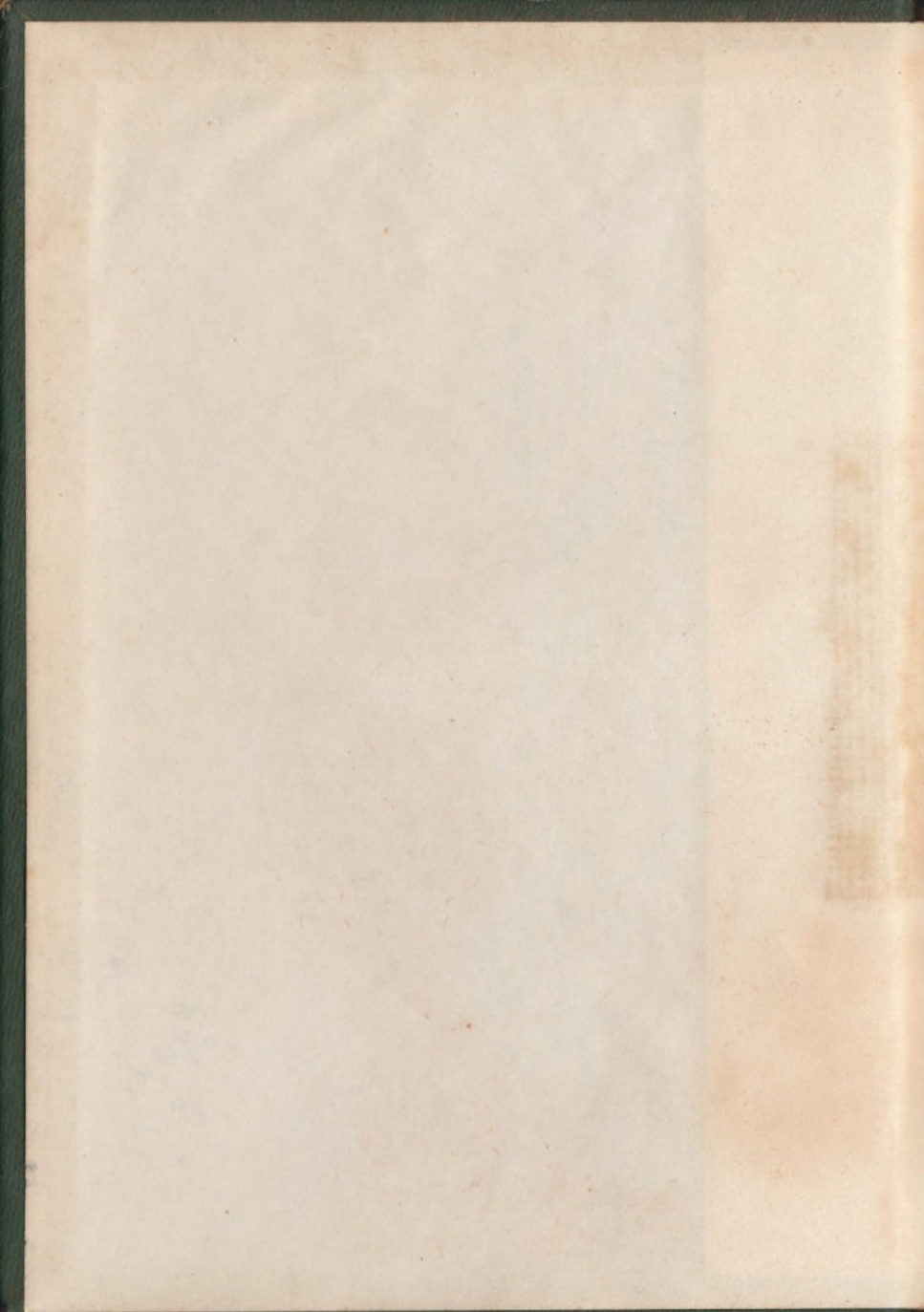
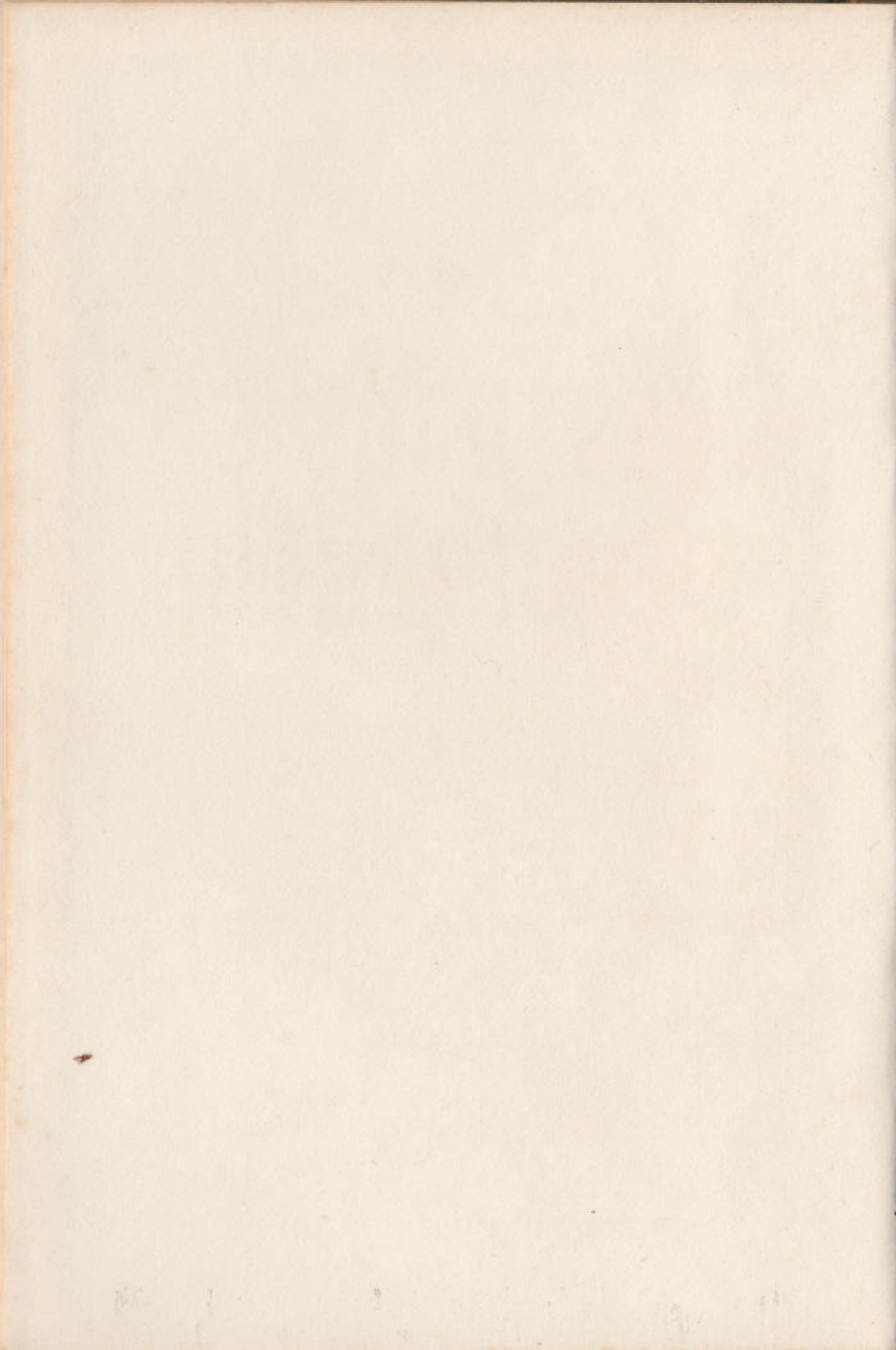
ENCICLOPÉDIA
DO
INTEGRALISMO
III

DIVERSOS
ESTUDOS
E
DEPOIMENTOS

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO

III

ESTUDOS E DEPOIMENTOS

TASSO DA SILVEIRA
AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR
FELIX CONTREIRAS RODRIGUES
ROCHA VAZ
JOÃO CARLOS FAIRBANKS
JAYME REGALO PEREIRA

LIVRARIA CLÁSSICA BRASILEIRA
Rua 1.º de Março, 147 - 2.º andar
— RIO DE JANEIRO —

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO

Volumes publicados :

I — *O Integralismo na Vida Brasileira*
Plínio Salgado

II — *Estudos e Depoimentos*
Belisário Penna
Lúcio José dos Santos
Alcebíades Delamare
Rodolpho Josetti
Victor Pujol e
Madeira de Freitas

INTRODUÇÃO AO TERCEIRO VOLUME
(com um retrospecto referente ao segundo)

Eis o terceiro volume da Enciclopédia do Integralismo, onde se acham reunidas colaborações de Tasso da Silveira, Felix Contreiras Rodrigues, Rocha Vaz, João Carlos Fairbanks, Augusto de Lima Júnior e Jayme Regalo Pereira, como representantes da geração que o Integralismo encontrou já plenamente lançados na vida cultural do País, e que, após estudos da doutrina lançada por Plínio Salgado no cenário da cultura brasileira, por livre e espontânea vontade a êle se uniram, na certeza de que a êste verbo estava destinado a indicação dos caminhos de verdadeira realização que o Brasil algum dia trilhará.

Na mesma fronteira lutaram, lado a lado, com um Belisário Penna, um Rodolpho Josetti, um Alcebíades Delamare, um Victor Pujol, um Madeira de Freitas, um Herbert Parentes Fortes, um Lúcio José dos Santos, um Prado Valadares, e tantos outros vultos eminentes cujos perfis estão gravados na vida do pensamento brasileiro, seja no campo da medicina, da arte, da literatura, da engenharia, da lingüística, seja no da filosofia, ou da sociologia. Que coorte de gigantes, os que já se foram desta vida e os que, dentro de um princípio de dignidade inabalável, se mantêm fiéis ao pensamento integralista, cuja pureza o tempo jamais tisnou!

A minha geração não conheceu o grande companheiro de Osvaldo Cruz, Belisário Penna, cuja capaci-

dade de trabalho assombra a quem procure vislumbrá-lo através de tôdas as suas campanhas sanitárias, que modificaram radicalmente o mapa da Pátria, ou através de seus livros (O Clamor da Verdade, Saneamento do Brasil, etc. . .) *verdadeiros libelos contra a permanente incúria nacional, além de sólido lastreamento científico; não conheceu Josetti, o grande Rodolpho Josetti, incentivador das artes, criador da famosa e internacionalmente conhecida Sociedade de Cultura Artística, talvez o maior intérprete e conhecedor de Beethoven no Brasil, — sôbre quem escreveu maravilhosas e inspiradas e pesquisadas páginas* (As nove sinfonias de Beethoven, 1945, Liv. Agir. ed.), *incansável incentivador da música de câmera (tendo escrito sôbre Boccherini belo ensaio de compreensão), promotor de concêrtos e conferências da Secretaria Nacional de Cultura Artística da Ação Integralista Brasileira, — que marcaram época no Teatro Municipal e na Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro —, sem dêle querermos olvidar a formidável comemoração do centenário de Carlos Gomes, levada a efeito na hora das matinas, em Campinas, iniciada pelos acordes da sinfonia d'O Guaraní, perante a multidão de milianos do Sigma que ali reverenciavam o gênio da música brasileira; não conheceu um Victor Pujol, lutador que jamais arrefeceu o entusiasmo da divulgação do pensamento integralista; não conheceu um Madeira de Freitas, vulto que também aguarda a palheta de um cinzelador para mostrar ao Brasil a sua figura, espírito inesquecível para os que com êle mantiveram contacto; não conheceu um Lúcio José dos Santos, mestre emérito da*

pedagogia e da religião, autor de trabalhos de envergadura, Filosofia, Pedagogia, Religião, *obra imensa e singular no ambiente cultural brasileiro, prefaciado por Affonso de E. Taunay, que diz: "De um homem a quem cabe, em sua totalidade, o conceito horaciano do "integer vitae", cuja mentalidade e cujo culto pelo trabalho aquinhoaram o patrimônio nacional de uma obra valiosíssima de didata e de técnico, de pensador e de moralista, de sociólogo e de historiador, de educador católico e de apaixonado brasileiro. . .*

Demonstra-nos o "curriculum vitae" de Lúcio José dos Santos quanto, acima de tudo, correram-lhe os dias empolgados pelo trabalho e a consciência do dever integral. Seu lema inflexível filia-se à tríade, grandiosa como nenhuma outra, do Deus, Pátria, Família" (edição da Comp. Melhoramentos, s/d, porém com imprimatur de 1936); Coração Eucarístico de Jesús, *Edições Melhoramentos, 1942); colaborador durante anos de revistas brasileiras e estrangeiras (no Brasil, entre outras,* Panorama e A Ordem); *não conheceu um Prado Valadares, cuja obra científica a Bahia reverencia como a de um dos seus grandes e eternos mestres. . .*

Muitos conheceram Alcebíades Delamare, aquêle homem vibrante que esquecia o coração descompassado para fazer com que a platéia que o escutava vibrasse de emoção quando alçava bem alto a bandeira da monarquia brasileira: historiador arguto, biógrafo de Colombo e silhuetista sutil das mulheres do Evangelho, era um homem — como os outros citados — que não se entibiava, nos lugares onde exercia a sua ação apostolar, ao procla-

mar a sua condição de Integralista, motivo pelo qual, como professor que era de economia política, causou celeuma profunda quando apresentou o programa de seu curso, todo êle baseado nos princípios que informavam e informam a reforma estatal programada pela ideologia integralista.

Outros conheceram Herbert Parentes Fortes, sôbre cuja figura é difícil falar. A sua presença ainda é muito viva para os que com êle conviveram, seja no auge da luta integralista, nos períodos cansativos das perseguições, ou no post-guerra, inamovível nos seus princípios, irredutível no seu lastro cultural, intangível nos seus sonhos...

Alguns dêstes vultos, que Deus já chamou a si, como que constatando terem êles cumprido as missões que lhes foram destinadas, ressurgiram para as novas gerações no II volume da Enciclopédia do Integralismo. Assim, as páginas de Belisário Penna, dirigidas ao diretor do "Correio da Manhã", reprochando-lhe a transformação da imprensa em arma de vilipêndio e calúnias, — parecendo até terem sido escritas no ano de 1958... ao lado de imorredouras e atualíssimas páginas de interpretação histórica e de exegese do Integralismo; Rodolpho Josetti, com páginas de verdadeiro esteta, está ao nosso lado, com a sua bela e vasta cabeleira, fisionomia sonhadora e atormentada, bem demonstrativa do anseio incontido que lhe ia n'alma, — o de poder, algum dia, ver realizada, em terras de Santa Cruz, a Civilização Integralista, essencialmente cristã e totalizadora de tôdas as perspectivas do homem na sua luta permanente para o

Alto. Política e Arte, para Josetti, eram manifestações diversas de uma única Realidade, a Realidade Total, que é Deus, que se projeta não só na edificação dos Homens como também na edificação das Pátrias e das Nacionalidades: Por isso viveu intensamente a sua vida, cheia de sonho, num descortínio de horizontes que o tornaram figura singular nos ambientes em que militava, numa total entrega de seu ser; Lúcio José dos Santos, filósofo eminente, compareceu com o sólido ensaio sôbre o Integralismo e o Corporativismo perante a Igreja Católica, além de ter transcrita a sua oração que, em nome das Côrtes do Sigma, pronunciou, indicando o nome de Plínio Salgado como o candidato oficial da Ação Integralista Brasileira na luta pela Presidência da República, que se daria no ano de 1937, caso não tivesse existido o 10 de novembro, dia que jogou por terra, como uma grande rasteira usada pelos capoeiristas, os sonhos da mais bela geração que o Brasil produzira, e que anulou, por muitos anos os sentimentos morais do povo brasileiro, fazendo surgir, em compensação, a mediocridade de uma pseudo-elite que hoje viceja frondosamente; Alcebíades Delamare teve a sua voz novamente ressoando ao ouvido dos que bem sabem escutar: o seu discurso pronunciado na Escola Nacional de Música nos dita sentenças de inesgotável sabedoria, que o sonho de uma Grande Nação fazia vir a tona, radicando no espírito dos que o ouviam — principalmente dos moços, a quem se dirigia — princípios de eternidade e de brasilidade pura; de Victor Pujol, um significativo capítulo do seu Rumo ao Sigma, *onde estuda o que virá a ser o Estado Integralista,*

*e de Madeira de Freitas inúmeros pequenos estudos, publicados n'*A Offensiva*, onde interpretava, com a finura que lhe era peculiar — assim dizem os que o conheceram — os fatos que se sucediam, todos vistos e enquadrados no pensamento que foi seu alimento até o último dia.*

Mas a geração a que pertenço conhece um Tasso da Silveira, mestre universitário de sucessivas gerações, o grande Poeta católico e integralista do Brasil contemporâneo, cuja linha de dignidade jamais foi interrompida pelas ambições ou pela covardia, — ou pela acomodação. Através de seus ensaios e romances, e principalmente através de uma vida inteiramente voltada para as coisas do Espírito, nos proporciona um testemunho de conseqüências ilimitadas, no mesquinho horizonte que hoje circunda o Brasil, a todos asfixiando e tornando medíocres e inescrupulosos na consecução de seus objetivos. Não obstante tudo isto, e sobretudo a despeito da capitulação dos que, por dever, não podem capitular, êle, — Tasso da Silveira —, crê no Brasil. E deposita confiança nos que surgem, cheios de fé e esperança.

O seu livro intitulado O Estado Corporativo *foi surpreendido pelo golpe de 10 de novembro de 1937. E evidentemente foi apreendido, com exceção de alguns exemplares que hoje circulam de mão em mão, sob os olhos ávidos de uma geração que anseia por uma modificação radical do panorama brasileiro. O que transcrevemos de Tasso da Silveira é da mais cristalina atualidade.*

Conhecemos também um Felix Contreiras Rodrigues, o homem que, em 1942, em sua tese de concurso

para a cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de Pôrto Alegre, não teve medo de proclamar, em alto e bom som, a salvação do Brasil pelo Integralismo. Dêle transcrevemos, neste III volume da Enciclopédia, só o capítulo que aborda a organização social integral, como também alguns outros ensaios que trazem para a superfície alguns dos problemas mais candentes e de mais urgência para uma tomada de rumos por parte dos que pretendem reformar o ambiente nacional.

De um Rocha Vaz, o capítulo que agora vamos tornar conhecido para as novas gerações, original pelo assunto que aborda e pelos caminhos que abre para a insatisfação dos môços de pesquisar e avançar, cada vez mais, nos mais diversos campos do conhecimento.

João Carlos Fairbanks, homem de cultura polimorfa, dono de forte espírito combativo, nos proporciona uma colaboração inédita (Porquê ingressei no Integralismo), e outros trabalhos, selecionados para despertar, junto a todos os que almejam alguma coisa de diferente para o Brasil, um espírito de polêmica e, ao mesmo tempo, de torná-los sedentos de indispensável iniciação científica.

O historiador de A Capitania das Minas Gerais, o esteta de O Aleijadinho e a arte colonial, o pesquisador do Caraça, Augusto de Lima Júnior, em bela síntese coteja o Integralismo com a Inconfidência Mineira. É uma valiosa e pouco conhecida colaboração.

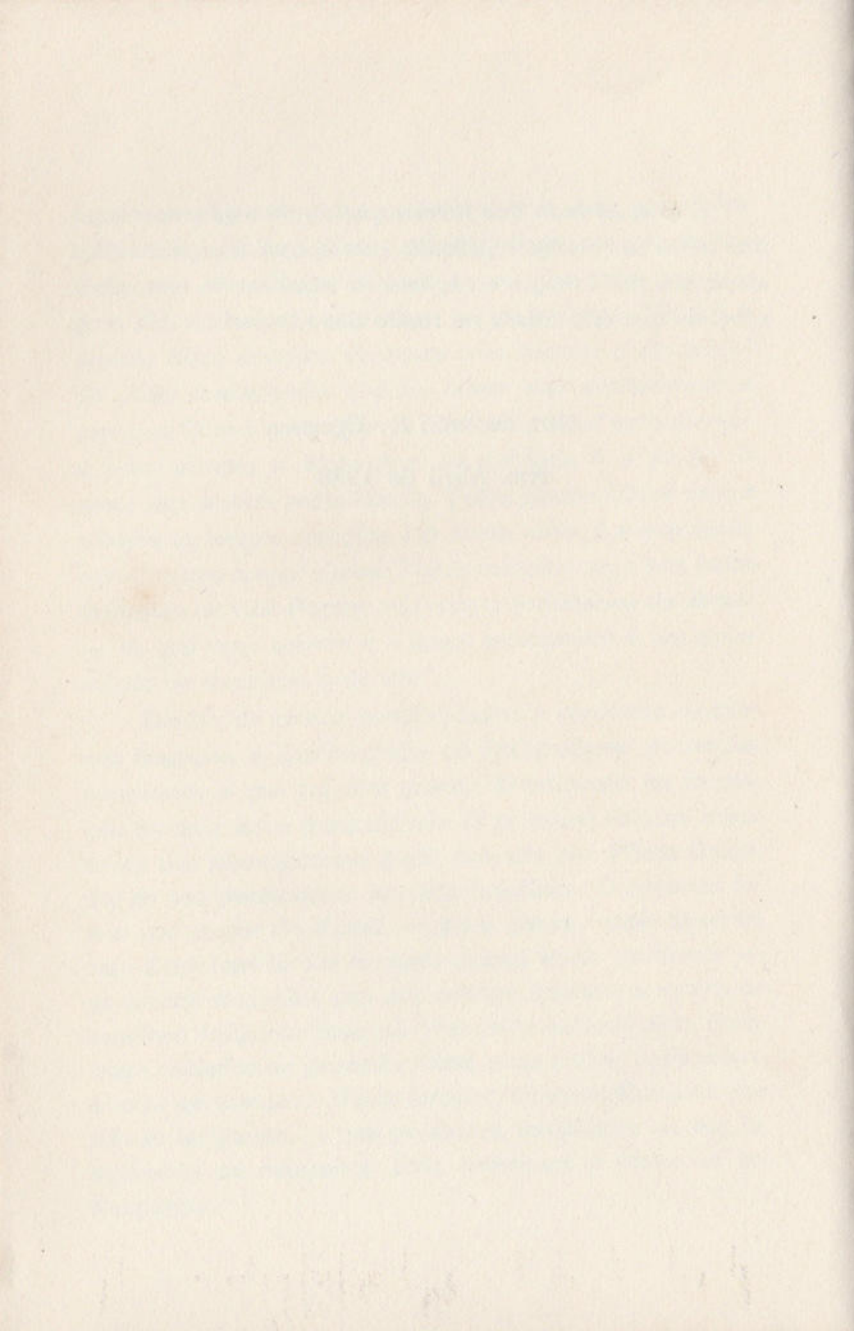
Por fim, encerrando êste III volume, ingressa na Enciclopédia o nome de Jayme Regalo Pereira, catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, encimando

inúmeras páginas onde, exaustivamente, são estudados o liberalismo, o socialismo e o Integralismo. As suas linhas finais não deverão jamais ser esquecidas pelos que, algum dia, sonharam em realizar o Integralismo: "Essa é a grande fôrça atrativa do nosso movimento: a sinceridade. Não conhecemos o ódio, como não conhecemos a mentira. Com o nosso grande Chefe Nacional aprendemos a falar sempre a linguagem da verdade e a pregar o amor aos nossos semelhantes. Pelos nossos lábios falam sempre os nossos corações e o nosso olhar é a expressão objetiva das nossas almas. Todos voltados para vós, todos cuidando de vós. Porque vós sois, ó proletários do Brasil — os que mais sofrem e o nosso movimento é um apostolado de sacrifício e de dor".

Dentro de nossas possibilidades, e conforme os planos traçados, a Enciclopédia do Integralismo prossegue mostrando o que foi êste grande Movimento na formação de uma nova mentalidade. O primeiro volume constituiu um planejamento geral, traçado por Plínio Salgado, do seu pensamento na vida brasileira. O segundo levou aos moços do Brasil, — para quem, inegàvelmente, esta Enciclopédia foi sonhada e está sendo realizada — os sonhos daqueles que até ontem, quando a morte os recolheu fatigados mas não vencidos na luta pelo Bem, eram soldados da primeira linha, onde o fôgo mais intensivo se apresentava. Neste terceiro, os incansáveis, os que não se fatigaram, os que persistem, invioláveis na sua fé, recôndita ou ostensiva. Êles resistiram a tôdas as intempéries.

É que, ao lado dos jovens que ainda sonham, o sônho dêles se retempere, idealizando epopéias capazes de atrair aos mais moços e capazes de atirá-los no cimo da rebelião que cria raízes no fundo das almas...

GUMERCINDO R. DOREA

Rio, Abril de 1958

TASSO DA SILVEIRA

LIMIAR

BRASILEIROS que, de boa fé, porventura ainda vos conservais, não só apenas fora das hostes integralistas, mas numa íntima indiferença, ou numa explícita hostilidade contra o Movimento do Sigma: — escutai-me!

Não é possível, brasileiros de boa fé, que continueis assim...

Não é possível que ao fundo de vossa inteligência não chegue, por fim, a pulsação tremenda do poderoso pensamento criador, que nasceu, não apenas da cabeça de um homem: — êste, o grande Chefe, foi simplesmente o condensador prodigioso — mas do fundo mesmo da ansiedade brasileira, das origens telúricas de nossa alma do povo, do substrato de nossos sonhos, desejos, inquietações coletivas!

Não é possível que não venhais a romper com o hábito de ceticismo e descrença que vos cega, e que vos conduz a apoiar-vos, por displiscência, a grupos políticos em cujas promessas não acreditais, mas a que aderis por vos parecerem menos perigosos.

Não é possível que não seja a substância de vossa sensibilidade tocada, enfim, pela angústia verde. Angústia, reparai bem! Angústia criadora e heróica, mas angústia...

Angústia, porque em face da vossa hostilidade ou da vossa indiferença, sente a alma integralista a ineficácia da mais profunda e ardente palavra de verdade, quando anteparos de impureza e preconceito se opõem a que essa palavra fecundamente se comunique à totalidade dos espíritos que ela desejaria salvar.

Angústia, porque na vossa boa fé desprevenida, aceitais, muitas vêzes, senão verdadeiras, pelo menos como verosímeis, as calúnias, infâmias e labeos de que, por tática estudadíssima, cobrem o Integralismo os inimigos, não pròpriamente da doutrina, mas do Brasil e dos seus formidáveis destinos.

Angústia, porque, por simples conveniências partidárias, ou por lamentável, surpreendente inconsciência, estão os eternos politiqueiros, que, com a vossa atitude, auxiliais, obscurecendo a visão nítida das coisas, escondendo os aspectos mais amargos da realidade presente, e permitindo, assim, que se processe a desagregação do Brasil.

Brasileiros que, de boa fé, ainda vos conservais à distância do Sígma: escutai!

Já vinte e sete integralistas pagaram com o sangue e a vida a audácia de sonhar um Brasil maior. Tem vinte e sete mártires a Idéia Verde, e terá, talvez dentro em pouco, cem, duzentos, quinhentos, se a insânia continuar lavrando. Terá quantos mártires se fizerem necessários para que no sangue inocente lave o Brasil a mancha dos seus

pecados. Há um milhão de integralistas prontos para o sacrifício pela Pátria. Para o redentor sacrifício pela Pátria.

Não é possível que não venhais a compreender o sentido dêsse fenômeno. Não é possível que vós, brasileiros de formação cristã, não vos deixeis impressionar pela transcedente realidade do martírio. Pela abnegação com que todos nós aceitamos o pensamento de morrer a qualquer instante para que vingue a Idéia, para que vença a Idéia, para que a Idéia seja a grandeza vindoura do Brasil!

Não é possível que vós, brasileiros de formação cristã, não vos deixeis impressionar pela obra de devotamento que nós, sob uma inspiração cristianíssima, vimos há quatro longos anos desdobrando através do Brasil inteiro. Nós já criamos mil e poucas escolas de primeiras letras por todo o território brasileiro, exclusivamente à custa de nossos recursos pessoais. Nós já criamos, de norte a sul do país, perto de três mil ambulatórios médicos, através dos quais fornecemos remédio e médico a dezenas de milhares de criaturas desvalidas. Nós já criamos numerosos lactários, restaurantes, campos de esportes e de educação física, bibliotecas, oficinas de costura, — destinados, sempre, a atender às necessidades mais prementes da massa humilde de que os partidos políticos só se lembram nas vésperas de eleições.

Nós ajudamos a dominar a intentona comunista de 1935, e tornamos difícil a atuação do Komintern no seio de nossas fôrças armadas, pela alegria com que receberam nossa palavra os nossos soldados e marujos, de alma accessível à verdade, pela pureza em que permanecem.

Não é possível, brasileiros de boa fé, que não venhais a impressionar-vos com tudo isso.

Nós não pregamos nenhuma vaga ideologia, nem vivemos a encher os ares de expressões vasias de conteudo. Elaboramos uma doutrina profundíssima, supremamente realista, no sentido de que está em perfeita adequação com a nossa realidade. Quem primeiro a propoz foi o grande Chefe, mas, após, recebeu ela a adesão de grandes poetas e pensadores patrícios, de insignes sociólogos e pedagogos, que vinham de há muito procurando a significação essencial do espírito da beleza, da Pátria, e que nessa doutrina encontraram a satisfação plena às suas ansiedades interiores. Quem primeiro a propoz foi o grande Chefe, mas, após, recebeu ela a adesão de milhares de trabalhadores humildes, que vinham de há muito vergando ao peso excessivo do sofrimento, e que nessa doutrina vislumbraram uma certeza de felicidade e de paz. Quem primeiro a propôs foi o grande Chefe. Êste, porém, não a fabricou artificiosamente de peças desencontradas. Não a construiu como um esquema inspirado de alheias realizações e inadaptável, portanto, à realidade bra-

sileira. Arancou-a da sua meditação, da enorme dôr, da sua intuição profundíssima, do conhecimento magistral da vida política dos povos e, sobretudo, dos dados essenciais do nosso próprio destino. Por isso, à análise lúcida dos críticos desprevenidos, apresenta-se hoje essa doutrina como nascida do fundo da ansiedade brasileira, das origens telúricas de nossa alma de povo, do substrato dos nossos sonhos, desejos, inquietações coletivas.

A respeito dessa doutrina, dizem infâmias sôbre infâmias os inimigos da Pátria. Ela, porém, brasileiros, não está escondida na cabeça do grande Chefe. Não existe apenas no coração dos integralistas. Tem sido largamente propagada pelo livro, pela tribuna, pela revista, pelo jornal, pela folha volante, pelo boletim, pelo cartaz.

Há mais de sessenta volumes doutrinários, de autores diversíssimos, que a põem ao alcance de tôdas as inteligências.

Há oito ou nove jornais diários, (1) de extensa circulação, em que sínteses sábias ou ligeiros apanhados dessa doutrina são continuamente oferecidos à compreensão geral. Em cada um dos nossos três mil e quinhentos núcleos da faixa litorânea, à beira dos grandes rios, — há sempre uma tribuna do alto da qual um orador de palavra simples e clara, duas, três vêzes por semana, quando não todos os

(1) Não esquecer que o A. pronuncia estas palavras se referindo ao ano de 1937. (Nota do Editor)

dias, ensina a doutrina integralista aos que desejem compreender melhor. A propaganda do pensamento do Sigma, brasileiro, é feita por cêrca de quinze mil oradores!

Não é possível que aos vossos ouvidos não venham a vibrar penetrante e agudamente tôdas estas verdades, brasileiros de boa fé que ainda vos mantendes afastados das fileiras integralistas.

Não é possível que continueis por muito tempo a pactuar com a injustiça.

Haveis de sufocar em vós o ceticismo e a descrença. Haveis de sentir, dentro em pouco, que a vossa atitude atual é um crime, um crime, contra à Pátria e contra o Espírito.

Não é possível que continueis nessa cegueira. Não é possível que continueis nessa surdez.

Não é possível, brasileiros!

II
O MOVIMENTO DO SIGMA

O Movimento do Sigma não nasceu do desespêro, como os movimentos que geraram o Estado novo europeu sob os seus vários aspectos. À entrada dêste capítulo sôbre a doutrina integralista, sinto-me instintivamente compelido a assentar essa afirmação. Mussolini, Dollfuss, Hitler, Carmona-Salazar surgiram no trágico momento em que a Itália, Áustria, a Alemanha e a pátria lusa imergiam no abismo da desagregação final. Com todos os seus gravíssimos problemas e tôdas as sinistras ameaças que sôbre o seu destino pairavam, o Brasil do após-guerra era ainda um país em que se respirava a pulmões plenos. Isto porque, do ponto de vista econômico, a sua vitalidade é surpreendente. E do ponto de vista humano, a sua mansuetude é infinita. Havia o drama vivo das populações sertanejas, abandonadas, ou pouco menos do que isto, à sua própria miséria física, moral e intelectual. Havia o drama acerbo das populações dos grandes centros de atividade, submetidas a um processo lento de proletização geral. E havia o trabalho surdo de erosão de tôda a vasta realidade brasileira por parte de secretas e desagregadoras energias, que misteriosamente consumiam os resultados do nosso esfôrço construtor. Mas, não obstante tudo isto, era sensível, no

país inteiro, a pulsação das fôrças de crescimento. Em vez de atirar-nos para a desesperança e o desalento, a catástrofe mundial como que nos foi acordando, aos poucos, para a consciência das nossas possibilidades formidáveis. Enquanto no Velho Mundo os povos se debatiam em transes de agonia, com a Exposição do Centenário da Independência, nós davamos, como que por instinto, um balanço completo à nossa capacidade de realização. E ensaiavamos um grande esfôrço de cultura, que resultou no período presente de multíplice atividade da inteligência.

Não foi, pois, do desespêro que nasceu o Movimento do Sigma. Foi de uma condensação subitânea da nossa vontade de vencer. Tanto assim que as suas orígens se confundem com as orígens do movimento de renovação estética, de tão profunda significação criadora, como mais tarde se verá, com que os artistas e pensadores da geração a que pertenço abriram perspectivas ilimitadas para o espírito do Brasil. Tanto assim, que foi da pena e dos lábios de um poeta que partiu a palavra transfigurada a que o Brasil deverá sua grandeza futura e que hoje ressoa como um grito novo da América em face da realidade universal.

Mas se o Brasil, apesar de tudo, crescia, e por essa forma se mostrava exuberante de fôrça, por que, para que, essa palavra de revolução de transformação, de integração? Porque havia um destino

de povo a realizar-se, destino que dados concretos, estatísticos, apresentavam como susceptível de uma efetivação maravilhosa, — e vinha sendo, no entanto, retardado, frustrado, negado, por obscuras contingências, extrínsecas à sua própria essência superior. Para que, num fundo impulso de ânimo heróico, nos libertássemos de peias seculares ou recentes, que nos prendiam músculos e membros, e nos afirmassemos perante o mundo como sentimos que podemos ser.

I

A FACE PROFUNDA DO MOVIMENTO MODERNISTA

No despertar da ansiedade nova de beleza que se expressou no chamado "movimento modernista" da literatura brasileira ao fim da segunda década do século, os primários nada mais viram do que um vão prurido de imitação de movimentos congêneres europeus. Os primários nunca perceberam que cada grande período de nossa história literária — Romantismo, Naturalismo, Simbolismo, — oriundo, embora por fôrça de leis universais do espírito, de impulsos iniciais vindos de fora, representam, para nós, algo de profundamente diferente dos períodos literários europeus do mesmo nome. Nunca se aperceberam de que nós não "refletimos" simplesmente, por que

não podemos simplesmente "refletir", em razão de não sermos simples superfície. Mas "refractamos" sempre, e com violência, por motivos de extrema densidade do nosso ambiente de alma.

Assim, o Romantismo, que foi na Europa afirmação do indivíduo e ruptura da hierarquia interior, com a superposição do sentimento à inteligência, constituiu no Brasil, embora conservando muito do seu caráter europeu, uma afirmação de nacionalidade. **Y-Juca Pirama** e os **Timbiras,** de Gonçalves Dias, são o anseio de heroicidade de um povo tentando ingenuamente explicitar-se por meio da ingênua alegria. Tôda a novelística de Alencar é uma tomada de posse da realidade física e espiritual brasileira, e nas páginas de **Iracema** — o nosso poema védico, se se pudesse dizer, — aparece como primeira tentativa de interpretação simbólica de nosso mistério racial. Os Naturalistas e Parnasianos foram filhos, sem dúvida, do espírito negativista e cético que caracterizou a geração européia de que provieram. Coube-lhes, no entanto, para além de tal sentido ideológico, entre nós, refundir o idioma e descobrir melhor a realidade aos nossos olhos, com o apuramento do nosso senso de observação. Os simbolistas vieram, inegàvelmente, marcados de muitas das taras lamentáveis que a obra de um Baudelaire, de um Rimbaud, de um Verlaine, na velha Europa registrou. Mas o que, sobretudo, a obra de um Cruz e Souza, de um Emiliano Perneta, de um Silveira

Neto, ficou significando, foi o retôrno de nossa inteligência à fonte da espiritualidade profunda, a procura do sentido de eternidade do espírito, — o despertar da ansiedade metafísica no Brasil (1). Os primários não reparam em que, com os poetas simbolistas, apareceram Farias Brito, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nestor Vitor...

Assim como não repararam em que o "movimento modernista" surgiu — não obstante o puro caráter estesíaco de alguns dos seus corifeus, e não obstante o ânimo destrutivo de alguns dos seus propugnadores — de funda fermentação de pensamento, não apenas estético, mas, principalmente, político, filosófico, religioso.

Teriam notado os primários, se lhes sobrasse capacidade para tal, que havia uma ligação subterrânea entre o apostolado pela "ordem", de Jackson de Figueiredo, (que acordou nossa inteligência, com a sua palavra, para o interêsse profundo pelo destino coletivo), e a procura do "pitoresco" e dos temas originalmente nossos, na poesia, e ainda o "Rappel a l'ordre" da campanha restauradora do chamado "grupo da Festa" (2). Que havia essa mesma ligação entre os "poemas continentais" de Ronald, ou o canto admirável de Murilo Araujo em **A Cidade de Ouro**, ou as estrofes raciais de **Martim Cererê**, e o fascínio que arrastou um Tristão de Atayde, por exemplo, com muitos outros de seus companheiros de luta, à renúncia de uma "filosofia"

própria, para se darem com fervor incontido e humildade perfeita, ao pensamento da Igreja.

Teriam notado, sobretudo, que na obra de Plínio Salgado havia, não uma dispersiva multiplicidade de direções, como pareceu de comêço, mas uma totalização de anseios, desejos e tendências, que forçosamente deveria corresponder — por ser uma totalização — a um qualquer sentido particular profundo.

II

O MANIFESTO DE OUTUBRO

Êste sentido que, para irromper, forçava os paredões da construção estética e filosófica que tôda uma geração mal consciente dos seus supremos motivos interiores, vinha erguendo, aflorou, por fim explicou-se, nos escritos políticos do "visionário" de **O Estrangeiro**. Escuso-me a historiar as diferentes tentativas de entrada em ação, pelo lutador solitário e incompreendido, durante os quatro ou cinco anos que precederam o hoje célebre "Manifesto de Outubro". Êste documento político, lançado em São Paulo no mês referido do ano de 1932, é, por um lado, a cristalização depurada de tôda a vasta experiência e meditação anteriores do fundador do Integralismo, e, por outro lado, pois que as suas fundamentais disposições são as que ainda neste instante dirigem o movimento na sua expansão prodigiosa, a

prova da estabilidade e da solidez do pensamento do Sigma.

Que dizia êsse manifesto? Que Deus é que dirige o destino dos povos. Que o homem só vale pela sua espiritualidade, pela sua capacidade de sacrifício, pelo seu poder criador. Que os homens e as classes podem viver em harmonia, desde que os conjugue uma suprema finalidade comum. Que a riqueza é um bem passageiro que a ninguém engrandece, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente se impõem, para com a sociedade e a pátria. Que a Nação brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, próspera e feliz, sendo mistér para isso abolir no seu seio os motivos de divisão, coordenando-lhe os homens em classes profissionais. Que uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do princípio de autoridade. Que o cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira é um mal de morte para a realidade que sonhamos. Que precisamos afirmar-nos como somos na essência de nós mesmos, procurando sublimar esta essência numa extrema tensão da inteligência e da vontade. Que o materialismo histórico é um êrro grande e uma mentira, e o seu trágico fruto, o extremismo soviético, uma negra ameaça contra nós. Que os partidos políticos, no Brasil, fazendo o jôgo do espírito naturalista-negativista,

por um lado, e dos consórcios financeiros por outro, são uma causa precípua de desagregação. Que são uma indignidade tôdas as conspirações, tôdas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições, porque quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas, e quem marcha em nome de idéias nítidas, definidas, não precisa de máscaras. Que a questão social deve ser resolvida com a cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. Que o direito de propriedade é fundamental, considerado no seu caráter natural e pessoal. Que o capitalismo atenta hoje contra êsse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal democrático. Que é mistér adotar novos processos reguladores da produção e do comércio. Que é preciso não destruir a pessoa humana, como o comunismo, nem oprimí-la, como a liberal-democracia, porém dignificá-la. Que o operário deve gosar do seu pleno direito de vida e de felicidade, por uma organização racional do trabalho, da produção e do consumo. Que a Família é a base, na Terra, das únicas venturas possíveis. Que o Homem e a sua família precederam o Estado e que o Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e a sua família. Que a liberdade moral da família é sustentáculo da liberdade e da fôrça do Estado. Que o Município, centro das famílias, é a cé-

lula da Nação. Que o homem e a mulher, como agentes de produção e de progresso, devem inscrever-se nas classes respectivas, afim de que sejam por estas amparadas, nas ocasiões de enfermidade e desemprêgo. Que os municipios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interêsses peculiares, mas diretamente ligado aos desígnios nacionais.

É nos têrmos abaixos que se desdobra o artigo final do "Manifesto":

"Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismo em luta pela hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismo; economia desorganizada; antagonismos entre militares e civis; antagonismos entre polícias estaduais e o Exército; entre o govêrno e o povo; entre o govêrno e os intelectuais; entre êstes e a massa popular. Pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivos, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação Organizada, com base nas suas classes produtoras, no município e na família. Pretendemos criar a suprema autoridade da Nação. Pretendemos mobilizar tôdas as capacidades técnicas, todos os cientistas, todos os artistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, para realizar a grandeza da Nação Brasileira. Pretendemos tomar como base o homem de nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica, econômica, na

sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a ciência e a moral. Dêsse elemento biológico e psicológico deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos. Como cúpula dêsse edifício, realizaremos a idéia absoluta, a síntese de nossa civilização: na filosofia, na metafísica, na literatura, na pintura, na escultura, na arquitetura, na música, como conclusão suprema do espírito nacional e humano. Pretendemos criar com os elementos racionais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos êrros da civilização capitalista e dos êrros da barbaria comunista. Criar numa única expressão o Estado Econômico, o Estado Financeiro, o Estado Representativo e o Estado Cultural. Pretendemos levantar as populações brasileiras, numa união sem precedentes, numa fôrça jamais atingida, numa esperança jamais imaginada. Pretendemos lançar as bases de um sistema educacional para garantir a subsistência da Nação no futuro. Pretendemos insuflar energia aos moços, arrancá-los da descrença, da apatia, do ceticismo, da tristeza em que vivem; ensinar-lhes a lição da coragem, incutindo-lhes a certeza do valor que cada um tem dentro de si, como filho do Brasil e da América Latina. Movimentar as massas populares numa grande afirmação de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da Pátria. Erguê-la da

sua depressão, do seu desalento, da sua amargura, para que ela caminhe, dando começo à Nova Civilização, que pela nossa fôrça, pela nossa audácia, pela nossa fé, faremos partir do Brasil, incendiar a América Latina e influir mesmo no Mundo. Para isso, combateremos os irônicos, os "blasés", os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descançar um instante, enquanto não morrermos ou vencermos, porque conosco morrerá ou vencerá uma pátria.

Êsses são os rumos da nossa marcha".

III

ESTRATEGIA

O manifesto de Outubro de 32 foi seguido de outros documentos de sentido relevante, notadamente do Manifesto Programa, do ano de 1936, com que os Camisas-Verdes disputarão a Presidência da República nas próximas eleições presidenciais, e de uma série enorme de livros doutrinários, da autoria de Plínio Salgado e outros vultos do Movimento, — nos quais êsse documento inaugural é longamente explicitado e desenvolvido até as suas últimas conseqüências.

No entanto, sob forma esquemática embora, nêle se contém a totalidade da doutrina. Não se faria mistér explicá-lo, explicitá-lo, desenvolvê-lo, se

tôdas as inteligências no Brasil houvessem atingido um nível razoável de cultura histórica, filosófica e política. Estudando-o em face, por exemplo, da "Carta das Liberdades de Carnaro", do "Programa dos Fasci di Combatimento" e do "Statuto per il Partido Nazionale Fascista da Itália", do "Programa político e econômico do Partido Nacional-Socialista do operário alemão", dos discursos fundamentais de Salazar, — verifico que os seus conceitos se integram de maneira mais perfeita num corpo total de doutrina do que a dêstes outros documentos igualmente inaugurais, e que uma logicidade mais profunda e mais íntima presidiu à sua coordenação.

Apenas, êles aparecem, no "Manifesto", em condensadíssimas sínteses, obra, que são, de um poeta acostumado às fusões extremas de expressão, e a inteligência desatenta ao sentido certo dos vocábulos e desprovida de amplos recursos culturais ou, ainda, obscurecida pelo preconceito, haveria, sem dúvida, de passar por êles sem perceber-lhes a profundidade.

Algo de semelhante acontece, ainda em mais alta escala, com os grandes documentos pontifícios modernos a respeito do problema social. As encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragésimo ano", respectivamente de Leão XIII e Pio XI, contém tôda uma vasta substância de sabedoria divina e humana com relação ao destino dos homens no planeta. Só, no entanto, a exegese apurada de dezenas de pen-

sadores e a explicitação que lhe deram os fatos históricos posteriores nos abriram, de par em par, como portas de um palácio surpreendente, os sentidos multíplices que nelas se contém.

Ouvi comentários de pessoas de aguda inteligência, mas tomadas de prejuizos invencíveis, ou de deficiente cultura histórica, ao Manifesto inicial do Integralismo: e de uma vez por tôdas me convenci da necessidade, para os doutrinadores do Sigma, de pôrem ômbros à tarefa de ensinar a imensa lição desde o abc, afim de possibilitar a muita gente a lúcida compreensão do documento.

Antes, porém, de dar início à tarefa, premeditadamente relembro a circunstância que acentuei nas linhas iniciais desta página introdutória: o Movimento do Sigma não nasceu do desespêro, mas de uma condensação subitânea da nossa vontade de vencer. Isto é, da nossa determinação de realizar em plenitude o surpreendente destino que nos foi reservado. À primeira vista, pode parecer gratuita esta insistência. Mas é que muito nos importa afirmar o caráter de fôrça nascida das profundidades do espírito, do Movimento Integralista. Ninguém terá direito de ver nêle uma pura reação de instinto vital, em face de esmagadoras energias adversas. Porque êle representa uma construção livremente ideada pela inteligência, quando esta podia ainda dispôr de si mesma inteiramente, e nenhuma poderosa pressão lhe imprimia o rumo que tomou. De

todos os movimentos políticos de reação construtiva no planeta, o Integralismo ficará pela circunstância referida, e pelo seu triunfo completo, como a que mais claramente expressa o poder da idéia na dialética da história, em formal desmentido à doutrina marxista.

---

(1) Esta exegese "em profundidade" dos nossos períodos literários no presente livro, apenas indicada em traços esquemáticos, vem longamente desenvolvida na próxima publicação, *"História da Literatura Brasileira"*, de minha autoria. Para tal obra remeto o leitor curioso de penetrar melhor meu pensamento a respeito do assunto. E faço a advertência contida nesta nota para evitar malentendidos possíveis.

(2) Veja-se, a êste propósito, meu livro *Definição do Modernismo Brasileiro*.

III

O PENSAMENTO INTEGRALISTA

I

Concepção do mundo

O pensamento do Sigma parte de uma concepção totalitária do mundo. "Deus dirige o destino dos povos" é a primeira afirmação do manifesto de Outubro. "O Integralismo, compreendendo o mundo de um modo total, aceita a idéia de Deus e do Espírito e pretende construir a sociedade, segundo o sentido de sua essência espiritual e material e de acôrdo com as leis de seus movimentos", — são palavras do artigo 1.º do Manual do Integralista, do próprio punho do Condutor admirável. Por isto, no livro **O que é o Integralismo,** também de sua lavra, Plínio Salgado começa por indagar: qual o destino do homem e da sociedade?

"Durante tôda a marcha da Humanidade, — esclarece êle, e sirvo-me de sua própria exposição para não parecer que modifico ou acrescento — dois conceitos de vida e de finalidade se revesaram, ou se antepuseram, ou se conciliaram, de um ponto de vista formal, para de novo se separarem nessa outra luta do Espírito, que acompanhou paralelamente o combate econômico.

Um dêsses conceitos de vida é o materialismo, isto é, o que encara a vida humana como um fenômeno que começa e que termina sôbre a Terra. Para os que adotam êsse conceito, não existe Deus, não existe a Alma, e, como conseqüência natural, tudo o que se relaciona com essas duas idéias puramente espirituais, como seja: a dignidade do ser humano, que se torna insubsistente por falta de base; a concepção moral, que se torna inexplicável e perfeitamente inútil; a idéia da Pátria, que não passa, então, de simples convencionalismo; a idéia estética, isto é, da Beleza, que sendo uma disciplina dos sentidos, segundo aspirações transcendentais, perde seus pontos de referência; o amor da família e do próximo, que já não se explicam uma vez que se tem de adotar um critério de felicidade pessoal egoística, sem incômodos nem compromissos; e, finalmente, o sentimento de disciplina consciente, que será substituido pela disciplina mantida pela violência dos mais felizes nos golpes aventurosos.

O outro conceito é o espiritualista, isto é, o que considera a vida humana como um fenômeno transitório, condicionando uma aspiração eterna, superior. Para os que adotam êsse conceito, existe Deus, existe a Alma, e como conseqüência natural, tudo o que se relaciona com essas duas idéias. O ser-humano tem a sua dignidade, porque se torna superior às contingências materiais, ultrapassando os limites

da luta biológica e a esta impondo um rítmo próprio; a concepção moral torna-se um imperativo perfeitamente definido e compreensível; a Pátria deixa de ser uma convenção, para ser uma realidade moral, ligada à realidade da família e à tradição do povo; a estética, isto é, a idéia da beleza, torna-se preciso, jamais descambando para as aberrações, que traduzem quase sempre confusão dos instintos ou perversões sexuais ou da sensibilidade; o amor da família e do próximo determina a abnegação e o sacrifício, glorificando o Homem pela libertação do egoismo; e finalmente a disciplina terá uma origem interior, criando a harmonia dos movimentos sociais, com finalidade suprema" (1).

O esquema é admirável exatamente pela sua extrema simplicidade e lucidez: o livro, aliás, destina-se às massas populares. Seria fácil, mas inútil para os meus intuitos, longamente desdobrá-lo em linguagem conceitual, **ad usum** das inteligências mais complicadas e difíceis. Em todo caso, faz-se mistér acentuar que a concepção do mundo e do destino no pensamento integralista, segundo as grandes diretrizes traçadas pela pena do seu criador e supremo chefe, não se restringe ao vago espiritualismo que das páginas acima citadas parece resaltar. São numerosos os textos de Plínio Salgado na vasta série de volumes que vem ininterruptamente

publicando, que direta ou indiretamente definem como criador e transcendente o "Deus que governa o destino dos homens". O que, sem dúvida, bastaria para resguardar-lhe o pensamento de qualquer prurido de interpretação individualista do sentido religioso da existência. Mas o pensamento do Sigma é mais do que simplesmente espiritualista-transcendentalista. É definitivamente cristão. É pela restauração da pátria em Cristo que, antes de tudo mais, se bate o Integralismo. Ninguém, de boa-fé, poderia pô-lo em dúvida, em face de palavras como estas, da comovente "oração de Natal da Pátria — criança", dirigidas a Jesus: "... E é por isto que neste Brasil, no teu Brasil, já se sente o hálito môrno dos conflitos do mundo. Já se vive aqui numa anarquia, numa desordem, que são geradas no orgulho, na ambição, porque aqui também se esqueceram de ti, Senhor.

Na hora em que sonhamos criar uma Nação, isenta dos males e dos crimes do materialismo do século, nós, os que sofremos as torturas dessas inquietações fecundas, escutamos também o rumor surdo das conspirações dos ambiciosos, o trabalho ardiloso dos que querem varrer, de uma vez para sempre, da lembrança do povo brasileiro, os últimos vestígios da tua luz (2).

II

O HOMEM

No seio da doutrina integralista não se confundem nunca os conceitos de pessoas e indivíduos. E é notável que isto aconteça. A confusão perigosíssima, e tão fecunda nos mais graves êrros, é fàcilmente assinalável mesmo nos escritos de prestigiosos doutrinadores do Estado novo europeu. Em verdade, podemos afirmar que, no velho mundo, só os construtores do novo Estado austríaco, pela nitidez das suas diretivas filosófico-religiosas, estavam em condições de perceber a diferença essencial que separa os dois conceitos, e o supremo interêsse que há, para o estadista como para o filósofo, em manter a distinção.

Max Lamberty enxerga, de certo ponto de vista, não apenas no socialismo e no comunismo, mas também no fascismo e no hitlerismo, como no liberalismo que os precedeu, derivações sutis das correntes profundas da filosofia moderna, caracterizada por um radical particularismo.

"Não tomaram tôdas estas doutrinas — pergunta êle — como ponto de partida e como fim último, quer o indivíduo, quer a classe social, quer o Estado, quer a Nação, quer a raça?

Não destacaram todos um fragmento do universo, que em seguida acharam interessante por si

mesmo e do qual, finalmente, fizeram o eixo e a base da sua concepção do mundo?

Não tomaram uma parte do universo pelo todo, dividindo-o?

Uma parte do universo? Digamos, antes, uma parte da natureza. Porque esta parte do universo que elas tomam como ponto de partida ou como fim é sempre uma parte da natureza concreta. Eis ainda aí um índice de parentesco com a filosofia moderna e o culto da natureza que ela instaurou desde o princípio" (3).

Êste texto precioso do pensador flamengo põe-nos na pista de verdade essenciais para o momento. Antes de tudo, esclarece-nos sôbre a radical diversidade que existe entre fascismo e nazismo, de um lado, e Integralismo do outro. De qualquer maneira, o movimento de Mussolini, com o seu característico cezarismo, e o movimento de Hitler, com o seu racismo radical, são expressões de uma visão particularista do mundo: são filhos, ainda, do negativismo moderno. Não vai nesta análise nenhum desconhecimento da grandeza interior verdadeira que anima os dois grandes movimentos, nem do serviço inolvidável que lhes ficou devendo a humanidade: na parte terceira do presente volume claramente os defini como providenciais movimentos de salvação, pelo menos no instante agudo da crise desagrega-

dora. Mas é necessário acentuar-se aquela diversidade, dada a insistência com que os gratuitos do Sigma acusam de totalitarismo estatal a doutrina integralista.

Ora, justamente por serem ainda, no fundo, como o adverte Lamberty, derivações últimas do espírito que criou, alimentou e animou a liberal-democracia, — do espírito naturalista, particularista, — é que o fascismo e o nazismo, assim como o comunismo, não sabem distinguir individualidade de personalidade. E, vendo no homem apenas o indivíduo, desprendido de sua significação transcendente, que é o que constitui a personalidade, reduzem-no a uma unidade de significação nula em face da totalidade estadual ou racial, como a liberal democracia, com o seu conceito do homem-cívico, o havia nulificado em face da chamada "expressão da soberania nacional".

A "concepção totalitária do mundo", fundamento da doutrina integralista, constitui exatamente o polo oposto de todos êsses particularismos lamentáveis.

Quem diz "concepção totalitária do mundo" diz, a um só tempo, combate à idéia do "Estado totalitário". E combate a qualquer pensamento de preeminência racial, no sentido em que a proclama o nazismo. E ainda combate a qualquer fragmentação de sentido da realidade humana, como a realizaram sempre todos os movimentos negativistas da

história, — como a encontramos no homem-cívico da liberal-democracia e no homem econômico do marxismo.

O homem total, o que em verdade existe, é uma realidade, a um só tempo, material, intelectual, moral e transcendente. Não pode, sem êrro grave e de gravíssimas conseqüências, ser considerado fóra do seu destino de eternidade, desligado do pensamento do Deus criador e ordenador.

Como indivíduo, o homem é pura divisão da matéria, e obedece ao tropismo do não-ser. Por isto, conduz o individualismo a tôdas as dolorosas desagregações. Como pessoa porém, é, na Terra, um centro de ordenação de atividades e energias tendentes, por sua vez, a ordená-lo com relação às realidades que trancendem o destino terreno. Como pessoa, deixa de ser a mônada fechada, a que atribui o individualismo todos os direitos, mas que o Estado totalitário, o Estado racista, o Estado comunista pretendem aproveitar como passivo e inerte material de construção, — para tornar-se a realidade intangível, portadora da alma imortal, a que o Deus criador e ordenador atribuiu um destino de deificação, mas a que, por isto mesmo, sujeitou aos condicionamentos e hierarquias determinados pela sua sabedoria infinita, — quer dizer: absolutamente necessárias.

O Estado Integral — tão diverso, como fàcilmente se percebe agora, do Estado totalitário, —

só pode considerar o homem dêsse ponto de vista. Para o Estado Integral, é o homem total que existe.

III

A FAMÍLIA

O mais próximo dos condicionamentos necessários à realização do homem total é a família. Disse "condicionamentos". Porque o "princípio" essencial dessa realização é o próprio Deus criador e ordenador.

O puro encontro dos sexos, quando fecundo, o que produz é o indivíduo. A família é que constitui o ambiente afetivo e moral indispensável à formação da personalidade. Recebendo em seu seio o ser novo que vem, é a família que, primeiro, estabelece a ligação dêsse novo ser com a sua destinação maravilhosa. O simples jôgo da matéria, do apetite sexual, não bastaria a atender nem às mais incoercíveis necessidades do mundo animal, que são a conservação do indivíduo e a propagação da espécie. O ser novo depende, para crescer e florescer, do espírito de amor e sacrifício que, ao seu advento, desperta na alma dos que o geraram. E os que o geraram só nesse espírito de sacrifício e de amor encontram a completação verdadeira de sua realidade interior e social, que se ilumina, então, de um sentido inesperado.

Quando, arrancado às raizes de sua espiritualidade profunda, o homem se reclui no egoismo individual, o próprio encontro dos sexos se torna materialmente infecundo, mesmo quando, por outras conveniências, a família aparentemente persiste. As práticas anti-concepcionistas são fàcilmente accessíveis às inteligências mais humildes. Daí o trágico fenômeno do despovoamento, que ameaça o futuro de grandes povos modernos, e contra o qual, inùtilmente, pretende reagir os governos respectivos por meio de providência de natureza jurídica.

A família, por isto, se reveste, para os que lhe penetram a inteira significação, de um caráter sagrado.

"O Homem, no individualismo, hipertrofia-se. Êle parte de Rousseau e vai a Nietzche.

O Homem, no coletivismo, anula-se. Depois de crescer nas democracias, vai terminar atrofiado, liquidado em Marx.

O Homem, no estatismo racista ou imperialista, estandardiza-se, uniformiza-se nos movimentos de um todo que é a finalidade inumana do Estado.

Mas o Homem, no Integralismo, não é o gigante, nem o pigmeu, nem o autômato: é simplesmente o homem".

Por que? Porque a doutrina considera na sua totalidade de sentido a instituição da Família.

"A Família é que dá ao homem o senso das proporções exatas. É ela que lhe imprime o sentido pro-

fundo de humanidade. É em razão dela que o Estado não absorve o indivíduo, nem o indivíduo absorve o Estado; que o interêsse coletivo não atenta contra o interêsse individual, nem o interêsse individual se sobrepõe ao interêsse coletivo".

As civilizações que desconheceram ou amesquinharam o sentido total da Família, encontram nesse fato a razão precípua do seu deperecimento.

Tal aconteceu com as civilizações da antiguidade, levadas à desagregação moral, política, econômica e social pela depreciação da idéia de família, que o totalitarismo estatal antigo provocou.

Realidade suprema e intangível, o Estado pagão reduzia, não apenas o homem, mas também a Família, a simples elemento de sua grandeza absorvente, tirando-lhes a ambos qualquer significação de autonomia em face dos destinos universais.

"Em tôda a Antiguidade, — escreve A. M. Weiss, — não existiu a personalidade livre, no sentido em que nós, cristãos, entendemos o vocábulo".

"O homem não conhecia a sua própria fôrça. Bem mais, não a presentia. A importância de cada um como pessoa privada, a idéia de que o todo se compunha de indivíduos, e de membros isolados subordinados, que todos tinham antes do mais deveres a cumprir em sua esféra respectiva, e segundo o lugar que ocupavam, e em seguida deveres com relação à totalidade; em síntese: o que hoje chamamos concepção orgânica da humanidade, desde que São

Paulo no-la ensinou, tudo isto, salvo raríssimas exceções, era completamente estranho ao paganismo. (...) Estava nisto precisamente uma das causas principais do malestar que irrompia de todos os lados na vida dos Antigos, e que a convulsionava completamente. O que devia formar o vértice da pirâmide era-lhe dado como base. Êis porque a sociedade não poude jamais desenvolver-se: o Estado absorvia tudo em si mesmo. Eis porque o matrimônio permanecia em situação lamentável: o Estado oprimia a família, em lugar de organizar fortemente a vida doméstica para fazer dela um apôio..."

Conseqüência de tal inversão da ordem natural das coisas foi o desprestígio de cada vez mais profundo, na antigüidade helênica, como na romana, ou na germânica, do a que chamei o sentido da família, o que resultou no afrouxamento dos laços familiares e morais, na licenciosidade exacerbada dos homens, na escravização da mulher, primeiro, e, mais tarde, na sua gradativa "libertação" dos sagrados deveres matrimoniais, e, por fim, na propagação dos vícios contra a natureza como instituição verdadeiramente nacional que foram em Grécia e Roma.

Chegados a êste ponto, estavam, respectivamente a seu tempo, os gregos, preparados para a conquista romana, e os romanos preparados para a dissolução do Império sob a enorme onda bárbara.

Os elementos em decomposição do paganismo antigo foram refundidos na Idade Média ao calor do pensamento cristão, que definiu a pessoa humana como realidade do sentido transcedente, por ser portadora de uma alma imperecível, e por essa mesma via restituiu a dignidade à família, — ambiente necessário para a formação e manifestação em plenitude do ser humano com o seu destino de eternidade.

Elevado à culminância de sua integral significação na Terra, o homem, por fôrça do seu pendor para o pecado, haveria de avançar, nessa afirmação glorificadora, para além dos limites da pura sabedoria, pondo em jôgo a energia da negação do seu próprio orgulho. Foi o que sucedeu no período final da Meia Idade, do qual surdiu aos poucos o espírito renascentista, que consistiu pròpriamente numa soberba auto-afirmação do homem como senhor dos seus próprios destinos. Essa auto-afirmação continha, em germe pelo menos, o mais extremado naturalismo, isto é, a negação de Deus e do sentido transcendente da existência. A dialética interior dessa visão do mundo se desdobrou longamente através da história moderna, produzindo a confusão da pessoa humana com o indivíduo. De sorte que acabaram sendo atribuidos a êste os direitos sagrados que só ao homem total cabiam.

Sabemos o que daí se originou: o individualismo liberalista, que escravizou o indivíduo e virtual-

mente negou a família; e o coletivismo marxista, que nega o próprio indivíduo, transformando-o num retôrno agravado ao paganismo, em peça inerte da grande máquina inumana, ou, como vemos na Rússia atual, tràgicamente desumana. Tanto é certo que Deus é o supremo interêsse do homem.

Por tudo isto, a doutrina integralista reafirma, em plenitude de consciência, o sentido total da instituição da família. "O Integralismo pode ser considerado a revolução da família", disse uma vez o Chefe insígne. O mais próximo dos elos que prendem o homem ao seu destino integral devia ser, em verdade, o primeiro a merecer a atenção do restaurador dos sentidos perdidos.

Jesus indicou tal necessidade com o fato de ter operado o seu primeiro milagre público por ocasião de uma cerimônia nupcial; para glorificar a família, nas Bodas de Caná...

IV

O TRABALHO

Ao primeiro movimento de transposição do círculo fechado da família paterna, cada homem pisa em cheio o terreno do seu particular destino econômico. Pisa-o, sem desprender-se do plasma familial; pelo contrário: fazendo-se um núcleo de reprodução, por sisciparidade, dêsse plasma, pela constituição da

mente negou a família; e o coletivismo marxista, que nega o próprio indivíduo, transformando-o num retôrno agravado ao paganismo, em peça inerte da grande máquina inumana, ou, como vemos na Rússia atual, tràgicamente desumana. Tanto é certo que Deus é o supremo interêsse do homem.

Por tudo isto, a doutrina integralista reafirma, em plenitude de consciência, o sentido total da instituição da família. "O Integralismo pode ser considerado a revolução da família", disse uma vez o Chefe insígne. O mais próximo dos elos que prendem o homem ao seu destino integral devia ser, em verdade, o primeiro a merecer a atenção do restaurador dos sentidos perdidos.

Jesus indicou tal necessidade com o fato de ter operado o seu primeiro milagre público por ocasião de uma cerimônia nupcial; para glorificar a família, nas Bodas de Caná...

IV

O TRABALHO

Ao primeiro movimento de transposição do círculo fechado da família paterna, cada homem pisa em cheio o terreno do seu particular destino econômico. Pisa-o, sem desprender-se do plasma familial; pelo contrário: fazendo-se um núcleo de reprodução, por sisciparidade, dêsse plasma, pela constituição da

é que, normalmente, consagra o melhor tempo de sua vida" (4).

No ambiente da liberal-democracia perdeu-se por inteiro o senso desta realidade, a qual constitui, no entanto, o eixo central de ordenação da vida econômica e social dos povos.

Intimamente identificado à sua profissão, o homem se prende, por isto mesmo, por laços fortes de interdependência, a todos os que com êle labutam no mesmo setor de atividade. Antes de tudo, tarefas idênticas ou afins criam uma mentalidade comum, que transforma numa espécie de família maior o grupo profissional e favorece o ânimo de cordialidade e afetividade tão necessário aos entendimentos fecundos. Em segundo lugar, só no seio do grupo profissional se verifica perfeita comunidade de interêsses, exclusão feita dos antagonismos artificialmente criados pelo liberalismo entre dirigentes e dirigidos, e que a organização da economia eliminará por inteiro.

"Os indivíduos que exercem uma mesma profissão, patrões e operários, estão, por natureza, num estado de mútua dependência. Há entre todos êles uma solidariedade proveniente de sua comunhão de interêsses. As condições de prosperidade do ofício são as mesmas para todos. Os atos de uns têm re-

percusão sôbre a situação dos outros. O operário que aceita um salário inferior à taxa média prejudica os outros operários com o abaixar o nível do salário. O comerciante desleal que engana seus clientes na quantidade da mercadoria vendida, lança o descrédito sôbre tôda a profissão. Os produtores e trabalhadores de um mesmo estado constituem, pois, uma verdadeira sociedade, são membros de um corpo cuja existência é tão incontestável quanto a da família ou da comuna. Para evitar que a ação individual prejudique o interêsse corporativo, é preciso que o corpo profissional esteja organisado, quer dizer, provido de orgãos que disponham de autoridade sôbre todos os membros da profissão, afim de impôr-lhes uma disciplina e exercer sôbre a sua atividade um contrôle" (5).

Ora, o que mais profundamente caracteriza o liberalismo é ter êle negado êste círculo necessário de relações — o da comunidade profissional, — estabelecendo, em face do Estado inerme, a infinita atomização da sociedade e a luta impiedosa dos indivíduos entre si, — com o que produziu a escravização do indivíduo e sujeitou a família às mais tristes condições de existência.

Êste é mesmo o ponto nevrálgico do antagonismo entre a liberal democracia e a concepção corporativa do Estado. Aquela, na sua vertigem alucina-

tória em tôrno da idéia de liberdade, desconheceu um nexo indispensável da grande cadeia hierárquica que liga o ser humano aos seus destinos totais. O corporativismo, consultando outra vez a realidade infrangível, pretende restabelecer a ordenação orgânica que a convulsão de 79 aboliu para o maior sofrimento das grandes massas humildes.

O. P. Pascoal considera o regime corporativo, entendido em seu sentido largo e elevado, como o regime natural da Sociedade Humana. "Há sôbre a Sociedade, diz êle, duas concepções absolutamente diferentes. A primeira, a que chamarei materialista e mecânica. A segunda, viva e orgânica. Para os sustentadores do primeiro sistema, a Sociedade é uma aglomeração de átomos individuais, mais ou menos engenhosamente arranjados pela mão de ferro do Estado, um mecanismo de roldanas que se engrenam umas nas outras, e que obedecem à impulsão de um motor central.

Para os outros, a Sociedade é um conjunto de grupos vivos, luminosamente coordenados em vista de um fim geral, tendo cada um a sua função própria e sua autonomia relativa.

Olhemos, não para abstrações vasias de realidade dentro de nós, mas para as próprias coisas à nossa frente, tais como elas se desenvolvem no curso da história, e veremos que uma sociedade é um

imenso organismo corporativo, a partir dessa primeira corporação natural e necessária que é a família, até a grande corporação, o Estado, passando por essas corporações intermediárias, filhas da primeira, orígem da última: as comunas, as províncias, sem esquecer as associações profissionais, que agrupam os homens votados às mesmas ocupações e tendo, por conseqüência, os mesmos interêsses".

Embora, como se sabe de sua doutrinação corporativa, a tenha bem presente ao espírito, no fragmento citado, O. P. de Pascoal não acentua expressamente esta nota essencialíssima, que, no entanto, deve mais do que tudo prender nossa atenção neste momento: é que, na esfera, pròpriamente, do trabalho, da produção, da economia, foi que mais violentamente se manifestou, na liberal-democracia, a ruptura com a natureza profunda das coisas e com a velhíssima tradição histórica: foi, sobretudo, no terreno da profissão que se negou a concepção corporativa, que hoje readquire prestígio glorioso, em face da tumultuária desagregação a que conduziram o mundo as concepções liberalistas.

Eis como se justifica em plenitude o princípio corporativista incluido como uma das vigas mestras da Doutrina do Sigma.

Os que combatem o Movimento, nem sabem direito o que quer dizer liberalismo: supõem que se

trata de um cômodo **modus vivendi** pessoal, de que fruem por ocuparem situações vantajosas, e que vêm ameaçado pelos doutrinadores de uma nova ordem econômica e social; nem suspeitam o que seja corporatismo: confundem-o com ditadura política, destinada a conferir preeminência a um partido constituido de vagos sonhadores ambiciosos.

Estão longe de perceber que o liberalismo importa num conjunto de funestas normas, não apenas de vida política, mas, sobretudo, de produção e de trabalho que já não podem mais ser mantidas, porque depois de haverem dado orígem a tremendas injustiças sociais e suscitado a onda de rebeldia que convulsiona a esta hora os povos, chegaram ao limite extremo de suas possibilidades experienciais, eliminando-se por si mesmas como no-lo faz notar J. Beline em seu **L'ordre réel**.

E estão longe de supor que a palavra corporatismo envolve todo um complexo de princípios de organização e ordenação econômica e social como seriam os primeiros a desejar se meditassem a sério sôbre os problemas humanos do presente, — princípios êsses submetidos a milenária experiência histórica e em plena revivescência nos países que, mais fundamente atingidos pela onda de desagregação, tiveram de acordar mais cedo para as benéficas reações.

V

O ESTADO

O Estado Integral, objetivado pelo Movimento do Sigma, se contrapõe a um só tempo, como em várias passagens dêste livro já deixei claramente entrever, ao Estado totalitário do Comunismo e do Nazismo, e ao Estado neutro, de estrutura puramente jurídica, da liberal-democracia.

Estado totalitário é o que se propõe como realidade suprema, em face da qual nenhuma outra preeminência se admite, o que resulta em virtual ou efetiva negação, não só de qualquer sentido transcendente, mas de qualquer significação de autonomia, para a família e os demais grupos sociais e para a pessoa humana.

Não é invenção dos nossos dias. Totalitário, foi o Estado pagão antigo, que desconheceu a dignidade do espírito como no-la fêz compreender o Cristianismo, isto é: do espírito com o seu destino de eternidade; que diminuiu a mulher, atribuindo-lhe uma natureza inferior; que, sob a pressão do seu autoritarismo exclusivo, desprestigiou lentamente o conceito de família abrindo portas largas à dissolução total que, por fim, como não poderia deixar de acontecer, atingiu a sua própria estruturação interior, dêle, Estado, que teve de ceder, pela extrema fragili-

dade a que chegara, ao primeiro rude embate de violentas fôrças externas.

Na hora presente, precisamos acentuá-lo, só ficam rigorosamente dentro do quadro de um totalitarismo estatal característico a Rússia de Estalin e a Germânia de Hitler. Mussoline pôs sempre em suas afirmações totalitaristas uma tinta diversa, — coisa em que se não tem devidamente atentado —, e a realização do Estado novo na Itália mostra-nos bem que sob expressões um tanto equívocas dos grandes escritos e orações do Duce se oculta um fundamental respeito pelos direitos do homem de alma eterna. Quanto à Áustria e a Portugal, são patentemente anti-totalitaristas, em que pese a enorme confusão que sôbre estas coisas se entretessem no Brasil.

Na Rússia comunista, contudo, a espantosa inversão de valores se processou do modo mais completo. O Estado bolchevista se atribui um ideal de perfeita organização igualitária, a ser alcançada dentro de uma concepção da vida que lhe confere direitos absolutos sôbre o homem. O utopismo, quero dizer, o irrealizável de tal ideal lhe escapa em virtude mesmo dessa concepção. Negando Deus e o sentido transcendente da existência, o comunismo, derivado, embora contraditório, do marxismo, perdeu de vista, surpreendentemente, os nexos íntimos da realidade e o senso das hierarquias necessárias. Dai o seu igualitarismo teórico, de que êle

próprio constitui, com a sua tentativa de realização na história, o mais profundo desmentido. Convencido, porém, de que ideològicamente não se engana, procura o comunismo refundir a natureza do homem, para fazê-la expressão de sua filosofia. Falhou a avançada de Lenine e Trotzki. Deu-se o recuo estalínico, intencionalmente estratégico. Tais movimentos, todavia, não levarão jamais à finalidade desejada, porque esta é, apenas, um tremendo ilogismo. E, enquanto se desenvolvem, até por si mesmas se esgotarem ou virem a quebrar-se de encontro a resistências nascidas do fundo mesmo da natureza humana, vão êsses movimentos de avanço e de recúo sujeitando à mais dolorosa das escravidões a massa multitudinária.

J. Beline já o havia dito: "O estatismo generalisado, o estatismo totalitário, de há muito se observou, é absolutamente contrário, em seu princípio, a idéia comunista. No entanto, é fato que, onde o comunismo se instala começa pelo estatismo, e nêle fica. O próprio Marx concentrou sôbre esta primeira etapa todos os seus pontos de vista concretos, e, salvo em vagas declarações de princípios, jamais a ultrapassou". "Uma vez erigido em classe dominante, declara êle, o proletariado destroi as outras classes e, por êsse caminho, a sua própria dominação como classe. Surge por esta forma uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos".

Quanto a dizer por que e de que modo, numa sociedade inteiramente proletária, o Estado, senhor único da economia, virá a assegurar a expansão do homem, enquanto indivíduo, é coisa a que Marx não se arrisca (6).

Há a considerar, também, de maneira especial, o Estado racista de Hitler. Sem dúvida, põe-se em execução, na Alemanha, um plano de organização do trabalho que não deve ser levianamente criticado, pois que manifesta ainda o construtivo e disciplinado gênio germânico. Mas o estabelecimento do primado da raça germânica sôbre tôdas as raças do mundo — paradoxal expressão, aliás, de um ingênuo messianismo de fundo judáico, — já deu os seus primeiros frutos de dissolução com o colocar-se o espírito religioso a serviço dessa raça e, portanto, do Estado que a personifica. A Alemanha re-cria os seus deuses pagãos, que a levarão à morte, se ainda uma vez não a salvar o Cristianismo. O totalitarismo estatal não poderia manifestar-se de maneira mais violenta do que com essa tentativa de sujeição de populações cristãs a um paganismo perempto, — do que com essa tentativa de retôrno às fontes bárbaras, impossível de realizar-se senão à custa de desagregações dolorosas e funestas.

O Estado totalitário, portanto, de uma maneira ou de outra, se apresenta como senhor dos destinos dos povos, impondo-lhes autocràticamente os mol-

des que confeccionou segundo ideologias que desconhecem, sempre, as faces mais reais da realidade. Significa, de fato, a negação total, não apenas da pessoa humana, ou dos grupos biológicos, econômicos, sociais, mas do próprio indivíduo, que o demo-liberalismo, — fonte, no entanto, da ideologia marxista, — alucinantemente endeusara.

Exatamente por haver endeusado o indivíduo, considerando-o isoladamente de todos os vínculos que o prendem à sua significação essencial, foi que o Estado liberalista, — que ia provocar o surgimento do Estado totalitário no presente, — se pôs, na sua estruturação puramente jurídica, à margem da vida deixando, em verdade, que o indivíduo fôsse esmagado pelo rôlo compressor das energias descontroladas. O Estado liberalista se fêz, assim, por excelência, o Estado fraco, o que o levou a apelar para recursos de emergência para poder subsistir, mas com o que só conseguiu negar-se a si mesmo.

Em face do Estado totalitário, o Estado Integral, objetivado pela doutrina do Sigma, se define como um estimulador e realizador de virtualidades profundas da Nação, como um captador de energias dispersas, e, portanto, como um servidor humilde dos destinos coletivos, ao invés de como seu senhor absoluto. Em face, porém, do Estado liberalista, define-se o Estado Integral, como o Estado forte, pois que, ìntimamente solidarizado com aquelas próprias

virtualidades profundas, que estuda, consulta, move e procura levar à realização, e de cuja substância de vida se nutre essencialmente, se acha em condições de efetivamente criar e manter uma ordem nova.

Dentro dêste critério é que, como diz Plínio Salgado, "O Estado passa a ser o Grande Revolucionário, falando em nome das inquietações, dos desejos, das aspirações superiores, dos sentimentos de justiça da Nação. O Estado adquire, assim, uma autoridade nova, sobrepairando aos interêsses de grupos sociais, políticos ou econômicos. O Estado passa a ser o supervisionador, o mantenedor de equilíbrios, a concretização do ideal de justiça e de liberdade, o criador de ritmos sociais" (7).

Tal efetivação, não a alcançou o Estado liberalista, nem o Estado comunista, nem alcançará porventura o Estado racista, por motivo da unilateralidade de sua visão do homem. O homem cívico — que é, a um só tempo, o indivíduo "isolado" — do liberalismo não existe. O homem puramente econômico do marxismo significa monstruosa aberração, destinada a desaparecer vertiginosamente pela violência com que a si mesmo se destroi. O homem dos movimentos racistas ou cezaristas mais cedo ou mais tarde se desprende de suas raizes de eternidade, tendendo ao deperecimento gradativo.

O Estado Integral considera o homem na sua totalidade, atendendo a tôdas as faces da realidade complexíssima que êle representa, e, por isto mesmo, incorporando-se nessa realidade, na realidade total da vida, ao invés de sobrepôr-se à mesma como energia vinda de outras esferas, ou de manter-se em postura de espectador indiferente.

Desta visão nova do sentido do Estado, tira Plínio Salgado corolários fecundíssimos: "Uma vez que o Estado se identifica com a alma de uma Nação e haure desta o poder revolucionário, êle, o Estado, tem direito e a autoridade suficientes para interferir com energia no campo econômico e social, político e financeiro, recompondo equilíbrios, sempre que alguns elementos da sociedade se hipertrofiem em detrimento de outros.

É a atitude nova em face dos problemas. Revolução, em verdade, é mudança de atitude.

Verificando que a democracia está desvirtuada por êrros do sistema; que o sufrágio universal é a maior das mentiras, a fonte de todo o caudilhismo político, o instrumento de opressão dos ricos contra os pobres; que a existência dos partidos decorre do sufrágio e que os partidos são hoje em número tão grande (150 inscritos no Superior Tribunal Eleitoral) que só servem para anarquizar a Nação, enfraquecê-la, dividí-la e alimentar a popularidade fácil de demagogos inconscientes; que a maior enfermidade do país é o regionalismo político, alimentado

pelos partidos situacionistas e oposicionistas dos Estados, que não dão tempo aos brasileiros de pensarem um pouco nos problemas gerais da Nação; que os problemas econômicos são tratados pelo critério exclusivamente estadualista, em conseqüência da estreita mentalidade que os partidos provincianos estão criando; que o povo brasileiro está dividido e, por isto, enfraquecido, e, estando fraco, é explorado pelo capitalismo estrangeiro; que os parlamentos políticos constituem um entrave às medidas de ordem econômico-financeiras que só um govêrno forte, ético, baseado em novos princípios de economia política, poderá tomar; o Estado integralista terá de substituir imediatamente, afim de salvar a verdadeira democracia das garras de oligarquias financeiras, o arcáico aparelhamento dos partidos pela organização corporativa da Nação. Declarados os partidos fóra da lei, cada qual terá de se enquadrar dentro da sua profissão. A vontade nacional será traduzida com honestidade e realidade, no âmbito dos interêsses de cada classe. Só os vagabundos ficarão de fóra, pois todo homem que trabalha terá de defender seus interêsses dentro da sua corporação. Estará acabada a demagogia tanto civil como militar, ambas perniciosas, ambas atentatórias dos legítimos interêsses de um povo, ambas opressoras, ambas fontes do caudilhismo, das oligarquias, da politicagem mais grosseira e pretenciosa (8).

No Manifesto-Programa do Chefe Nacional, lan-

çado em 1936, tais pontos de vista se concretizaram, no que diz respeito à organização política, nos seguintes itens:

"1 — Os Municípios serão organizados sôbre bases sindicais, cabendo a escolha do prefeito (Executivo Municipal) aos Conselhos Municipais formados pelos representantes das profissões organizadas. Êsse prefeito terá a assistência técnica do Departamento Central Municipal de cada Província, criando-se um corpo de técnicos de carreira.

2 — No âmbito provincial, os representantes das Federações de sindicatos e de associações econômicas e culturais constituirão os Conselhos Provinciais, cabendo-lhes a escolha dos governadores de Província, com a aprovação do Chefe do Executivo Nacional.

3 — O Congresso Nacional, formado pela Câmara Corporativa Econômica e pelo Senado (órgão êste constituido pelas corporações não econômicas) exercerá o Poder Legislativo.

O Chefe da Nação será escolhido pelo Congresso; não poderá contrariar em linhas gerais o programa de administração estabelecido no início do primeiro govêrno, pelos órgãos técnicos expressivos da legítima vontade nacional.

4 — Tôdas as funções eletivas são temporárias.

5 — Será mantida a forma republicana, federa-

tiva e democrática, apenas com as modificações decorrentes do sistema corporativo".

Resalta, dêstes simples itens, o profundo sentido democrático do Estado Integralista que, de fato, mais não é do que a concretização do perpétuo anseio político do Brasil de todos os tempos.

VI

REVOLUÇÃO ESPIRITUAL

O Integralismo não pretende, porém, realizar apenas essa transformação concreta do Estado, a que chama "revolução cultural". Pretende ainda levar avante, por instrumento da organização disciplinar de suas fileiras, a que uma luminosa mística da Pátria anima, uma obra de educação formidável, que deverá prosseguir no seio das gerações vindouras.

"Seria ridículo, escreveu Plínio Salgado, que nós nos apresentassemos à Nação dizendo: "sômos os únicos honestos, sômos os santos e os heróis, só a nós assiste o direito de governar o país". (...). O Integralismo sabe que o Brasil não é um país de santos canonizados nem de anjos pulcros. A doutrina do Integralismo, em relação a questão do Estado, não vai buscar sua inspiração no otimismo de Rousseau e de Locke. Pelo contrário, sômos pessimistas em relação à possibilidade de uma instantânea

transformação dos homens, repousando tôda a nossa esperança imediata na transformação do regime, de modo a policiarmos as tendências más que uma educação materialista agravou no país. Não vamos aos excessos pessimistas de Hobbes, imaginando o Leviatan, o Estado absorvente, anulador de tôdas as liberdades. Conservamo-nos na linha realista, crentes de que uma obra sistemática de educação individual e das massas elevará a média das virtudes morais e cívicas do povo brasileiro, cuja estrutura mais íntima nos revela traços de superioridade incontestável.

Essa obra de educação é que nós chamamos a "revolução espiritual", e é em razão dela que nos distinguimos, tanto do fascismo como do hitlerismo, imprimindo um sentido profundo ao nosso movimento" (9).

Essa revolução espiritual, que deverá projetar-se, talvez, através dos séculos, se iniciou, contudo, com os primeiros passos do Integralismo, e já hoje, após cinco anos de campanha intensa, pode apresentar no milhão e meio de filiados ao Movimento, nos quais se operou surpreendente transmutação de critérios íntimos, um patrimônio moral ponderável.

Em que sentido se desdobra, e deverá desdobrar-se longamente, essa revolução subjetiva, indica-no-lo Plínio Salgado nas linhas que se seguem:

"Há no Evangelho uma palavra que serve para ilustrar o nosso pensamento. É a do fariseu e do publicano. Enquanto aquêle vai se ajoelhar próximo ao altar, vangloriando-se das suas virtudes, da sua incorruptível maneira de cumprir a lei de Moisés, o pobre publicano ajoelha-se na porta do templo de Salomão, exclamando: "Não sou digno, Senhor, de me aproximar de vós". O Divino Mestre afirma que o publicano está no caminho da perfeição, e é êsse o caminho que eu indico a todos os integralistas.

O primeiro ato revolucionário do integralista é assumir essa atitude humilde diante da Pátria. Em vez de viver apontando os defeitos alheios, procurar descobrir os próprios defeitos e corrigí-los. Confiar mais no gênio da raça e na inspiração de Deus do que nos seus próprios méritos. Ferir de morte a vaidade, aceitando muitas vêzes o comando de um companheiro que tem uma posição social inferior à sua. Vencer a si próprio, contrariando-se, ciliciando-se a todo instante em coração e espírito, convencido de que num país onde cada qual é intransigente no seu ponto de vista pessoal não existe possibilidade de harmonia de movimentos nem de grandeza coletiva da nacionalidade. Dominar o comodismo, a preguiça, o ceticismo, a desilusão, o cansaço, a impetuosidade, o egoísmo, o apêgo às glórias falazes, convencido de que ninguém tem o direito de pretender orientar uma Pátria quando não é capaz de orientar-se a si próprio. Esforçar-se, instante a ins-

tante, na aprendizagem do domínio de si mesmo, pois é neste domínio que reside a essência da autoridade pessoal de cada um. Cultivar o amor ao seu povo e a generosidade para os que se manifestam incapazes de compreender êste movimento, porque a conquista de todos os brasileiros muito depende da perseverança, da paciência, da tenacidade e da serenidade dos nossos doutrinadores. Despertar em si próprio as fôrças do sentimento nacional porque a fusão de tôdas as centelhas de patriotismo de cada coração formarão a fogueira que incendiará o grande coração da Pátria total. Pedir a Deus coragem e paciência, fortaleza e inspiração, energia e bondade, severidade sem alarde, bravura sem ostentação, virtude sem orgulho puritanista, humildade sem indignidade e dignidade sem egolatria (10)".

VII

O CHEFE

Fôra mistér que ignorássemos o influxo dos fatores psicológicos, espirituais e místicos nos grandes movimentos coletivos, para atribuirmos à pura limpidez da Doutrina Integralista e à sua capacidade de penetração na consciência brasileira a surpreendente expansão do Movimento do Sigma; mais de um milhão de inscritos em apenas cinco anos de existência.

O fenômeno inesperado, único em nossa história, tem alguma de suas mais fundas raizes em nossa própria ansiedade interior por chegarmos à afirmação definitiva do que sômos. Retardados, por motivos multíplices, que procuro explicar e interpretar no meu livro **Tragédia da alma brasileira**, a sair breve, — retardados nessa radiosa afirmação, transformamos sem querer em angústia viva o desejo insofrido, e, ao sortilégio que venceu em nós o pessimismo e o desconsolo nascido das decepções passadas, desencadeou-se em nosso mundo íntimo a infinita esperança.

Êste sortilégio foi o acento diferente que Plínio Salgado poz na sua prédica patriótica. E tal acento lhe vem de uma predestinação irrecusável, — de uma perfeita adequação do seu todo de homem à formidável obra que empreendeu. No ensaio "Voz do Limbo", incuido no volume, de autores vários, editado pela revista "Panorama", sôbre a personalidade de Plínio Salgado, esboço a psicologia do seu caso: não vou, agora, repetir o que longa, embora vacilantemente, me foi dado explanar no ensaio referido; quero, apenas, resumir meu pensamento nesta ilação definitiva: Plínio Salgado é, plenamente, um Chefe.

Resta, no entanto, definir o que um Chefe seja. Aqui, cedo a palavra a outrem. Como faço de tôdas as vêzes em que, neste ou naquele assunto, já en-

contro lùcidamente expresso o meu próprio pensamento.

No seu livro **Por Terras de Além Mar,** publicado em Lisboa, em 1922, Faria de Vasconcelos inclui a magnífica página que transcrevo, e na qual aquela definição necessária se contém, na verdade, em têrmos de lucidez insuperável:

"Chefe! Eis a palavra e o ato necessário. Quem é capaz de dizer tudo quanto encerra esta palavra e êste ato? Palavra gasta pelo uso da vida, carregada de anos, de pó, de tristezas e de crimes, até! Mas que vigôr e que alma não há nela, quando compreendida como deve sê-lo e tomada no sentido profundo da vida que encerra: a vida feita com homens, com aspirações e valores supremos de ideais.

Um Chefe: mas onde os há dignos dêste nome no conceito humano da palavra? Ser Chefe não é estar ao serviço dos seus interêsses. Realizar uma obra pessoal não é ser Chefe. Também não é ser Chefe estar a serviço dos interêsses de um grupo, de um partido, de uma seita, de uma escola. Ser Chefe não é ser condutor de rebanhos, mas o coordenador dos esforços de homens, que aceitam livremente o seu dever e o cumprem firmemente.

Ser Chefe é mais alto e mais nobre; é estar ao serviço total, abnegado, exclusivo, permanente de uma obra, é ser o ideal que ela representa e para o qual tende, é dar-se sem perder-se, penetrar na alma dessa obra e viver nela cada instante da sua vida, é

iluminar-se com ela e caminhar com ela dentro do seu ser.

Um Chefe possui uma admirável penetração de espírito que lhe permite vêr de alto e ver de longe, antecipar o futuro, discernir o essencial do pormenor, o permanente do transitório, abarcar o caminho andado e aquêle que está por vir. Essa visão rápida é um mirante espiritual sôbre tôda a jornada ideal donde se descortinam os caminhos que são bons e os que são errados.

Mas vêr rápido não basta. É preciso decidirmo-nos. Sem o espírito de decisão oportuna, a ocasião escapa, o momento necessário vôa, o esfôrço preciso perde a sua razão de ser, a aplicação indispensável deixa de fazer-se, a medida perde o seu alcance e a obra pode apoucar-se ou aniquilar-se. A decisão é uma flexa do espírito, que se incarna na ação.

Mas ser Chefe não é sòmente um poder de compreensão e de decisão, é um poder de amor, porque é dom constante de si mesmo. O Chefe não conta os esforços nem as dores. Não as mede no tempo, nem no espaço. Oferecer o seu corpo e a sua alma, eis a sua lei.

A sua abnegação, o seu espírito de sacrifício, devem ser um apostolado vivo e constante de exemplo e de ação. Ser Chefe é saber desprender-se de si mesmo, elevar-se acima de si mesmo, fazer calar em si tudo quanto levamos de pessoal. Não é vêr-se, nem escutar-se, nem sentir-se a si mesmo, mas vêr,

escutar e sentir a obra que servimos. O Chefe está em tôda parte, começa antes de todos e termina depois de todos. É uma lampada votiva constantemente acêsa ao pé da obra que realiza.

Ser Chefe é ter o sentimento vivo das suas responsabilidades, a consciência em chama da sua missão. É sentir-se solidário com todos os esforços e cúmplice de todos os defeitos, é sentir o seu próprio destino no inflexìvelmente unido e irmanado com o destino da obra, é ter sempre presente no espírito que não há gesto nem pormenor que não possa adornar ou desfigurar a obra em construção, é compreender profundamente que a sua alma e a sua honradez, a sua inteligência e a sua vontade estão integralmente empenhadas na realização perfeita do fim proposto, é saber com valor e aceitar com virilidade que o triunfo é filho do seu esfôrço.

Ser Chefe é ter fé na obra a realizar, no seu destino: quando todos descrêm, o Chefe crê, quando todos desesperam, o Chefe não esmorece, quando todos fogem, êle fica, e se cai, cai de pé ao pé da obra. Não precisa da certeza da vitória para lutar, contenta-se com uma probabilidade de êxito. O ar dos combates é um tônico para êle. As derrotas não o abatem, erguem-no mais alto. Sabe esperar, não céde, e se aceita o inevitável é para vencê-lo mais tarde. O Chefe sabe recomeçar e reconstruir sôbre ruinas. Porque não ignora que não há cemitério onde não germine e floresça uma nova vida.

O Chefe sabe obedecer: obedecer ao ideal que representa a sua obra, obedecer aos interêsses desta e ao seu destino, disciplinar a sua vida em conformidade com essas exigências, submeter-se a tôdas as imposições do dever, aceitar sem discutir, sem transigir, tudo quanto importa à vida dessa obra. O Chefe é o maior exemplo de obediência. E é porque sabe obedecer que o Chefe sabe mandar. Porque mandar é, na essência, ainda obedecer".

A ninguém, sem dúvida, ocorrerá criticar-me por haver até aqui alongado a citação esplêndida. Aliás, pela sua pulsação de beleza, pela sua substancial opulência, na impressão do leitor ela passará como brevíssima. E muitos lamentarão que ainda não seja mais longa.

O que tal página me surpreendeu e, certamente, há de surpreender a todos, é a fidelidade com que, traçada tantos anos antes, ela espelha o perfil total do criador e ordenador do Integralismo.

Plínio Salgado é, de fato, êsse homem que, da funda compreensão de uma exigência incoercível do nosso destino de povo extraiu fôrça e audácia, decisão e heroismo, ânimo de combate e de sacrifício para impelir para a frente a formidável tarefa ideada.

É o homem que correu os sertões da Pátria enorme, para levar à gente humilde a palavra salvadora, com mais facilidade do que no velho mundo os

condutores de multidões correm países que, para nós, seriam simples Províncias.

É o homem que cada noite extrai, como na lenda conhecida, dir-se-ia que fragmentos de ouro do próprio cérebro, para com êles fundir a frase lapidar e profunda, estremecente do "fiat" criador, com que na manhã seguinte alimenta o fervor e a decisão de horoicidade de quantos o acompanham na maravilhosa aventura de impor o Brasil ao mundo.

É o homem que repousa de uma imensa fadiga, bebendo alento, a cada crise mais forte de exaustão, na ante-visão luminosa de um futuro sem par para a nossa terra.

É o homem que arrancou a sabedoria política, e a clara verdade filosófica, e o sentimento lúcido de Deus, por assim dizer, das entranhas mesmas do seu inquieto, poderoso, turbilhonante desejo de abrir a um povo o caminho do triunfo.

É o homem que, pelo seu temperamento, pela sua inteligência, pela sua alma, canaliza, da esfera das obscuras energias telúricas para a da plena consciência esclarecida, a totalidade das nossas ânsias de povo, de nossas virtualidades de realização, de nossos impulsos afirmativos, de nossos planos-primeiros de construção de uma ordem que seja, no planeta, expressão a um só tempo, de nossa "diferença" essencial e de nossa comunhão íntima de espírito com os outros povos.

É o homem que nos adivinha e nos exprime e nos força a completações e a efetivações, esclarecendo-nos sôbre nós mesmos, dinamizando-nos o ânimo de luta, multiplicando-se, pelo exemplo eficacíssimo, em chefes inumeráveis que são os decuriões e os centuriões das massas integralistas de hoje.

É o homem modesto e simples que não reconhecerá sua imagem no espelho que, pela mão de Faria de Vasconcellos, lhe apresento, mas que nem por um minuto duvida de que nasceu para a missão excepcional que nestes dias vai desempenhando.

(Capítulos extraído do livro *Estado Corporativo* de Tasso de Silveira).

---

(1) Plínio Salgado — *O que é o Integralismo* — 3.ª ed. — págs. 29 à 31.

(2) *Palavras nova dos tempos novos* — pág. 9.

(3) Max Lamberty — *Le rôle social des idées* — pg. 170-171.

(4) Raymond Dévrient — *La Corporation en Suisse* — Ed. Victor Attinger, pág. 13.

(5) Jean Brethe de la Gressaye — *O Syndicalismo, a Organização Profissional e o Estado*, págs. 3 e 4.

(6) J. Belime — na revista "Travail et Liberté", maio-junho de 1936, pág. 72 — Citado por Paulo Chanson, em *Comunisme ou Corporatisme*, pág. 13.

(7) Plínio Salgado — *Bases do Integralismo Brasileiro* — estudo publicado em 1935.

(8) Plínio Salgado — *Base do Integralismo Brasileiro*.

(9) Plínio Salgado — *Bases do Integralismo*.

(10) Plínio Salgado — *Bases do Integralismo*.

AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR

O ESPÍRITO INTEGRALISTA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

QUEM conhece a Ação Integralista Brasileira, observa que seus métodos de trabalho, sua organização e o efeito místico que exerce sôbre as almas dos que nela participam, recorda-se instintivamente da Inconfidência Mineira de 1789.

Como o Integralismo, a Inconfidência foi uma conjuração de vontades no sentido de salvar o Brasil das espoliações do regimen colonial, dando-lhe independência e liberdade.

Por êsses dois ideais, juntaram-se elementos de tôdas as classes sociais, irmanados por um sentimento unânime de solidariedade e de sacrifício pelo bem comum.

Enquanto o comunismo, preconizando a luta entre as classes, promove a subversão social, pelo sangue e pela destruição, semeando o ódio entre irmãos, para fundar a mais cruel das opressões, o Integralismo vem solidarizando os homens desde o humilde operário ao intelectual e ao homem de negócios, exigindo de todos uma abdicação de interêsses em proveito da fraternidade e do bem comum, sòmente admitindo a nobreza na virtude e hierarquia no saber e na capacidade de realização.

Assim foi a Inconfidência.

Ela congregou magistrados, advogados, negociantes, operários agrícolas e urbanos, agricultores, militares, cientistas e rudes, brancos, mulatos e pretos, ricos e pobres, no mesmo anseio nobre de construção de uma grande Pátria.

Desde logo a primeira idéia é a libertação dos escravos.

Não compreendiam uma Pátria constituida de senhores e escravos, aviltados uns e outros por um regimen que abate os caracteres e entorpece o progresso humano.

Restrições da liberdade seriam as necessárias, e para todos; mas isso denomina-se "disciplina" e foi desde logo um postulado da conjuração de 1789.

O aproveitamento das riquezas naturais, a criação das indústrias, para que o Brasil vivesse liberto da servidão ao estrangeiro, a fundação de uma Universidade para que a cultura fôsse fartamente disseminada, tudo quanto o Integralismo prega e vai realizar no Brasil, está traçado nos programas da Inconfidência.

A hierarquia ditada pelo saber e pela capacidade, tão intrinseca à ação integralista, culminou na trama inconfidente.

Joaquim José da Silva Xavier, O Tiradentes, humilde alferes de Dragões, chefia um levante do qual participam homens como Cláudio Manuel da Costa, Thomaz Antonio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Alvares Maciel, Luiz Vieira e o próprio tenente

coronel comandante do regimento de cavalaria a que pertencia o obscuro alferes.

É êsse Tiradentes que recebe as investiduras de mais perigo, pregando a redenção da Pátria, e, por fim, êle único sobe ao patíbulo, consagrado, por sentença, chefe da Inconfidência de Minas Gerais.

Nessa Inconfidência, como no Integralismo, não havia lugar para os materialistas interesseiros, mercadores de tudo, homens-ventres insaciáveis.

Joaquim Silverio dos Reis conspira também.

Devedor em mais de cem contos de reis no fisco, pergunta um dia ao cônego Luiz Vieira, se, vencedora a revolução, seriam perdoadas as dívidas do tesouro público.

Ante a resposta negativa, vai denunciar os planos ao Visconde de Barbacena, para obter perdão, prêmios e vantagens.

Assim também procedem hoje os miseráveis, acusadores que pressentem que na vitória do Integralismo não cabem os "arranha-céus" improvisados, as fortunas instantâneas, nem os peculatários de alto ou baixo coturno.

A Inconfidência Mineira é, pois, o mesmo anseio brasileiro, que interrompido em 1789 retomou seu surto regenerador com a Ação Integralista Brasileira.

Coincidência notável!

Voltam agora os degredados da África, consagrados pela Pátria que sonharam fundar e que en-

contram ainda necessitada de seu salvamento.

Quem sabe se isso não é um claro desígnio de Deus, apontando ao Brasil qual o caminho a seguir nesta hora de vergonhas e ameaçadora de novas tragédias?

Haverá um brasileiro que ignore a história da Inconfidência?

Conhecendo-a e amando o Brasil, não sentirá que é um dever de consciência e um postulado de dignidade cívica vestir a camisa verde que significa a Inconfidência Integralista?

Em 1789 o Brasil era uma colônia portuguêsa.

Hoje é colônia do capitalismo do mundo inteiro.

Em 1789 havia pretos escravos e senhores brancos.

Hoje sômos todos brancos, pardos e pretos, escravos de meia dúzia de senhores mais bárbaros que os de outrora.

Incofidência e Integralismo são uma e única coisa.

(In **A Ofensiva, 2-4-1937**)

FELIX CONTREIRAS RODRIGUES

A ECONOMIA E A ORGANIZAÇÃO INTEGRAL

É tão complexo o problema econômico e tão conexos os seus dados com os de outros fenômenos modificadores da existência do homem na terra, que se torna inconcebível isolá-los para induzir leis de Economia pura e muito mais para subordinar a elas outras e mais altas atividades do homem.

Dar-lhe como solução final o resultado, por exemplo, da soma de duas parcelas de liberdade ou de duas parcelas de igualdade nos parece inteiramente infantil, como infantil seria decretar que a economia é coisa do interêsse do indivíduo, da conveniência exclusiva do consumo ou da produção, ou da comunidade com extinção da pessoalidade dos agentes econômicos. É claro que nestes termos o conhecimento econômico, que vê o problema por um lado só, possa parecer a muitos observadores ou lacunoso ou tendencioso, e suas aplicações viciadas e prenhes de graves conseqüências. Por isso optamos por uma solução integral para a qual contribua cada um dos dados com seu valor relativo.

Essa solução não pode ser anti-política nem anti-moral, mas integral em si e integrada no político e no moral, com os quais anda conexo o econômico por uma relação de subordinação. Desde

já se vê que não somos nem liberal, nem comunista, e, como a economia obedece a leis próprias, dentro da sua subordinação, tão pouco somos totalitarista. Longe de nós a idéia de aniquilamento da pessoalidade, quer êste provenha do Comunismo, quer do Totalitarismo, e a idéia de sua confusão com a individualidade. Se repelimos a liberdade-licença, batemo-nos pelas liberdades inherentes à pessoa humana e inalienáveis. O que faz parte integrante da nossa natureza não pode ser varrido sem graves conseqüências para seus desdobramentos na vida de cada um e da sociedade. A pessoa humana é um bloco de que nada se perde ao contacto e no trato da comunidade; ao contrário um bloco que aumenta de volume e potência, ao passo que incorpora a si partículas de espiritualidade. Na sua convivência em comunhão a pessoa humana só tem a ganhar; de forma que suas ações tendem ao aperfeiçoamento. Sôbre esta base, que corresponde à noção de valor e preço das riquezas, seria possível uma ordem econômica que se caracterizasse pelo equilíbrio de todos os interêsses, e como vantagem crescente para o desenvolvimento da pessoa humana. Tal é a pedra de toque da ordem que pretenda durar com satisfação geral. Ora, se o Liberalismo, que pretendeu atingí-la sinceramente, falhou, por ter hipertrofiado a pessoa, dificultando a sua sociedade, não segue que a causa da personalidade nas relações humanas esteja perdida nem a ordem livre da eco-

nomia e da política como pretendem os comunistas e os totalitaristas. Ela será soberana ou não haverá paz entre os homens; ela ditará a ordem política, moral e econômica, porque ela, e só ela, é portadora do espírito que tudo ilumina e esclarece. Não há despotismo que prevalesça contra a liberdade essencial do homem, porque o mesmo despotismo morre asfixiado pela podridão do homem — decomposto — e reduzido a um corpo sem alma. Ora, se todo govêrno, quer seja econômico ou político ou moral, não pode prescindir da pessoa, todo govêrno certo terá de ser democrático, no sentido restrito da palavra ou naquele em que a Democracia não implica nenhuma outra conexão que não seja com o Espiritualismo concebido como ideal, porque só êste ideal une e aperfeiçoa. Nós não cremos possível a desagregação desta realidade — Democracia-espiritual — mas estamos convencidos de que urge extirpar da idéia de Democracia a idéia de Liberalismo, cuja antítese tantas vêzes se patenteia na vida dos povos. Democracia-liberal é uma fórmula freqüentemente contraditória. Democracia é o govêrno do povo pelo povo, mas de um povo cujas pessoas se governam a si mesmas segundo preceitos de inspiração espiritual; Democracia é um estado econômico ontològicamente posterior ao estado de autarquia pessoal, ao passo que Liberalismo é uma corrente de idéias para a anarquia e o anômico. Ainda mais: a Democracia se tem desenvolvido à luz da ideologia

pura, estimulada pela liberdade sem limite de enunciar o pensamento e os frutos da imaginação; de tal modo que hoje não se concebe uma realidade sem a outra, nem se conhece uma Democracia que não esteja roida por uma infinidade de ideais os mais diversos e contraditórios. Os partidos políticos em que se concretizam êsses ideais são a prova mais palpável da vida precária das Democracias-liberais-ideológicas. Ora, se realizássemos a Democracia expurgada dêstes dois vícios capitais, se limitássemos sua fonte aos interêsses pessoais e profissionais, teríamos circunscrito consideràvelmente os motivos de dissidência entre os políticos e de enfraquecimento do Estado. Não há dúvida, os interêsses separam os homens; mas por uma fôrça que atua necessàriamente produzida pela dura realidade das necessidades; ao passo que os ideais nem sempre têm a sustentá-los uma determinação concreta e necessária. Cada homem por ser imaginoso pode ter seu ideal; de forma que o conjunto dos ideais de um povo inteiro, se não der um resultado impolítico, pelo menos poderá ser apolítico. São as abstrações e os ideais que perdem a Democracia e lhe tiram o verdadeiro sentido espiritualista. Por uma Democracia dêste tipo, em que se acham representadas as realidades econômicas dos indivíduos e das profissões, por uma Democracia corporativa cristã, integrada por todos os dados concretos da existência, propugnamos nós, com a certeza não só de ser cientìfica-

mente justificada como de ser a única entidade política informada por uma realidade concreta. Afirmar que o Corporativismo é negação da Democracia é afirmar um êrro, porque significa desconhecer o Corporativismo, ao mesmo tempo que dar à Democracia o sentido que não tem sòmente quando conjugada com o liberalismo e a ideologia. Entre votar por quem se propõe curar dos nossos interêsses dentro das conjunturas, e votar por quem se propõe defender os nossos ideais, muitas vêzes à custa dos nossos interêsses, há uma diferença que ressalta na apreciação da utilidade mesma da representação popular no seio do govêrno. Que lucra a nação debatendo-se entre ideais, quando sua economia reclama coordenação, superintendência, hierarquia, abundância, justo-preço e ordem? Para conhecer o fenômeno corporativo e afastar de si a aversão que lhe tributam os povos democráticos, desorientados pelo regimem corporativo obrigatório dos Estados, convém distinguir o fato político totalitário, do psíquico, Democracia, de Liberalismo, e ideologia de ideal realista; pois que o ideológico não é a essência do regimem democrático. Para o Liberalismo os ideais se confundem com as diversas formas de govêrno, as quais, por sua vez, se confundem com as aspirações cúpidas dos poderosos e dos aproveitadores da coisa pública; para o Corporativismo, os ideais se confundem com as aspirações de boa produção das riquezas, de equidade distributiva, de

justiça repartitiva, tudo ordenado ao mais abundante e fácil consumo possível; de modo que em síntese a ordem corporativa gira em tôrno dos interêsses do consumo, que são os interêsses de todos e os de cada um dos membros da comunidade. Esta conclusão, sem dúvida, fere a convicção geral de que a corporação é sôbre tudo reclamada pelos interêsses da produção, concretiza uma ordem determinada pela produção; mas êste pensamento não compreende os interêsses totais da sociedade, que se resumem no consumo, como fim de tôdas as atividades econômicas. O corporativismo visa proporcionar ao homem a felicidade pelo consumo subordinando a êste as ordens da produção, distribuição, repartição das riquezas. Talvez esta afirmação, que, por assim dizer, corôa as nossas conclusões, encerre a única novidade da nossa laboriosa obra; já que se firmou a convicção entre os economistas de que, sendo socializante o corporativismo, a economia correspondente à uma economia nacional e da produção.

Uma organização integral, no Brasil, teria de refletir os dados oferecidos pela sua história; poderia ser corporativo, mas essencialmente democrática, de inspiração cristã.

Vimos repetindo inicialmente que a única organização social compatível com a verdadeira noção de valor é a que tem por pilar a ordem corporativa.

Nenhuma outra encerra condições racionais capazes de permitirem o desenvolvimento completo da economia de um povo. As ordens totalitárias-coletivista, comunista e sociologística — poderão defender os valores, mas falharão na defesa dos preços; as duas primeiras, porque, desconhecendo a propriedade privada, negam o lucro e matam todo estímulo pessoal criador e animador. Elas instituem o regimem da produção coercitiva, cujos resultados viriam satisfazer sòmente os consumidores. E a terceira, porque descura principalmente dos interêsses do consumidor. Seu espírito de justiça está voltado para o produtor, ao qual incumbe desenvolver a economia nacional dirigida contra as outras economias nacionais, estabelecendo a concorrência econômica entre nações, inspirando a necessidade do império, provocando a guerra, como já provocaram as duas nações dêste tipo econômico — Itália e Alemanha. A luta econômica passa da liça individual e privada para o campo internacional e oficializada. A morte da pessoa, neste regimem, impede, como nos regimens anteriores, as intervenções livres do espírito para a discussão e orientação da coisa pública. A mole nacional toma forma, e os indivíduos, sem pessoalidade, são impelidos de roldão na voragem histórica, sem justiça econômica para si nem para os outros povos; são determinados sem remissão.

A ordem liberal não pôde defender nem os valores nem o justo-preço; primeiro, porque o valor é criação; segundo, por que se estriba no preço mercantil, independente das alçadas da justiça, ora com prejuizo do produtor, ora do consumidor.

Fazia-se mister, pois, pelo menos um parágrafo em que fique esboçado o regimem com plasticidade capaz de corporificar a integralidade composta por todos os dados do complicado problema econômico, de forma que ao todo, que é o Estado, presidido pela liberdade da pessoa humana, não faltem nem poderes nem direitos nem deveres para cuidar do equilíbrio dos interêsses pessoais, sociais, internacionais. Os homens não se satisfazem com a obediência ao poder estatuido só pela fôrça; mas anhelam visceralmente a fôrça calcada na razão das coisas. Sem sistema racional não há contentamento possível para a consciência humana, que, então, se submete a contragosto, murmurando. Pode tolerar algum tempo a experimentação de fatos empìricamente praticados; mas, por fim, exige a sua sistematização, a sua redução a teoremas lógicos, a sua teoria esclarecedora.

Mihaïl Manoïlesco, o doutrinador máximo do Corporativismo, assim o entende, quando escreve: "O Fascismo, primeiro, o Nacional-Socialismo, em seguida, traçam sulcos novos, sem jamais saberem para onde vão, nem se preocuparem bastante da regularidade geométrica de suas linhas". (...) "Se

as correntes próprias ao sec. XX já estão em marcha, se as legiões do futuro já partiram, sem que tivessem recebido, como em 1789, o itinerário preciso e a ordem de marcha de novos Enciclopedistas, não é menos verdade que as hostes em movimento reclamam, para prosseguirem, os refletores poderosos do pensamento teórico. Êste pensamento teórico, generalizando de modo oportuno o que pode ser verdadeiramente geral, realiza para todos os povos imensa economia de esforços e de penas". (...) "Permite evitar experiências absurdas e caiporas" (**Le Siècle du Corporativisme**, 1936, págs. 8-9).

O que faltou a Manoïlesco foi acentuar que a posição dos doutrinadores do sec. XX é mais favorável que a dos do sec. XVIII, trabalhando, como estão hoje, sôbre dados de uma revolução objetiva, segundo a felicíssima classificação procedida por Plínio Salgado, a qual se operou por fôrça das circunstâncias antecedentes, movida mais pelo senso comum dos homens do que por uma consciência esclarecida de antemão, como em 1789. Estão explicando fatos consumados e não criando subjetivamente uma revolução. O Corporativismo já existe, aqui, ali; mas se nos figura ainda desordenado ou demasiadamente ordenado, sem um princípio indiscutível, como aquêle que animou os instrumentos da grande revolução anterior — **laisser faire, laisser passer,** — do qual decorreu, não só uma ordem como uma filosofia. Da sua posição vantajosa, Manoïlesco

classifica, analisa, sintetiza, generaliza; mas, explorando o como se processam e se ordenam os novos fenômenos, esqueceu-se, qual os outros teoristas, do "porque". No Estado liberal o poder público não intervem na vida econômica, porque lhe falta razão para isso, porque o indivíduo é livre. E no Estado corporativo, porque intervirá?

Segundo os dados da Sociologia individualista, aquilo é lógico; mas êsses mesmos dados não podem justificar a conduta contrária. É mister aceitar a reforma da própria Sociologia, encarada pelo prisma de outro sentido da vida. Aceitamos quase totalmente a doutrina contida no **Le Siécle du Corporativisme**, acentuando, porém, que lhe falta fundamento.

Porque se propõe hoje a Corporação para arcabouço da economia e para órgão político? Não no disseram ainda os mestres do assunto, que estão burilando o monumento sem pedestal. Razão histórica? Não basta, porque, até 1789, os fatos históricos se sucederam empìricamente, objetivamente, como estão sucedendo em nossos dias, sem que a Sociologia tivesse os instrumentos com que descobrir as camadas subterrâneas sôbre que vêm repousando natural e lògicamente. Mas hoje, que estão conhecidos os assentos da sociedade, não mais se justifica o elidir a questão. Ela é um fato natural; necessário, decorrente da natureza dos homens, que não só se multiplicam como tendem para o aperfei-

çoamento pela ajuda mútua. Ela é mais do que um corpo formado de indivíduos, pois que tem vida insuflada pelas pessoas, e, como tal, um consenso capaz de produzir fatos peculiares. A sociedade cria fenômenos que, sem ela ficariam em estado de potência dentro das faculdades pessoais. Entre êsses fenômenos está o do valor econômico que é criação social e está na órbita daqueles que são também regidos por ela, como a justiça. Ora, se assiste razão para que o Estado se institua para a justiça, a mesma razão preside à formação de um Estado para a defesa dos valores ou para a superintendência da economia. Aceito êste princípio, o direito de intervir é um direito natural do Estado, oriundo da sua própria natureza. Como bem demonstrou Manoïlesco, a corporação é tão ìntimamente ligada à idéia de Estado, que êste, por si mesmo, em certo aspecto, é uma corporação — Estado-corporação, incumbido de funções próprias, como a da justiça, da defesa, etc.; e se torna super-corporação, quando incumbido de coordenar a vida das corporações econômicas e não econômicas. Nós acrescentamos — defender os valores econômicos, numa fórmula que reputamos mais exata e científica. Cremos não ter deixado dúvidas sôbre o fundamento, sôbre o porque da intervenção do Estado na guarda dos valores e na determinação do justo-preço, que é o princípio da distribuição das riquezas e da repartição de seus proventos equitativamente.

Mas o problema encerra outro aspecto já definitivamente resolvido pelos tratadistas — o como se organizará o Estado para cumprir sua complexa missão. Com unissonância todos respondem — corporativamente. A corporação é uma forma necessária do Estado, posto que imposta pela natureza das coisas e pelas finalidades do mesmo Estado. Onde os teoristas se separam é no modo de incorporar ao organismo do Estado os órgãos corporativos. Na Itália, o pensamento dominante reflete a marcha dos fatos, isto é, consagra a formação de cima para baixo, a organização imposta pelo poder público, na tendência a abafar o espírito de iniciativa e censura privadas. O regime corporativo se torna esquemático, depois de ter sido lançado de um jato, outorgado ditatorialmente. "Corporativismo subordinado" lhe chama o autor do **Siécle du Corporativisme**, em contraste com o Corporativismo puro. Aquêle pretende fazer das corporações órgãos auxiliares do Estado político, subordinados a êle; êste constitue a única base possível do poder público e do Estado, que não poderia ser construído senão sôbre as corporações (pág. 92). Para desfazer o preconceito de que o regime corporativo é o predomínio do econômico sôbre os outros fatôres da vida nacional, Manoïlesco designa a organização nacional, calçada no corporativismo puro, como regime de corporativismo integral, que compreende as corporações eco-

nômicas e as não econômicas, como Estado corporação, a Igreja, as corporações culturais, a especial de saúde pública, do Exército, etc.

A maneira de constituir o Estado sôbre esta base de integridade, é incontestàvelmente a democrática, contrária à constituição ditatorial e totalitária do Estado, segundo o critério do corporativismo subordinado.

"Haja uma ou duas câmaras corporativas, os membros do parlamento não poderiam ser senão representantes das corporações" (pág. 334).

É claro que a sua eleição, procedente de corpos organizados, foge do critério do sufrágio universal peculiar à Democracia liberal. E é evidente que a fórmula ou as fórmulas eletivas no Corporativismo, que se caracteriza pela complexidade, não podem ser tão simples como a do sufrágio, assentado por um juizo unilateral. Ao contrário, neste terreno é onde o Corporativismo encontra a sua dificuldade mais séria. Em todo caso, um princípio deve ficar assentado, antes de tudo: — o verdadeiro Estado corporativo é organizado democràticamente, não só sob o ponto de vista teórico, que seria o de todos os povos, como sob o ponto de vista brasileiro, em particular, em face da formação democrática do nosso povo.

E onde reside essa dificuldade a que nos referimos? — Na conjugação dos diversos critérios eletivos ou na representação de elementos reais da vida nacional. Em primeiro lugar, o critério do número,

que é inevitável e que é o único ponto de partida da Democracia-liberal; pois os indivíduos existem e exigem representação. Em segundo lugar, o critério da função-social (profissão); em terceiro lugar, o critério da classe (sindicatos); em quarto lugar, o critério da região (município, província). Todos êstes elementos devem estar presentes no Estado, para que se possa dizer que o Estado é informado corporativa e democràticamente, ao mesmo tempo que integralmente.

A escola austríaca, chefiada por Spann propõe a representação integral pelas regiões arregimentadas; isto é, designação de representantes de tôdas as corporações dessa região. Manoïlesco, porém, dá preponderância ao critério funcional, sem negar que em certos casos se torna inevitável o respeito ao número de representantes de cada corporação, assim como ao número de votantes. É o que se depreende da sua frase: "Com efeito, apesar da tendência do Corporativismo a reduzir o número dos casos que devem ser decididos pela maioria, e em que, por conseguinte, o número de mandatos de cada corporação adquire certa importância, há casos-limite em que o voto se torna um mal inevitável".

Por outro lado, a representação profissional, pelo critério funcional, abre a questão de representar ou não as categorias corporativas que entram numa corporação. Por exemplo, a corporação da

indústria concederia ou não aos seus grupos componentes (metalurgia e construção) certo número de representantes? Mas as dificuldades não param aqui. Há outro critério representativo que o sistema impõe à consideração dos políticos — o critério da massa de interêsse manejados por certa corporação. Sendo da índole da representação corporativa — o interêsse profissional, essa representação é lìdimamente de interêsses. Ora, há interêsses maiores e menores, melhores e piores numa nação; portanto seria equitativo que os primeiros obtivessem maior número de delegados à ordem política. A corporação da agricultura, por exemplo, no Brasil que compreende a volumosa soma dos interêsses do café, teria maior número de deputados do que a corporação das artes e ofícios, além de certa margem proporcional prefixada.

Dêste dédalo de dificuldades pode sair mais fàcilmente um Estado federado, como o Brasil, que se formou democràticamente praticando as liberdades consentidas pelo Município. "O espírito municipal é a mais antiga, a mais profunda e a mais forte realidade poltica brasileira", reafirma Plínio Salgado na **Psicologia da Revolução** depois de ter assentado que a "índole do nosso povo é uma índole ao mesmo tempo profundamente democrática, e absolutamente dócil aos governos centrais. A autoridade longínqua do rei tinha um prestígio que se impunha comumente a todos os seus súditos. Diluidos em

nossos vastíssimos sertões, êsses núcleos ganglionares porém sempre conceberam a autoridade imediata, tangível, sensível. Essa autoridade municipal, entretanto, não era um elemento de desagregação nacional, pois não se adensava em expressões compactas de regiões atentando contra a unidade do país".

Sôbre esta base de realidade é fácil apreender um quadro representativo tão esquemático quanto vem sendo o desenrolar da História brasileira — desde o Município, que foi o primeiro núcleo de organização nacional, até a União, passando pela Província (hoje Estado). Com arranque no critério regional, como aconselha a escola de Spann, a organização brasileira teria no Município a sua primeira expressão corporativa integral, dentro do Corporativismo puro.

Tôdas as formações profissionais embrionárias, que em nossa opinião se restringiriam aos sindicatos autônomos de cada profissão, para fugir ao sindicato único de cada classe, porque êste desperta o espírito de luta de classes, delegariam seus mandatários para constituição do Conselho municipal, por maioria de votos de cada sindicato; e teríamos, na base da constituição do Estado, a Democracia por eleição direta dos cidadãos, a qual se irá desdobrando sucessiva e indiretamente na constituição da Província e na constituição da União; mas também diretamente, se ponderarmos que as fontes dos respec-

tivos governos são corpos já organizados, — os sindicatos para o Município, as federações de sindicatos para a Província, e as confederações ou corporações para a União. Da realidade democrática do caso brasileiro não se afasta o nosso doutrinador nacional que, sôbre as indicações gerais do livro citado, houve por bem deixar expresso até os pormenores de seu pensamento organizado, no **Manifesto Programa da A. B. I.**, de 1936. "O Integralismo é um movimento que objetiva a felicidade do povo brasileiro, dentro da justiça social, dos princípios verdadeiramente democráticos, garantida a intangibilidade dos grupos naturais". (...) (1) "Os Municípios serão organizados sôbre bases sindicais". (...) (2) "No âmbito provincial os representantes das federações de sindicatos e associações, econômicas e culturais, constituirão os Conselhos Provinciais". (...) (3) "O Congresso Nacional, formado pela Câmara Corporativa Econômica e pelo Senado (órgão êste constituido pelas corporações não econômicas) exercerá o Poder Legislativo".

Os Chefes do Executivo saem dos Conselhos e do Congresso, isto é, os intendentes, os Governadores e o Presidente de República ou Chefe de Estado, assistidos por conselheiros que, à margem do poder legislativo e do executivo, designados também pelos sindicatos diretamente, pelas federações e pelas confederações ou corporações, se incumbiriam de preparar as leis e de velar por sua fiel execução. Êstes

corpos de Conselheiros, independentes dos secretários e dos ministros, estabeleceriam a ligação entre corporações econômicas e não econômicas e os órgãos governamentais, sobretudo na Província e na União, esclarecendo os legisladores sôbre a conviniência de suas leis e os governantes sôbre a maneira de executá-las, ao mesmo tempo que atuariam como poder consultivo, informante das necessidades nacionais, com atribuições para apresentarem projetos de leis. Êste poder tem tôdas as características de um poder, porque, sem seu beneplácito, não prevalecerão nem as leis do legislativo nem as imposições do executivo. Tôda medida de ordem pública não poderá ter execução, sem que os conselhos as examinem, para acordarem que não atentam contra a existência de uma corporação ou das corporações. Como promulgar, por exemplo, uma lei sôbre livre-câmbio ou uma lei protecionista contra interêsses vultosos em jôgo? Isso, que é possível num regimem liberal, de política pura, não o será no regimem corporativo integral. Uma política econômica tendente a superapreçar o café, com menosprêso do justo-prêço para o consumidor, do mesmo modo não prevalecerá contra os interêsses das corporações, por ser um artigo de grande consumo ou de grande valor nacional.

Enfim, no poder consultivo é que se estriba o Estado, como super-corporação, para superintender e coordenar a economia nacional. Estudados os pro-

blemas dentro das corporações, e autorizadas as suas soluções pelo Conselho consultivo, então o poder executivo poderá tomar as medidas do caso. Tal a organização corporativa democrática informante de um Estado incumbido de defender os valores sociais e o justo-prêço das riquezas portadores dêsses valores. Não pretendemos que seja perfeita; mas entendemos que possa servir como sugestão, quando o povo brasileiro cogite dêste regimem constitucional, se um dia êle se impuser à consciência da nação por uma revolução objetiva ou por uma revolução subjetiva. Partindo dos sindicatos de classe livremente formados para a corporação, ou para a organização de corpos profissionais, com funções políticas, os governos se vão integrando gradativa e democràticamente, segundo os diversos critérios eletivos: — da região (Município e Província); da classe (operários, patrões, técnicos, na função privada de células de corpo de função pública e não na função política de luta de classe); da profissão (categorias de sindicatos, reunidos por profissões como colégios eleitorais no Município, como federações na Província, como confederação na União); do número (maioria de votos em cada sindicato municipal, em cada federação, em cada confederação, até completar o número de representantes declarado pela Constituição nacional); dos interêsses (número suplementar de representantes de determinadas profissões que manejam riquezas muito mais importan-

tes do que outras). Se em certo Município há minas de ouro ou jazidas de ferro em que trabalham massas operárias, alentadas por abundante capital, é justo que seus sindicatos de operários, de patrões, de técnicos, tenham maior número de representantes junto ao Conselho municipal que os sindicatos dos barbeiros, por exemplo, ou dos sindicatos não econômicos. Assim junto à câmara saida dos Conselhos, ao Congresso saido das Câmaras; e junto às federações e confederações, como junto aos Conselhos provinciais e nacionais. No Rio Grande do Sul não se concebe um govêrno integral, sem que seus órgãos políticos contenham maior número de representantes da pecuária, já que a federação de seus sindicatos reflete interêsses milionários. Assim na Província de São Paulo quanto ao café; e na União quanto à agricultura, cuja confederação ou corporação, compreendendo os interêsses do mesmo café, sustentáculo das nossas trocas internacionais, representa um capital imenso, vital não só para a Nação como para a multidão de inteligências e de braços empregados na agricultura. Pelos interêsses que encerra, a agricultura, em país como o nosso, produtor de matérias primas, tem necessidade de uma representação que, pelo menos, impeça a promulgação de medidas contrárias a êles. Pela mesma razão, na Inglaterra, a maior representação coorporativa pertenceria à indústria máquinofatureira.

Nisso consiste uma ordem incumbida da defesa dos valores criados pela sociedade que ela estrutura. É uma ordem complexa, sem dúvida, mas muito mais aprumada pela compensação da pluralidade de fôrças do que a ordem liberal freqüentemente desequilibrada pela ação de uma fôrça única, — o interêsse individual — comprimindo a política, a economia, a cultura. No regimem liberal a maioria de votos e um Parlamento decreta a orientação de uma cultura, por exemplo, que equivale ao suicídio da pessoa do homem, como é a cultura leiga, cujo termo é a conformidade com a sua condição de simples indivíduo, instrumento social, cada vez mais espoliado de seus direitos, reduzido a **comunia omnium**.

Mas em regimem de corporativismo integral, isto não será possível, por isso se escuda precisamente na pessoa humana, quando inspirado pela doutrina cristã. A corporação do ensino, sôbre o fundamento de que seus membros são sujeitos de direitos inalteráveis sobretudo da liberdade do contacto com o Criador, de onde procede a suprema proteção de tôdas as outras liberdades, essa corporação se oporá a qualquer medida tendente a dificultar a expansão natural da pessoa humana. Temos fundadas razões para afirmar que o Corporativismo ou será calcado sôbre a doutrina de Cristo, para ser integral e pro-

duzir bons frutos, ou será leigo e sem Deus, tão pernicioso como o cego Comunismo. Nada lhe faltará para dar os mesmos resultados dêstes, ainda que o seu sindicalismo seja plural e conflúa na corporação, em vez de ser único e confluir diretamente no Estado; ainda que descongestione o Estado, pela descentralização, em vez de congestioná-lo pela centralização de todos os poderes. No corporativismo integral ou cristão a corporação do ensino é a chave de todos os segredos da felicidade nacional, e do porque sua essência é democrática. Um Estado composto de homens livres não pode deixar de sofrer a influência dos homens livres, é coisa pública, republicano ou manárquico; e melhor será monárquico que republicano, pela continuidade do chefe nacional, que reflete a continuidade da vida e do seu Criador. Quanto à Monarquia, embora Leão XIII tivesse fugido a aconselhá-la, é da simpatia da Igreja, desde S. Tomaz de Aquino: "Donde se conclui que, se parece ser a realeza, a qual é melhor govêrno, muitíssimo de evitar por causa da tirania; e, se a tirania soe dar-se não menos, porém mais, no govêrno de muitos que no de um só, resta simplesmente que é mais conviniente viver sob um só rei, do que sob o regimento de muitos". **(Do Govêrno dos Príncipes,** traduzido por Arlindo Veiga dos Santos, (pág. 39). E quanto à Democracia, decorre dos caracteres da

soberania, resumidos por Emilio Chénon, no seu trabalho — **Le Role Social de l'Église**, pág. 109 e seguinte: Omnis potestas a Deo per populum. A soberania, que reside no povo, é limitada por Deus e pelo bem-comum, que é a razão de ser do Estado (pág. 115); é inalienável **in habitu** e alienável só **in actu**, isto é, só em exercício e não em propriedade (pág. 127). É êste caráter que permite o sistema representativo, adianta Chénon. É imprescritível, **in habitu** e **in actu**, para a nação, e só prescritível **in actu** quanto à soberania do príncipe, (pág. 131), pois que a nação tem sempre o direito de usar da sua soberania nos casos extremos de tirania, por exemplo. É a consagração não só do direito do govêrno pelo povo, como de revolução. A soberania, por fim, é indivisível **in habitu**, e eminentemente divisível em exercício, conforme compreendem e praticam todos os povos, depois de Montesquieu (pág. 134), que demonstrou a conveniência dos três poderes em mãos diferentes e os três representantes da soberania nacional. Como se vê, sem impôr o sub-regimem republicano ou manárquico, a Igreja se mantem firme em sua teoria democrática, quer se trate de um sistema liberal, quer de um sistema corporativo; porque é aquêle que salvaguarda os direitos inamissíveis do homem, o mais adequado a curar de todos os seus interêsses na vida comum.

(Capítulo extraído da tese sôbre *Conceitos de Valor e Prêços,* de F. Contreiras Rodrigues, apresentada no concurso para a cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, págs. 744-763)

II

FORMAS DE ESTADO. REGIMES DE GOVÊRNO. SISTEMAS CONSTITUCIONAIS

NA linguagem dos sociólogos encontramos freqüentemente palavras que não têm significação definida, como — **forma, regime e sistema** — com relação a Estado e govêrno. A todo passo lemos indistintamente ora **forma de Estado**, ora **forma de govêrno**, ora **regime de Estado**, **regime de govêrno**, ora **sistema de Estado**, **sistema de govêrno**. Entretanto, admitindo-se neste terreno, como se podem admitir, noções gerais, noções especiais e noções particulares, é cabível a cada uma delas uma expressão conveniente ou adequada que torne a ciência mais explícita.

I — **Quanto à forma**, parece-nos já a imagem de uma realidade que cai imediatamente sob os sentidos, visível, lacta, ampla, como um continente que abrange todo um conteúdo; e se refere como perfeita adequação ao Estado. O Estado é algo estável que tem sua figura, sua feição, sua forma, como um ser que tem exterioridade concreta. Assim podemos dizer com segurança que um Estado é **unitário**, que outro é **dual**, que outro é **federado**. Basta enunciar esta idéia para que se conceba logo não o conteúdo político, mas o continente formal de um Estado, dentro do qual se compreenda o regime do seu go-

vêrno e o seu sistema constitucional. Assim, a forma pode ser reservada para significar o aspecto exterior de um Estado, respondendo à pergunta — Como é formado?

II — **Quanto ao regime,** respondendo à pergunta — quem rege êsse Estado — fornece a idéia de um princípio dinâmico, referente mais ao fato — govêrno — do que ao fato estático — Estado.

Diante desta nova especulação para saber-se quem rege o Estado, várias respostas podem ser dadas, tipificando em cada uma delas um regime diferente:

1 — Se é a divindade quem o rege por intermédio dos seus sacerdotes, o tipo de govêrno é o da **Teocracia** ou do regime teocrático.

2 — Se é um homem quem rege, qualquer forma de Estado, quer unitário, quer dual, quer federado, por meio da fôrça com que conquistou o poder, o tipo de govêrno é o do **Despotismo** ou da **Tirania,** quando o déspota é máu.

3 — Se é uma família que exerce a função de govêrno, passando êste exercício de pais a filhos, tem-se o tipo da **Monarquia,** com os subtipos de **Monarquia absoluta,** de direito divino, quando o monarca governa por meio de ministros e de côrtes, e de **Monarquia-constitucional,** quando governa por meio de parlamentos formados por preceitos constitucionais.

4 — Se o monarca é escolhido pelo povo para reinar vitaliciamente, constitui-se a **Monocracia,** ou tipo do regime monocrático.

5 — Se o mesmo povo elege o seu governante, mas por tempo prefixado constitucionalmente, o regime assim constituido é o da **Democracia republicana**, que, como a Monarquia, apresenta vários subregimes:

a) — o da **Democracia liberal,** quando o espírito constituinte é o de dar primazia às liberdades e aos direitos dos cidadãos;

b) — o da **Democracia social,** quando o espírito constituinte é o de dar primazia à igualdade dos cidadãos;

c) — o da **Democracia integral,** quando o espírito constituinte é o de integrar ou conciliar a liberdade com a igualdade, os direitos com os deveres, para sustentar a primazia do homem.

6 — Se o govêrno, qualquer que seja a sua origem, se exerce com o fim de sustentar a primazia do Estado sôbre o homem, o regime assim criado é o **totalitário**.

7 — Por fim, se o poder se forma de uma classe, com o fim de dominar as outras categorias de cidadãos em que se divide a nação, pondo nas mãos do govêrno todos os recursos para a produção das riquezas e os bens de consumo, temos o regime **soviético,** que, por seu fim de anular os direitos do cida-

dão e o próprio homem, também se cataloga entre os regimes totalitários.

III — **Quanto ao sistema**, que é a estrutura dentro da qual o soberano rege, isto é, exerce o govêrno, curioso é ver que cada regime e subregime exige necessàriamente o seu sistema próprio ou a sua própria estrutura, dando esta a fisionomia daquele, ao qual está intimamente ligado, com relação semelhante à que existe entre as funções endócrinas dos organismos vivos e o tipo de cada um.

1 — Assim, podemos ter certeza de que o regime teocrático tem que ser movido pelo sistema da moral revelada por Deus.

2 — De que o regime do despotismo ou da tirania tem por fôrça propulsiva a constituição temperamental do tirano ou déspota manifestada pelo arbítrio do mesmo. O sistema dêsse regime consiste na vontade livre do governante.

3 — Tendo-se em vista a Monarquia absoluta de direito divino, por isso que é de direito divino, regência por delegação transcendental, o sistema se estrutura numa trama que tem tanto de natureza espiritual, como na Teocracia, quanto de natureza temporal, como em todos os regimes dêste mundo. Por isso, desde quando se reconstituiu o Império do Ocidente, sob Carlos Magno, e em todo o tempo do Império do Oriente sob seus Basileus, os soberanos se faziam assistir por ministros e côrtes que os au-

xiliassem no govêrno, que os ajudassem a servir bem servido o povo. É o Sistema da Demofilia.

4 — Tendo-se em vista a Monarquia-constitucional, o sistema participa da natureza do sistema parlamentar, segundo o qual a vontade do povo se conjuga com a vontade do monarca nos atos da governação.

5 — Tendo-se em vista o regime monocrático, tipo intermédio entre Monarquia-absoluta e Monarquia-constitucional, o seu sistema não se caracterizou fortemente; e, por ser incolor, como era na Polônia, em séculos passados, foi o que menos condições teve para sustentar êsse tipo de regime. O mesmo aconteceu em Roma, cujo Império, manejado por um sistema de cooptação e de vitaliciedade, desmoronou ao fim de quatro séculos.

6 — Tendo-se em vista o regime democrático-republicano, como prescinde de soberano hereditário ou vitalício, o sistema de govêrno dêste regime não pode deixar de ser totalmente representativo da vontade popular, e se exerce por meio de câmaras e de ministérios.

7 — Mas a Democracia-republicana, isto é, aquela que se caracteriza pela temporariedade das funções políticas, comporta três tipos perfeitamente diferenciados, aos quais correspondem três sistemas também respectivamente adequados a cada um dêsses subregimes.

a) — Ao subregime da Democracia-liberal corresponde o **sistema da representação popular por sufrágio universal,** incumbida de decretar e defender os direitos dos cidadãos, e de dotar de fôrça legal todos os serviços públicos. Nada se faz sem autorização legal. É o sistema legal, o sistema jurídico por excelência.

No liberalismo, que justifica a Democracia-liberal, há um sentido de vida individualista, segundo o qual o indivíduo supera a sociedade, colocando seus interêsses particulares acima dos interêsses gerais; o que se torna possível pollticamente em virtude dos sistemas que entrosam esta variedade de **Democracia:**

1.° — o **Parlamentarismo** — que se apresenta como o sistema mais dútil.

2.° — o **Presidencialismo** — que é o mais rígido.

3.° — o **Colegiado** — meio têrmo entre um e outro, porque o colégio de administradores quebra a rigidez da administração a prazo fixo, e é eleito pelo sufrágio universal direto. Pela eleição indireta do Colégio ou Conselho participa do modo parlamentarista; pelo prazo fixo decretado aos órgãos governamentais participa do modo presidencialista. Com qualquer dêstes três sistemas se tem em vista precipuamente a garantia das liberdades e dos direitos constitucionais reconhecidos aos cidadãos, o que é da essência do regime democrático-liberal;

b) — Ao subregime da Democracia-social corresponde o sistema do sufrágio parcial, incumbido de formar um govêrno que decrete o poder e os direitos da coletividade sôbre a pessoalidade até reduzí-la à mínima expressão política. O cidadão perde o direito de iniciativa privada, depois de perder os meios de produção das riquezas. Dêsse modo a produção fica sendo privilégio da coletividade. A êste sistema se costuma chamar de Coletivismo;

c) — Ao subregime da Democracia-integral, que alguns sociólogos denominam de **orgânica**, corresponde um sistema entrosado por eleições gradativas e cada vez mais apuradas nos grupos corporativos que os cidadãos compõem espontaneamente, as quais participam do sufrágio universal em que todos os cidadãos são chamados a votar, e não sòmente uma classe ou parte dêles. Os cidadãos se constituem nos seus estados e êstes no seu regime corporativo, que é o regime de tôdas as classes sociais e de todos os interêsses nacionais. É um sistema que não se adapta à Democracia-liberal, porque o seu princípio de liberdade não é absoluto, mas relativo às conveniências sociais. O cidadão desprende-se de parte dela, em benefício do grupo que êle mesmo forma espontaneamente e no próprio interêsse. E não se adapta à Democracia social, porque defende os cidadãos contra a sua absorção pelo Estado. Neste particular o sistema corporativo é a antitese do sistema coletivo. Há, é verdade, em um e outro um

princípio socializante; mas que no Coletivismo se cumpre à fôrça e em benefício do Estado, ao passo que no Corporativismo se realiza espontaneamente e em benefício do cidadão, por meio da associação, da solidariedade, que ampara o homem. Daí também chamar-se o Corporativismo e o Cooperativismo de **sistemas solidaristas,** tão longe do Socialismo coletivista como estão a espontaneidade e a coação, a expansão da pessoa humana para o Estado e a sua escravidão pelo Estado, um Estado **meio** de ordem pública e um Estado **fim** de tôdas as atividades do homem.

A êste sistema de governar oprimindo os cidadãos, sem responsabilidade de nenhum governante, porque tudo se faz em virtude de lei, à feição democrática, como é no Socialismo coletivista e no Comunismo, quando levado ao cúmulo da opressão, dá-se-lhe o nome de **Totalitarismo**. Assim foi na Alemanha, sob o Nacional-Socialismo; assim na Rússia comunista; assim na Itália fascista.

Passados em revista os regimes governamentais e os sistemas constitucionais, fica evidente que a cada regime corresponde necessàriamente um sistema ou mais de um, contanto que sejam lògicamente adequados, como no caso da Democracia-liberal, que pode funcionar sob a entrosagem parlamentar, presidencial e colegiada; ou também a mais de um regime caber o mesmo sistema, como no caso do Socialismo e do Comunismo aos quais serve o Coleti-

vismo, porque o Comunismo é um conseqüente desdobramento do Socialismo. Depois de socializar os meios de produção, fácil é socializar os bens de consumo; depois de reduzido o povo à condição de massa, se podem apagar da sua vida os grupos econômicos, os cívicos e o familiar. Nesse formigueiro, nessa colmeia, o imperativo é trabalhar para o Estado, com prescindência de qualquer valor pessoal.

Fora dessas correspondências, que estão na ordem natural das coisas, porque são lógicas, outras adaptações se tornam impossíveis ou absurdas ou perigosas, como qualquer dos sistemas próprios da Democracia-liberal aplicados aos regimes socializantes. Quanto mais pura fôr a inspiração liberal dentro de um regime socializante, tanto mais ligeiro degenerará ela em Socialismo e logo depois em Comunismo. O sufrágio universal que concedeu o govêrno ao partido trabalhista, em breve será abolido por fôrça da lógica coletivista, que não pode tolerar a formação de maioria eleitoral oposta à realização do plano socialista ou do govêrno por uma classe para uma classe. Vai fatalmente para o Totalitarismo.

Raciocinando assim, e com o propósito de acertar, os integralistas resolveram apoiar o ideal parlamentarista, já que um grupo forte e seleto da nossa Cmara Federal prefere êste sistema ao presidencialista que estrutura atualmente o nosso regime democrático. A verdade é que o nosso ideal democrático não coincide com a Democracia-liberal; mas

daí não decorre que nos caiba impedir por quatro votos ou mesmo dificultar o melhor jôgo do regime hoje imperante no Brasil. Além disto, estamos convencidos de que, sendo já da categoria do Socialismo-de-Estado o regime pelo qual somos norteados neste momento histórico convem detê-lo no ponto em que está, se não fôr possível recuar sôbre o rastro das liberdades perdidas pelos cidadãos. Talvez o Parlamentarismo abrisse uma esperança a êste rumo. Os liberais que se avenham quanto a adoção dêste ou daquele sistema constitucional; posto que os integralistas se conservarão atentos aos altos interêsses da Nação, votando sempre a favor das medidas legislativas e executivas, que melhor correspondam a êles. Êste é o mais sério dos nossos compromissos políticos. Não pode haver, pois, complicação da resolução que tomamos com o nosso ideal de Solidarismo, muito menos de quebra dêste ideal, que é, no nosso entender, não só a salvação, a paz política e social do Brasil, mas de todos os povos da Terra. Quem sabe até se através do Parlamentarimo, por sua dutilidade mesma, não se possa encaminhar a opinião pública e depois desta a própria política na direção em que enxergamos a salvação nacional? O que não podemos é encarar com indiferença os altos problemas de Estado, nem propôr um sistema corporativo a um regime em parte liberal e em parte socialista. Isto seria desconhecermos as possibilidades teóricas e as práticas do momento,

e afastamos as nossas próprias possibilidade, pretendendo colher fruto de uma terra que ainda não está preparada. Que readquira o seu Parlamentarismo a Democracia-liberal. Melhor para ela. Nós reservaremos o Corporativismo para a Democracia-Integral. Mas até lá nos contentaremos com as reformas mais promissoras.

(In **A Marcha**, 27-2-1953)

III

O PROBLEMA DO LATIFÚNDIO

COM a freqüência das imitações fáceis ouvem-se e lêem-se repetidos doestos assacados a latifúndios em nosso país. É moda. Etimològicamente esta palavra significa — grande, alargada, lata (**lati**) propriedade rural, derivado do Latim: — **latifundium** (latus-fundos). Tal é a coisa em si, em estado (**in habitu**) ou propriedade rural. Mas, semanticamente, não é esta a significação dêste fato econômico e jurídico: e, sim, grande-propriedade improdutiva, isto é, inutil à coletividade ou destinada a fruições particulares, como, por exemplo, aos prazeres da caça, e, o que é mais grave, a inércia ou ao desleixo do abandono.

Tal é a coisa em exercício (**in actu**) que tem acarretado através da História tantos desgôstos, tantas revoluções e tamanho descrédito à coisa em si, isto é, a grande propriedade **in habitu**. Contra aquela é que mais de uma vez se tem avolumado a grita dos povos do velho Mundo, porque é a coisa sujeita à ação do homem; e nunca contra esta que não passa de uma instituição imposta pelas circunstâncias. O latifúndio, pois, tem provocado revoltas, não contra êle mesmo, mas contra o uso que se faz dêle.

Entretanto, no Brasil, por arremedo do que se tem feito na Europa, ataca-se o latifúndio em si, como se essa causa fôsse a causadora de algum mal social; e ataca-se o proprietário ou latifundiário, não porque faça mau uso da sua propriedade, mas pelo simples fato de ser grande proprietário. Nesta campanha está disfarçado o ódio contra a propriedade e contra o seu proprietário, há nela muito de socialismo e muito mais de comunismo, posto que no nosso país, nunca se fêz até hoje mau exercício da propriedade, quer seja ela destinada à borracha, quer à cana, quer ao gado. Nos latifúndios do Brasil sempre o homem se portou decentemente, destinando suas terras ao cultivo de alguma riqueza; de modo que a instituição da grande propriedade nunca foi empecílho ao progresso nacional, nem causa de calamidades sociais. Ao contrário, o latifúndio tem sido, e ainda é, o único método adequado à exploração econômica e ao bem-estar humano de países despovoados. Assim foi na Antigüidade, em que os patrícios encabeçavam e fomentavam as indústrias agrícolas. Assim na Idade-Média com os Barões, os Condes, os Marqueses, os Duques, os Príncipes e os Reis, que, em suas baronias, em seus condados, marquesados, ducados, principados e reinados, aglutinavam os braços capazes para o trabalho produtivo dentro de cada um dêsses antigos apanágios, que nada mais eram do que imensas propriedades exploradas cada uma por seu titular. Assim

no Brasil das Capitanias, cujos capitães-mores promoviam o povoamento e o progresso, arregimentando e ordenando a produção de riqueza da terra de Vera Cruz. Assim no Brasil das Sesmarias, que assinalam, como no das Capitanias, um período de arrojo e desprendimento dos dianteiros conquistadores do patrimônio nacional. Assim no Brasil das Fazendas — de algodão, de cana, de café, de gado; no Brasil dos fazendeiros grandes proprietários, que tornam possível, com seu tino, sua inteligência e seu capital o acréscimo da riqueza pública. Sempre emergem, nos países a povoar e aproveitar, o latifúndio e o latifundiário, como fenômenos históricos necessàriamente determinados e acomodados às diferentes circunstâncias. A existência do senhor de terras em atividade na sua terra foi e é um desencargo para o govêrno da nação, do Estado, pois que, com seus atributos heris, não só promove o progresso da emprêsa como mantém a ordem dos operários. Diverso é o fato da pequena propriedade, em que o pequeno proprietário, isolado, só com sua família, sem o ajutório dos vizinhos, labuta quase sempre desesperançado, ou esperando que o Estado lhe estenda a mão salvadora. Admitimos que se passe do pastoreio para a agricultura, passando ex-abrupto, por efeito de uma lei agrária, da grande propriedade para a pequena; e que esta produza maior riqueza do que aquela na mesma extensão. Admitimos, porque é evidente. Entretanto, o acrés-

cimo proporcionado pela agricultura em pequena propriedade tem uma significação inteiramente diversa da menor produção pela pecuária. Por aquela se melhora de condição pela quantidade, por esta pela qualidade. A mesma extensão de terra explorada agrícolamente dá maior quantidade do que pela criação. Mas é preciso investigar, antes de avaliar as duas condições humanas, que intensidade de trabalho e que quantidade de braços se acumulam na terra da agricultura para a sua maior produção; e ver se êsse aumento corresponde a maior felicidade dos produtores. O que se vê é a sua escravização à charrua, à enxada, à foice; o que se vê é uma intensidade de trabalho bem mais forte do que na pecuária, um nível de felicidade bem mais baixo do que a do campeiro. Para convencimento dêste fato, basta fixar os olhos num e noutro produtor. O agricultor anda encurvado, é soturno e resignado; o campeiro é bizarro e sôfrego; aquêle vive olhando a terra para a qual tende initerruptamente; êste bota o chapéu na nuca para contemplar ao longe a vastidão do espaço. Há no peito do campeiro um ruidoso palpitar de satisfação, enquanto na alma do agricultor a paciência de quem espera um ano para ver o resultado do seu trabalho. Esta verificação basta para convencer de que o sistema pastorício, na grande propriedade, é mais integralmente econômico do que o agrícola na pequena, porque corresponde mais exatamente a **lei hedonística** — do resultado ótimo

com esfôrço ótimo; isto é, a do resultado satisfatório com o mínimo esfôrço, o que constitui a realização de um ideal humano, conjugado com uma realidade material. Além disto na criação, em grandes propriedades, a ameaça da **lei do rendimento não proporcional** — (em que a cada maior esfôrço corresponde menor índice de resultado) — é longínqua ou não existente, porque a natureza, pouco sugada, se recompõe por si mesma; ao passo que, na agricultura, sobretudo na pequena propriedade, a terra se exaure e exige restauração, determinando por isto a ação da supra dita lei. Não se condene, portanto, o latifúndio, sobretudo quando entregue à pecuária, sem exame acurado do problema; nem se sustente que o Estado tem por precípua finalidade fomentar a quantidade com expressão do bem-comum, da felicidade geral; porque a sua precípua finalidade é essa felicidade infundida segundo os processos menos penosos da econômia. Que importa a quantidade para um povo desventurado? Sobretudo, o que acabamos de alegar em favor do latifúndio no Brasil acresce a consideração de que ninguém o pode definir, sendo uma realidade tão esfumada como a da luz e da sombra, no bruxolear de um crepúsculo; tão relativa e instável como a relação fugidia entre o território e a população. Um latifundiário do Rio Grande do Sul o será porventura no Mato Grosso ou no Amazonas? Conversando, certa vez com o professor Carlos Gide, convidou-me para ir ao Sul da

França visitar o seu — **grand domaine**. — E que área tem o seu **grand domaine**? perguntei-lhe. — Tem 100 hects., respondeu-me. Ora, é a área de um piquete para tropilha de serviço numa estância modesta, a qual, na França, aparece como — **grande propriedade**. E não disse o ilustre professor que possuia um **latifúndio**, e sim um domínio, porque a sua enorme propriedade estava cultivada, como estão as fazendas de todo o Brasil, povoadas de gadaria, de riqueza. E, se um trator é suficiente para efetuar numa propriedade maior obra produtiva do que cinqüenta lavradores, essa propriedade seria ainda e também um latifúndio? E neste caso, para negá-lo, se negará importância à quantidade da riqueza, que é o pretexto para a campanha movida contra a grande propriedade? Na questão dêste problema o lado principal não é do aspecto material; mas, sim, o do aspecto humano, visto através da repartição dos proventos da riqueza e do grau de bem estar geral promovido por ela.

IV

A PROPRIEDADE E O ENSINAMENTO INTEGRALISTA

DIZÍAMOS, no capítulo anterior, que os latifúndios do Brasil não são responsáveis pelos desacertos econômicos e sociais do momento, sobretudo encarados sob o ponto de vista da produção comparada com a dos **parvifúndios**; porque a chave da questão social é a **repartição dos proventos** que deixa a produção e não a produção mesma. Desorientados na barafunda dialética, os socialistas e comunistas acusam a produção e, por um efeito lógico, passam às próprias fontes de produção, que são as propriedades particulares, abalando assim a ordem social até os seus mais sólidos fundamentos — a propriedade, a família e a crença em Deus — intimamente conjugados os dois últimos com a instituição da propriedade. A estabilidade da propriedade assegura ao homem a continuidade da produção e a perpetuidade religiosa, como acontece tanto na família patriarcal como na particularista. Por esta razão, e para que tôdas as famílias possam ter, na medida do possível, uma propriedade imóvel, é que os integralistas, sem serem socialistas, consagram o **partilhismo** e a **participação dos operários nos lucros da emprêsa**.

1 — Quanto ao **partilhismo**, vem certo, se refere à repartição de bens imóveis ou de fontes de pro-

dução, não porém, com a intenção de acréscimo de produtos, mas com a intenção de estabilidade da família, de perpetuidade religiosa; não visando quantidade, mas qualidade; não abundância pela abundância, mas o **bem-estar** pelo **bem-comum**.

E não se afirme que o Integralismo, para chegar até lá, força situações atrabiliàriamente, sem o trabalho prévio de ensinar a Nação, sem convencê-la, pela doutrinação, de que os seus ideais são os mais convenientes à Pátria.

Cada família deverá possuir o seu **homestead,** sem que isto implique um sacudimento, uma ruptura na continuidade que deve haver entre o passado e o presente. As mais sólidas revoluções são as que se apoiam nos alicerces da nacionalidade, já recalcados pelos séculos no subsolo da Pátria. Para nós é uma questão de **modos faciendi,** sem ódio e sem pressa, o dotar as famílias brasileiras de propriedade imóvel para seu assento e estabilidade. Estamos certos de que, amadurecida a doutrinação, os frutos cairão no seio da nacionalidade sem que seja necessário sacudir seus galhos. Quão diversos são os processos socialistas, movidos pela pressa de que teme que se escape o momento oportuno e fugaz! Como há ódio entre os seus corifeus, lançam-se contra os odiados **latifundiários** para arrebatar-lhes suas propriedades, desrespeitando um direito, desprezando uma tradição, obscurecendo uma evolução natural, lógica e conveniente qual é a repar-

tição (partilha) das propriedades entre os sucessores da geração seguinte.

2 — Quanto à **participação nos lucros**, também, é um dos alevantados ideais integralistas — **da incorporação do proletariado à ordem moderna** Nada mais justo do que interessar, pela partilha dos benefícios das indústrias, todos aquêles que colaboraram para a prosperidade delas. Como, porém, o problema é complexíssimo, o Integralismo não entra em pormenores, batendo-se pelo esclarecimento do assunto, pelo armistício da guerra de classes movida pelos socialistas, e pela boa vontade dos capitães da indústria, ainda enrijecida pelos processos egoistas até hoje vigorantes.

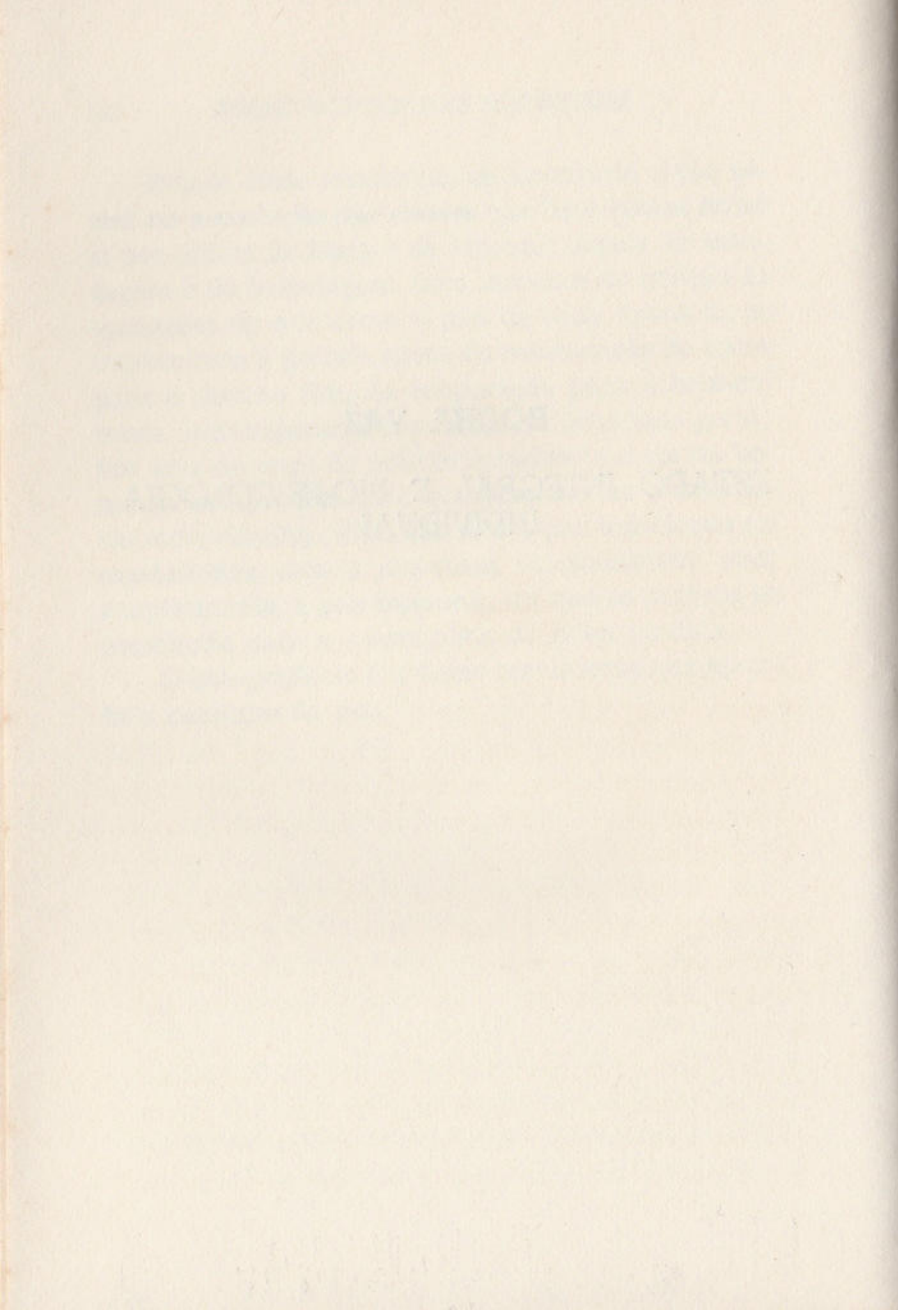
Ao mesmo tempo cumpre definir o que seja cientìficamente o **lucro**, cuja noção ainda é incerta nos tratados d'Economia Política. Tudo, pois, nos induz a que não nos precipitemos na realização de nossos elevados ideais. Prosperar não consiste só em fazer o bem, mas também em não fazer o mal, embora provocado pela boa vontade, que venha anular todo o bem contido na melhor das intenções.

Enfim, para chegarmos ao **partilhismo e à participação nos lucros**, uma conquista prévia é indispensável: — a da **associação** dos homens em tôrno dos interêsses materiais e imateriais, como meio de conhecê-los em seus pormenores e como conseqüência do armistício da **guerra de classes**.

Depois dêsse armistício, se assentaria a **paz social** na **associação das classes** que hoje lutam entre si por ordem de Marx e de Moscou: depois da **sabotagem** e da **boicotagem,** com máscara de traição às operações de que brota o pão de cada operário, se implantaria a grande época da **colaboração** de todos para o mesmo fim, da **cooperação** para o bem-comum, onde repousa o bem-estar e a felicidade geral. Por trás do **ruço** do ódio está radiante o sol da bonança em um céu claro que permite ver a existência mais risonha. Essa não será a **pax-americana** ou **capitalística,** nem a **pax-russa** ou **comunista,** mas, simplesmente, a **pax-humana,** em que os homens se associarão para a reconquista do Eden perdido.

O Integralismo é o único movimento que aponta o caminho da paz.

ROCHA VAZ

ESTADO INTEGRAL E BIO-PSICOLOGIA INDIVIDUAL

A organização político-científica integralista tem no seu programa: "dar ao homem elementos para que êle realize as suas justas aspirações materiais, intelectuais e morais".

Vinculadas estão as aspirações materiais às duas outras, qualquer que seja a função do homem no Estado Integral, onde êle não é o que quer ser, mas o que pode ser, pois, só assim se tornará útil à coletividade e a si mesmo.

Na execução desta parte do programa o Estado será o seu guia, o seu orientador e para isto é indispensável conhecer a quem vai guiar e orientar.

Na construção dêste grandioso edifício social é condição imperativa o conhecimento do material, empregado, isto é, do homem nos diversos períodos da evolução biológica.

A ciência da biologia da individualidade humana, com fundamento rigorosamente científico, fornecerá os dados para que bem se possam julgar os valores das capacidades individuais somático-psíquicas.

Perante Deus e as leis todos são iguais, mas, em face da biologia e da psicologia humana individual não há igualdade e sim "indivíduos dissemelhantes e desiguais, isto é, indivíduos ou grupos de indiví-

duos que diferem uns dos outros pela capacidade física, pela soma de valores musculares, intelectuais e morais, calculáveis, comerciais, utilisáveis na realidade social, isto é, no mercado de valôres humanos".

No Estado Integral êste mercado não pode ser invadido pelos que querem sòmente satisfazer ambições, vaidades mal contidas.

Cada indivíduo deve ocupar o seu justo posto de acôrdo com a sua capacidade somático-psíquica, e não como se faz na liberal-democracia, em que as aptidões são coladas aos indivíduos com a mesma facilidade com que se colam os números nos postes de iluminação e nas paredes dos edifícios.

O Estado Integral analisa e seleciona os indivíduos segundo as suas qualidades pessoais e constitucionais de temperamento e de tipo mental, de acôrdo com a bio-psicologia humana e social.

O comunismo soviético, neste particular, lançou as suas idéias no Congresso internacional de Moscou, pela boca de Gartev: "qualquer trabalhador deve adaptar-se a qualquer genero de trabalho".

Não pode haver maior comunismo biológico, e por ser anti-natural já tem lavrada a sua sentença de morte.

Dêste modo orientado, o comunismo soviético procura despertar em cada indivíduo energias latentes, utilisando a técnica de "estimulos especiais: salários e prêmios, de acôrdo com a habilidade de

cada um, prêmio para os bons e castigos para os trabalhadores cativos".

A liberal-democracia seleciona, não os indivíduos mas as fôrças que por êles se interessam: partidos políticos, amizades pessoais, servilismo, e, excepcionalmente, aceita a fôrça da competência.

A mentalidade dos dirigentes da nossa liberal-democracia não compreende a importância da resolução dêste problema na organização do Estado, e dos três ministros da Nova República só um — Gustavo Capanema — viu, imediatamente, o valor social do estudo da individualidade humana, não tendo poupado esforços para a sua realização.

A cada passo vemos os malefícios da negligência dos governos e das organizações privadas no estudo da capacidade somático-psíquica nas organizações desportivas e escolares, na orientação do trabalho, na escolha dos militares, etc.

A educação física, que tem por fim a harmonia do corpo e do espírito, não tem orientação científica. Sòmente a Escola de Educação Física Militar segue rumo certeiro; os demais centros não obedecem a indicações especiais para cada indivíduo ou grupo de indivíduos.

A determinação psíco-física de cada indivíduo é indispensável para que haja eficiência em sua educação física. A escola italiana de Viola e de Pende, a mais rigorosamente científica, salienta que o nosso

motor muscular está em íntima relação com o motor intelectual e com o motor sentimental.

A educação física não compreende sòmente os músculos, mas também a vontade, o sentimento e a inteligência; a educação é física-psíquico e o educador deve conhecer a personalidade somático-física de cada um.

Nas organizações escolares não se cuida da exploração e do conhecimento da personalidade biológica e psícológica da criança com o fim de dar-lhe uma educação racional e individual. Na capital da República a organização do ensino primário é ainda primitiva, muito embora se aplauda a orientação dada por um dos adeptos do credo de Moscou.

Nas escolas, só se ocupam com a cultura da inteligência e com a cultura do corpo e, isto mesmo, com grandes falhas e êrros; a cultura do caráter é posta à margem, porque os educadores desconhecem as qualidades do caráter que devem ser apreciadas e orientadas para boa utilização da inteligência.

"Caráter e inteligência", salienta Nicola Pende, "eis os dois motôres da nossa vida quotidiana e os verdadeiros fatôres do nosso Destino".

Para Ribot, o caráter é o verdadeiro motor, a inteligência é a luz que ilumina o caminho que aquêle deve percorrer.

É a escola que dará ao Estado Integral cidadãos robustos, de vontade forte, com o espírito de ordem, de disciplina e, por assim ser, ela deve orien-

tar-se em conhecimentos seguros de biologia e de psicologia individual.

Criamos um Ministério do Trabalho para a propaganda do comunismo soviético e para incentivar a luta entre trabalhadores e empregadores. Ali se desconhece a organização científica do trabalho, traçada luminosamente por Vidoni na proteção integral dos trabalhadores.

A organização científica do trabalho não se limita mais, hoje, ao aperfeiçoamento da tecnologia, à racionalização da indústria e do comércio, à utilização do tempo e à compensação do trabalho. Ela é hoje mais complexa e se baseia nas pesquisas biológicas, tecnológicas e sociológicas.

A indústria moderna, diz Stande, não é mais a arte de fabricar; é uma atividade nova que não se orienta sòmente pela Física, pela Química, pela Tecnologia, mas também pelas ciências, pela Pedagogia e pela Físio-Patologia.

A orientação científica do trabalho não se satisfaz mais com o Taylorismo, com Fayolismo e com o Scotismo. Antes de mais nada, o primeiro cuidado é o de proteger os trabalhadores: a) exigindo-se uma organização higiênica segundo as normas mais modernas do ambiente do trabalho; b) conhecendo-se as atitudes físico-psíquicas e a capacidade ou deficiência produtiva individual para colocar os trabalhadores em seu justo lugar; c) determinando-se as predisposições de fraqueza constitucional, que fa-

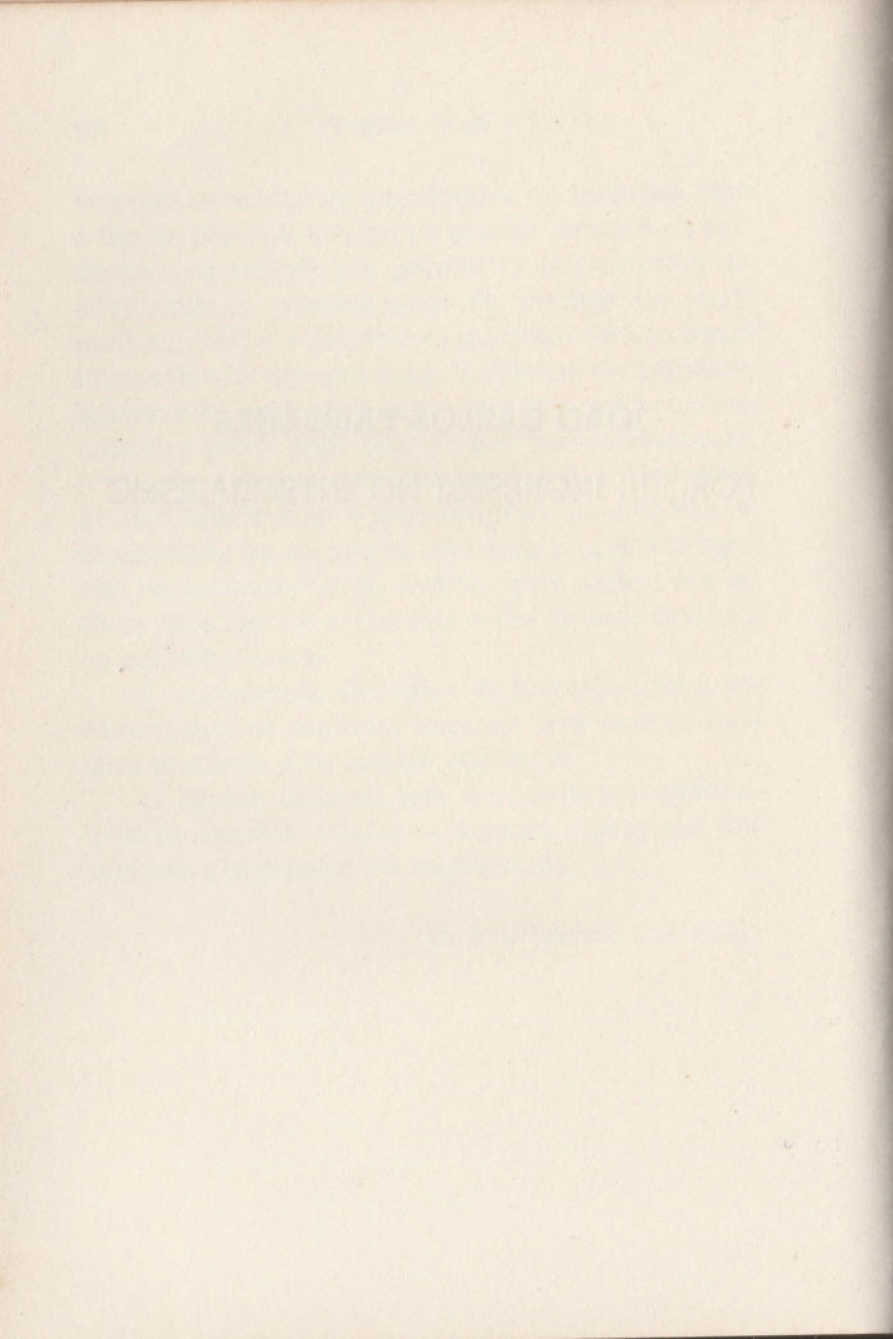
vorecem os acidentes e os deveres do trabalho, com o fim de prevenir em tempo com os recursos da medicina e da terapêutica preventiva uns e outros; d) adquirindo-se possibilidades de resolver de modo mais equitativo e racional as questões médico-legais inherentes às doenças e aos acidentes do trabalho, baseando-se no conceito que, para uns e para outros, o médico perito pode hoje possuir preventivamente. mediante o exame constitucional, e o critério para avaliar, igualmente, o peso recíproco para os fins de indenização ou de prêmio das duas grandes categorias de acidentes ou de doenças, pelo seguro dos fatôres externos ou acidentais e dos fatôres internos ou constitucionais.

A organização científica do trabalho sem o conhecimento do material humano será sempre uma obra mutilada e de escassa eficiência.

O Estado Integral tem necessidade imprescindível de conhecer o fator — Homem — para que êste seja útil a si próprio e à coletividade.

(In A Ofensiva, 19-6-1937)

JOÃO CARLOS FAIRBANKS

PORQUE INGRESSEI NO INTEGRALISMO

1) — Auspiciei, quiçá de maneira inconsciente e penumbrosa, pela essência do Integralismo, ignorando-lhe embora o nome e a forma pela qual êle viria a surgir no Brasil, como o jovem israelita, nascido em família dotada de Fé, teria, desde o berço, anhelado pela Terra Prometida.

2) — O vácuo que senti, na infância, na adolescência, no início da maturidade, por princípio norteador de atividade moral — social — político, explica-se pelas condições de meio familiar, de meio econômico, de meio social, de meio político em que nasci, fui criado, vivi, até aos quarenta anos.

3) — Nascido em São Simão, no Bispado de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, na região servida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, aos 16 de agôsto de 1891, portanto dois anos apenas após a proclamação da República, e três em seguida à extinção da escravidão, aos meus olhos, desde o berço,

foi proporcionado o êxtase ante à contemplação do surgimento dos famosos cafezais da região de Ribeirão Preto, cujo fastígio, em 1908, Enrico Ferri viria a proclamar como da transluzência do maior FENÔMENO ECONÔMICO do século XIX, fenômeno êsse mais expressivo, ainda segundo o precitado Ferri, que o dos Altos Fornos de Pittsburgh, cujo papel no desenvolvimento da siderurgia dos Estados Unidos ninguém ignora.

4) — Se tal foi o esplendor do cenário econômico, que demorou a encantar-me a visão infantil e juvenil, outro não menos suntuoso, em sua beleza, viria a empolgar-me a alma: se a época do meu nascimento coincidiu com a da instauração constitucional do laicismo ateu, permitiu-me Deus a graça, excepcional para então, que me fôsse fácil haurir, no berço, a formação religiosa que nos negava a escola, pois foi-me dado nascer de pais católicos, êle, médico, por algum tempo agricultor e esporàdicamente político em São Simão, ela, professora, ambos — e graças a Deus que assim aconteceu — mui mais ricos de sentimentos morais e atenções a motivos culturais, que provi-

dos ou preocupados com fundos bancários. Cedo, mui cedo, essa graça especial do Espírito Santo desceu a ferir meu conhecimento e ìntimamente fazia-me feliz, ao comparar-me a outros da mesma idade, riquíssimos maximé em relação à mediania econômica de nosso lar, nem por isso dotados, por outro lado, de maiores atenções pelas elocubrações do espírito.

5) — Bem menino passei a freqüentar as Aulas de Catecismo dos Revmos. Padres Agostinianos de Ribeirão Preto, que para aquêle florescentíssimo Município se haviam dirigido, refugiados das Filipinas, e finda a chamada guerra de Cuba, entre os Estados Unidos e a Espanha, em que esta, vencida, houve de ditas Filipinas entregar ao vencedor, assim e então surgido aquêle como potência militar.

6) — O ambiente social era o da tranqüilidade que êste Estado de S. Paulo, madrugando para a Imigração, atraindo-a ainda mesmo anteriormente à Abolição da Escravatura, parecia haver herdado do Império. Havia apenas duas classes sociais quantitativamente predominantes: a dos

fazendeiros, sujeitos a certos revezes, advindos das crises cíclicas do café que às vêzes os reduziam à condição de "colono" e a dos "colonos", em geral italianos, que a ascencional **social mobility**, provocada pelo ciclo oposto da **prosperity** cafeeira, naturalmente promovia a fazendeiro, na subdivisão natural das terras, determinada pelo avanço sertão a dentro pelas locomotivas. Então, Bebedouro e Barretos eram "Sertões". As atuais regiões da Alta Paulista, da Alta Sorocabana, da Noroeste e da Araraquarense eram, então, designadas, nos mapas, entre êles no do magnífico levantamento do Rio Paranapanema pelo capacíssimo Engenheiro Teodoro Sampaio, como desconhecidas e povoadas pelos selvícolas.

7) — Se o ambiente social transluzia calmaria, equivalente a pasmaceira, o político, ao reverso, já sofria da sofreguidão e da intranqüilidade, identificável a desequilíbrio, característico necessário de todo o regime republicano, embora menos acentuado no sistema presidencial que no parlamentar, por isso que a ausência do Chefe permanente do Estado, da Corôa enfim, impondo a ordem dos interêsses

permanentes da Nação sobreposta ao mutável e efêmero interêsse de camadas populacionais, posto que crismado de progresso, conduz tôda a eleição a ser o risco do "salto no escuro" para a Revolução...

8) — No entanto, a verdadeira Revolução fervia latente na subjacência do ambiente social-econômico. Enquanto, pològicamente, a Revolução trazida pelo voto não passava da mudança do "coronel" A pelo "coronel" B nos cargos do Executivo e Legislativo Municipais, cada "coronel" com sua banda de música, seu jornaleco, seus apaniguados porfiando com a banda de música, o jornaleco, os apaniguados do grupo adverso — ambos os grupos filiados ao Partido Único — o velho PRP — à superfície e nas profundezas da terra iam-se desgastando o humus e os sais minerais ferrosos, provindos da decomposição da rocha diabásica e que coloriam de roxo o chão, enquanto, simultaneamente, as enxurradas não contidas por ainda inusitados sulcos de "curvas-de nível" iam erodindo a terra, modificando-lhe anual e crescentemente o índice de P. h., a terra cada vez menos

"doce" e mais "ácida", as colheitas de café naturalmente descendo de 200 para 100, para 80, para 50 arrobas por mil pés, e até para 20, quando sôbre o fidalgo arbusto ainda infletia a desventura da "geada-brava". Não provinha, no entanto, e apenas da Natureza física a causa do empobrecimento. Vigiam, então, como leis civís, as das Ordenações, modificadas e pervertidas pelo ânimo destrutivo do espírito revolucionário-republicano, aluidor do Altar, destruidor de Pátrias e Famílias e ânimo êsse exorbitante do Código de Napoleão para todos os povos, imitadores de outros povos, como o brasileiro, sòmente não contaminando aquêles, como os saxônicos e germânicos, capazes de se dirigirem pela **opinio necessitatis** de suas tradições consolidadas pelo estudo por suas próprias cabeças e não pelo do fruto de cabeças extranhas. De acôrdo com essa Legislação, que intacta passou para o Código Civil de 1916, cada sucessão "causa-mortis", através a obrigatória partilha, constitue verdadeira Revolução, de sorte que não há, nem poderá haver, Economia familiar, que resista a dois ou três processos de Inventário. A Natureza doou "terra-

roxa" riquíssima, não obstante inapta a resistir aos impactos duma Legislação contrária ao Direito Natural. E assim como a Morte susurra ao Pecado que o seguirá sempre que êle se faça guia, no verso incomparável de Milton **"I shall not lag behind, nor err the way, thou leading"**, o colapso da riqueza territorial na região em que nasci, seguiu-se naturalmente ao Pecado da vigência duma Legislação anti-natural. Entretanto, como na lei física da quéda dos corpos, a atração para o abismo não é apenas proporcional ao tempo, mas ao QUADRADO do tempo, — ½ gt2 — assim também um abismo clama por outro, e ao abismo do empobrecimento das melhores zonas cafeeiras de São Paulo seguiu-se o do pela fuga de capitais, nascidos do pé-de-café, mas desviados para a criação de indústrias artificiais, portanto também anti-naturais, no completo olvido ao ensino de Joaquim Murtinho sôbre sòmente devermos fabricar aquilo que não pudessemos comprar barato. Preferíamos, até recentemente, fazer o contrário: fabricar caro, constrangendo-se o consumidor, nas algemas de altas tarifas al-

fandegárias, a deixar de comprar barato...

10) — À tranqüila cegueira político-eleitoral, que se omitia ante fenomenologias destrutivas que tais, aplicar-se-ia, sem dúvida, a indagação do guerreiro troiano, invectivando os companheiros que, de braços abertos, se apresentavam a receber, do inimigo grego, o cavalo do engodo: "**quae tanta insania, cives**"? Política suicida, que contempla, inerte, o empobrecimento gradativo da terra, a destruição gradativa da propriedade mediante partilhas periódicas, a fuga gradativa de braços e capitais da finalidade natural, que seria a da recuperação do sólo, para a industrialização extemporânea de quinquilharias protegidas pela pauta aduaneira, não ofereceria encantos a espíritos realistas, como o que sempre procurei desenvolver em mim próprio.

Nada, até ao surgimento, por Plínio Salgado, da S.E.P., em 1931, conseguiu entusiasmar-me. Na obra de Ruy Barbosa admirei Haya, o extraordinário Relatório do Ministério da Fazenda em 1891, o insuperável discurso como candidato à

Curul presidencial, pronunciado em Campinas em 1910, pelo qual me convenci que Ruy é injustamente atacado precisamente na fase em que foi verdadeiramente genial, isto é, na sua compreensão tanto econômica (visando a criação de riquezas) como financeira (visando o fortalecimento da moeda, alicerçada em sadia economia). Até aí aplaudi o gigantesco Ruy, profeta das previsões exatas, que o futuro jamais deixou de confirmar. Nunca, porém, pude compreender como, à inteligência tão aguda em perceber fenômenos de realidade objetiva, fôsse possível perder-se em subjetivismo de paixão, cólera e ambições incontidas — e isso dava certa razão a seu ilustre Tio, o Conselheiro Albino Barbosa de Oliveira, quando o chamava ao bom senso: "Sr. Ruy, talento não é juizo". Suas iras de apaixonado personalismo pecualizariam antes psicologia feminina, embora de deusa, que masculina, pois foi a semelhantes iras personalíssimas de Venus que Enéas dirigiu a Crítica do **"tantanae animis coelestibus irae"**. Incompreensível que cérebro, pela elevação, havido como quase celeste, como queriam seus endeusadores, qual o do líder liberal da

Primeira República se desmandasse na mesquinharia de campanhas anti-cavalheirosas quais as que moveu não sòmente contra o Presidente, Marechal Hermes da Fonseca, mas até contra sua esposa e o pai desta, sogro do Presidente, o Almirante Barão de Teffé — autêntico herói do Paraguai e cientista de valor.

11) — Ora, da Biblioteca paterna costumava eu, dentre outros clássicos, consultar Bacon (Essays) e nêle e no ensaio sôbre a ambição, encontrei a satisfatória explicação sôbre o contraste que em Ruy observava — imensa elevação cerebral e moral, esta, porém, tisnada por incoercível incapacidade de ser generoso para com o adversário, contra o qual investia como se fôra inimigo. Eis a explicação de Bacon para o fenômeno, sem dúvida de usual reiteração:

> **"So ambitious men, if they find the way open for their rising, and still get forward, they are rather busy than dangerous; but if they be checked in their desires, they become secretly discontent, and look upon men and matters with an evil eye, and are best pleased**

when things go backward", e seu **"evil eye"**, pela ambição contrariada, foi ao ponto de, sendo ainda neutro o Brasil, em 1916, na Conflagração Européia finda em 1918, êle, Ruy, Embaixador do País em Missão Diplomática em Buenos Aires, pedir a declaração de guerra à Alemanha e à Austria, finalidade que acabou conseguindo, apesar de, constitucionalista sapientíssimo, não poder ignorar que, pela Constituição por êle mesmo redigida em 1891, sòmente admitir-se-ia a declaração de guerra se esgotados os meios pacíficos, embora em caso de opressão que aliás não havia ocorrido.

12) — Reconheça-se, a crédito de Ruy, que tal emotividade subjetivista não foi seu privilégio político negativo, nem do seu chamado Civilismo. Foi — e em menor gráu, felizmente — continua sendo a constante da "política" brasileira, o que parece naturalmente lógico, pois se "**política**" foi considerada como a arte de comer, e dar de comer aos amigos — comidas ótimas e máximas em decurso mínimo de prazo — evidentemente o adversário deverá vir a ser recebido a coi-

ces, como, nas báias das cocheiras, costuma ser acolhida a alimária tardigrada... Sòmente pela estupidez animalesca se compreenderia as Revoluções armadas no Brasil — uma delas em 1904 visando, confessamente, abolir a Vacina... e entronizar a Varíola... Apenas porque "Deus dirige os destinos do Mundo" foi que calamidades que tais não ocorreram. E foi o dedo de Deus quem manteve, fóra do Poder, aquêles que, chamados de gênios administrativos porque nada jamais administraram, se porventura algo tivessem dirigido, bem mereceriam a ironia por Tácito dirigida a Galba: **"omnium consensu, capax imperii, nisi imperasset"**... Ruy Barbosa está excluído da crítica, porque proficientemente dirigiu a Pasta da Fazenda e se não encontrou continuadores, culpa não lhe cabe.

13) — O farisaismo consistente em cada um enxergar virtudes apenas em si próprio e nos de seu grupo e sòmente vícios no próximo, a ninguém seduz. E daí a arte de criar subterfúgios e passar rasteiras gerada dêsse farisaismo, e acudindo ao nome de POLÍTICA não haver atraído

aos de minha geração, senão aos hoje chamados de "carreiristas", e êstes não eram os mais bem dotados, uma vez que José Bonifácio estava cheio de razões quando, admirando embora as manobras do Marquês de Barbacena, não deixava de invectivar-lh'as: "Se V. Excia. tivesse meus talentos, não teria suas manhas". Ora, os moços de minha geração, mui mais que os da velhice de José Bonifácio, vivendo no esplendor da Eletricidade e dos milagres da Química, especialmente da Química do Carbono, a chamada Química Orgânica, especialíssimamente nós católicos, portanto crentes no Providencialismo e na sujeição de tôdas as criaturas ao Criador, embora não duvidássemos da parte matemática das leis de Malthus, tínhamos confiança na intervenção corretora pela Santíssima Trindade na parte em que sobreditas leis prenunciam catástrofes irremediáveis. Mandando, porém, a prudência não abusar do Poder Providencial — seria zombar d'Êle — a Política pela qual auspiciávamos era aquela, possibilitando o surgimento duma Economia Política cuja finalidade terrena fôsse a prevista por Adam Smith na mo-

numental obra: "**to enrich both the people and the Sovereign**" — equivalendo isso a dizer que sòmente nos interessaria a Política que permitisse o crescimento da RENDIBILIDADE como DIVIDENDO a ser repartido entre o Povo e a Soberania, esta associada ao Povo enriquecido pelo auferimento da justa e razoável imposição tributária. Já havíamos também lido, embevecidos, a **Rerum Novarum** e todos estávamos convictos, nas primeiras décadas do século XX, que o DISTRIBUTIVISMO, marchando ao compasso da JUSTIÇA DISTRIBUTIVA — isto é, da sociedade visando o indivíduo **totius ad partem**, como pretende a luminosa Encíclica e como previu Santo Tomaz —, viria a ressoar, ao meio e ao final do século, como o Tratado de Paz Social.

14) — Aquilo que, como Política, então se nos apresentava à contemplação, não passando de simples esporte eleitoral, nem fazia acrescer o DIVIDENDO DA RENBILIDADE, nem incentivava menos imperfeito DISTRIBUTIVISMO dos reditos auferidos pelos fatores da Produção. Já acentuamos que o povo empobrecia

e que a Nação não prosperava; economicamente, as terras se esgotavam precocemente, e financeiramente, a unidade monetária, o **mil réis**, que pouco se depreciara durante a própria guerra contra o Paraguai e que, ao ocaso do Império, valia 28 pence, portanto acima da paridade legal (27 pences por mil réis), o esterlino valendo 8$888 descera à taxa dos seis, com o esterlino a valer quarenta mil réis, taxa que foi a da Caixa de Estabilização de Washington Luiz, ressurreição da Caixa de Conversão naufragada no vendaval da primeira guerra, e cuja paridade era a da libra esterlina a cotar-se a quinze mil réis. Quanto ao DISTRIBUTIVISMO, que porventura visasse criar mais elevado NÍVEL DE VIDA, o eleitoralismo político com êle em nada se preocupava. Possuíamos, na verdade, filantropos que de suas fortunas particulares espargiam o benefício: e assim tivemos um Francisco Schmidt, um Jorge Street na indústria, um Conde José Vicente de Azevedo, repartindo entre obras assistenciais e culturais, boa percentagem de suas áreas no Ipiranga, os Zucchi, do Hotel d'Oeste, criando o Bispado de Lins, D. Veridiana Prado

erigindo a Santa Casa, seguida do Comendador Bricola, o Conde Álvares Penteado doando importantes somas à primeira Escola de Comércio de São Paulo, que passou a usar de seus apelidos. Casos isolados, andorinhas únicas que não fariam verão, mas refletiam, como causas, os benéficos efeitos a que conduziriam, seus efeitos, se generalizados.

15) — Não obstante essas e outras vozes isoladas que tais, a crise de autoridade entumescia. A humildade cristã, aquela modestia que São Paulo preconizava na Carta aos Galatas, era desautorada pelo orgulho dos néos-nietzichianos da política eleitoral. Borges de Medeiros, repetindo Augusto Comte, quando êste inconscientemente refletia cristianismo, em vão pregava lá do Sul: **"a submissão é a base do aperfeiçoamento"**, ninguém querendo compreender insubsistir melhor emprêgo do livre arbítrio que na voluntária submissão a Autoridade para que esta fôsse possível impor a ordem como **"recta ratio rerum ad finem"** assim vindo a descortinar a finalidade de sólido progresso. Os que, embora militares, quando negavam a Autoridade,

como aconteceu pela boca dos canhões de Copacabana, exsurgiam impunes e alvos daquela diabólica e insensata admiração que o Dr. Fausto não escondera sentir por Satanaz, travestido de Mefistófeles, quando se lhe anunciou como ESPÍRITO DE NEGAÇÃO: **"ich bin der Geist der stets verneist"** — "eu sou o espírito que sempre NEGA" — o que nega a soberania absoluta de Deus e a relativa de Cesar, e portanto estultamente pensa atingir ao Progresso semeando a Desordem.

16) — Manifestação evidente da Desordem generalizada em numerosos espíritos foi a acolhida que começou a receber, aí por 1925 e 1926 (maximé entre os glorificadores dos "heróis" do Forte) a idéia da concessão do sufrágio **universal, secreto** e **obrigatório** a um povo, como o nosso, onde os adultos analfabetos atingiam então 80% da população e sòmente não atingiriam 99,9% porquanto indevidamente se computavam como "letrados" aquêles que, aptos a subscrever, também "liam"... mas "liam" o que, senão notícias de esportes, revistas picarescas, etc.? O sufrágio indireto, mesmo exten-

dendo-se aos analfabetos o voto em primeiro gráu, isto é, para a escolha dos eleitores em segundo gráu, seria um começo de Ordem: como sempre, a Desordem foi preferida e o regime eleitoral passou a ser o que comtemplamos... e que sòmente os cégos de espírito não previriam.

17) — Amigos dos mais nobres e afeiçoados — Veiga Miranda, em cujas lições fui iniciado em Matemática, Ataliba Leonel, que tanto porfiou para que eu viesse a aceitar a Prefeitura de Santo Anastácio — especialmente o último, consideravam-me, pelo conservantismo, verdadeiro apóstolo do velho P.R.P.. Mas aceitando embora a amizade dêsses e doutros insígnes "perrepistas", entre os quais como mais próximos, o esclarecido Senador Alfredo Ellis, os dois Vergueiros — o saudosíssimo Cesar Vergueiro de Lorena e mais distanciadamente, os dois Prestes — Fernando e Júlio Prestes — sempre julguei insatisfatória a programação do antigo Partido Republicano Paulista, embora creditando-lhe o reconhecimento de que, presidencialista, ainda assim sendo êle arrimo

não despiciendo contra o resvalamento para a total Desordem, de que o Parlamentarismo é causa eficiente.

18) — Percebendo que a éra política a alvorescer seria a da Democracia Orgânica, a edificar-se sôbre os escombros da Democracia Liberal, convicção minha era a de que sòmente duas correntes de orientação políticas enxergariam a luz do final do século: a do Comunismo com sua capacidade mefistofélica para NEGAR e outra que diametralmente viesse a opor-se-lhe na AFIRMAÇÃO de princípios de Direito Natural e até sôbre-Natural: os princípios de Deus, da Família (gerando Municípios, gerando Pátrias) do Trabalho — o Capital, a Propriedade e a Emprêza, etc..

19) — Lembro-me certa feita que, indo levar o Veiga Miranda, em começos de 1931, artigo sôbre a restauração dum Senado vitalício, para ser publicado na sua revista "O Comentário" e conversando com o querido Mestre sôbre as opostas diretrizes da AFIRMAÇÃO e da NEGAÇÃO dêsses princípios, haver-lhe eu demonstrado, no execelente livro de J. B.

Dumas, **Leçons de Philosophie Chimique,** os dois contrastes espírituais — o de afirmação e o de negação — vivendo em duas mentalidades geniais — a de Lavoisier e a de Priestley, ambos tendo de comum o terem sido, coincidentemente, os primeiros isoladores do Oxigênio. Priestley — tão **esquerdista** que chegou a festejar, em Londres, em 1791, a Revolução Francesa, e por isso teve a casa incendiada pela ira popular, e Lavoisier tão "**direitista**" que mereceu a honra de ser guilhotinado porque a Democracia (isto é, a "**dêles**", a liberal), não precisava de sábios. Priestley foi o autor de maiores descobertas, mas Lavoisier retrucava-lhe: "sòmente descobrís valiosos detalhes, mas eu desvendei a Química INTEGRAL, portanto TÔDA a Química, quando demonstrei que nada se cria, nada se perde, tudo se transforma". De fato, tudo quanto possa desde então vir a ser descoberto, é pormenor, é corolário, da descoberta genialíssima e generalíssima de Lavoisier e daí ser êle considerado, como o adverte J. B. Dumas "... o homem mais completo, o maior homem, que a França produziu no setor científico". O "integralista" também é

o que vê antes o conjunto, antes a máquina que o parafuso, antes, o homem ou a planta que a célula microscópica.

20) — Êsse princípio geral, INTEGRAL, norteador da formação de nacionalidades, a nós, abridores dos sertões da Alta Sorocabana e da Alta Paulista, atores e espectadores do surgimento de Presidente Prudente, de Santo Anastácio, de Marília, etc. já se nos havia manifestado patente nas páginas de **O Estrangeiro,** de Plínio Salgado, em 1926. Meu cunhado, Alexandre Belfort de Matos, então Engenheiro da 9.ª Residência da Sorocabana (Séde em Presidente Prudente) trouxe de viagem de inspeção com a Diretoria da ferrovia, o primeiro exemplar, adquirido talvez em Botucatú ou Avaré — e de um trago foi êle lido pelo nosso grupo: o Revmo. Padre Dr. J. M. Martinez Sarrion, a cuja memória de benemérito Presidente Prudente já levantou monumento, por meu cunhado, por minha irmã Olga, espôsa daquele, e por mim. Essa leitura foi a fonte da pré-história do Integralismo em Presidente Prudente e na Alta Sorocabana, onde o Juvencio nasceu em 1926 e todos nós,

com o entusiástico aplauso de Monsenhor Sarrion, renascemos de "camisa verde" em 1932.

21) — A monumental concepção política de Plínio Salgado, pela certeza matemática de seus princípios tão bem apercebida foi pelo povo que, logo na primeira eleição municipal, em seguida às revoluções de 1930 e 1932, o Prefeito eleito de Presidente Prudente assumia o posto revestido de "camisa-verde" na pessoa do honrado e digno compenheiro Bento Fontão Lippel, chefe da estação local da E. F. Sorocabana.

22) — Pelo descrito, vê-se que movimentos políticos, simplesmente eleitoreiros, como os até então, jamais poderiam atrair-me e, embora e em homenagem à Ordem e ao princípio da Autonomia dos Estados houvesse prestado, quando estudante, alguma e apagada colaboração ao antigo Partido Republicano Paulista, por ocasião das ameaças da intervenção federal em São Paulo (quatriênio Hermes da Fonseca), não ingressei nas respectivas fileiras, contra as quais meu bondoso e saudoso Pai mantinha severas restrições,

advindas das tropelias por aquêle Partido praticadas contra o Partido Municipalista de São Paulo, chefiado nesta Capital pelo venerando Dr. Domingos Jaguaribe e ao qual a Câmara Municipal de São Simão, presidida por meu citado Pai, aderiu em pêso e chegou mesmo à, em obediência ao respectivo programa, oficialmente convocar, a 22 de maio de 1896, o 1.º Congresso do Município de São Paulo.

23) — Por um lado, se social e administrativamente falando, o cenário da vida pública do Brasil, se mostrou brilhantíssimo na primeira década dêste século — entre 1901 e 1906 Santos Dumont equacionou e resolveu o problema do dirigível mais pesado que o ar, entre 1904 e 1907, Oswaldo Cruz eliminou a febre amarela, Passos e Frontin reformaram o Rio de Janeiro, Antonio Prado, seguido de Pires do Rio esboçou a linha do magnífico progresso da cidade de S. Paulo, Carlos Botelho imprimiu sentido científico às pesquisas da Secretaria da Agricultura de S. Paulo, Alfredo Maia e Joaquim Huet Bacelar fizeram a Sorocabana avançar por zonas até então ignotas, por onde

hoje se planteiam cidades magníficas, como a de Presidente Prudente, Jorge Tibiriça sugeriu o Convênio Cafeeiro de Taubaté, cuja certeza no delinhamento arrancou a entusiástica admiração de economistas europeus, como Charles Gide, Ruy Barbosa e Rio Branco impuseram ao Mundo a opinião jurídica do Brasil na Conferência de Haia, Pádua Sales e Rodolfo Miranda criaram o Ministério da Agricultura, subordinado ao qual foi possível ao General Rondon descobrir o Território da Rondônia, — por outro lado, as denúncias que se lhe seguiram foram as da chatice dos pântanos da baixa politicagem, das paixões exarcebadas como a que levou Pinheiro Machado ao túmulo, de revoluções sem programa e sem sentido, como a do Forte de Copacabana, o ingresso e a quase expulsão da Liga das Nações em 1926, a intervenção em guerras européias, das quais o Brasil só retirou vitórias de Pirro, pois da primeira delas trouxe a gripe espanhola e da segunda auxiliou Stalin a expraiar o Comunismo pela Europa, tudo isso, além de pantanoso, constituiu como alguém bem frizou, verdadeiro "deserto de homens e de

idéias". Enojado do pântano, não aderi ao deserto e apenas aguardei pelo oásis e pelas suas águas cristalinas.

24) — Uma e outra — o oásis e as águas cristalinas — vim a encontrá-los afinal, em 1931, na caravana conduzida por Plínio Salgado, donde surgira, sucessivamente, a S.E.P. (Sociedade de Estudos Políticos) e a Ação Integralista Brasileira, ambas filiando a ação política dos homens e dos povos ao providencialismo de Deus e a pesquisa científica dos homens, pois a ciência é também um dom do Espírito Santo...

25) — Eis o depoimento de um dos homens da geração anterior a 1932. Daí para cá, os acontecimentos já cairam na percepção dos jovens. Para bem interpretá-los e corrigí-los nos respectivos efeitos sociais e políticos, a fértil imaginação de Plínio Salgado criou os "Águias Brancas". Ao velho cabe apenas incitar os jovens: quem não quiser figurar como Urubú e assim naturalmente almejando o cadáver da Nação, procure ser "Águia Branca", procurando conduzí-la aos páramos

da estratosfera e da ionosfera, por sôbre os quais a tranqüila e sedativa luz dos raios cósmicos possa advertí-los: **sic itur ad Astra**.

São Paulo, 19 de Novembro de 1957 — (Dia da Bandeira) — **João Carlos Fairbanks**.

II

QUE É INTEGRALISMO?

EM matemática, define-se a INTEGRAL, como a soma de um número infinitamente grande de parcelas, sendo cada parcela infinitamente pequena. Por ANALOGIA, dir-se-ia que o elefante ou a figueira brava seria, cada um, a **integral** de células animais ou vegetais. Cada célula é pequeníssima; somadas as células em avultadíssimo número, dão o colosso do elefante ou da figueira. O oceano seria a integral de moléculas de água; o deserto do Saára, a integral de grãos de areia.

Pois bem, o Estado deve ser o oceano, o elefante ou a figueira do exemplo; deve ser a soma de tôdas as células operosas do organismo social. Sem nenhuma esquecer. O Estado é a integral dessas células. Cada pequeno lavrador é uma célula, e seu conjunto constitui o galho da federação agrícola integral do Estado. Cada operário, cada industrial, cada artífice idem, idem. Dai a formação dos sindicatos, que são integrais parciais de classe para a integralização social comum.

*

* *

Se integral significa soma, total, PARTIDO significa parcela, parte, fragmento. Assim, no or-

ganismo do elefante, se êste, o organismo, é total, as células, os membros, são partes, são parciais. Daí, já se deduz a impossibilidade do Estado-parcela, do Estado-partido, que faliu no mundo inteiro. O Estado há de ser TOTAL, integral, cada célula produzindo para a totalidade social, e a totalidade social vigiando o bem-estar de cada célula, como a parábola bíblica do Bom Pastor: estão abrigadas as 99 ovelhas? Pois vamos cuidar de abrigar a centésima tresmalhada.

E é coerente com o que se observa na Natureza. Meu corpo — a integral de infinitas células — goza de saúde; de repente, pequenas células de um dente enfermam, a ramificação do nervo respectivo fica descoberta. A dôr transmite-se ao cérebro. Todo o imenso rebanho corporal de células sofreu, porque algumas sofreram. Vou ao dentista, isto é, vou procurar atender às necessidades das poucas ovelhas tresmalhadas das células dentárias. Curo-me, todo o rebanho celular corporal sente-se bem. Porque nosso organismo não segue a política do Estado partidário, o conjunto celular do corpo não dirá às células doentes: nós estamos bem, vocês se arrumem...

O mal dos partidos é êste: cada um olha para o seu interêsse, para a organização de sua disciplina interna. Como vivem em luta entre si, são fôrças que se subtraem e, portanto, não podem constituir o Estado, como soma das aspirações gerais.

Essa impressão eu a trago da adolescência: em 1907, ao concluir preparatórios, assisti em São Paulo às conferências do sr. Paulo Doumer, depois Presidente da França, que causaram grande sensação naquela época. Meu bom pai, com o carinho que sempre dispensou a sã leitura dos filhos, pôs-nos nas mãos a obra daquele estadista, **Le livre de mes fils**, (O livro de meus filhos), no qual insigne patriota — aliás chefe de partido — solicitava dos descendentes cuidarem mais das necessidades nacionais que das partidárias, profligando a generalidade ocorrente no sentido oposto.

Meus olhos de quinze anos aprenderam, então, sob pasmo, que, contràriamente ao que estudávamos em educação cívica, os homens políticos cuidavam sempre muito mais dos seus partidos do que do interêsse comum. Porque, acima de tudo, eram PARCIAIS, viam parcialmente as necessidades públicas, sob o ângulo particular do mesquinho interêsse de partido.

*

* *

Não é assim na Natureza: nosso aparelho digestivo é o único a comer; mas, pela TOTALIDADE, pelo INTEGRALIDADE de nosso organismo, espalha o benefício do alimento pelos vasos quilíferos.

Se o aparelho digestivo não fôsse INTEGRALISTA, se seguisse a política PARCIAL ou PARTI-

DÁRIA, diria aos vasos quilíferos: "vocês não funcionem; nós já comemos, o resto que se amole".

E aconteceria o que aconteceu aos Estados formados de partidos; cada um comeria esquecido do total. O total pereceria e com êle os partidos egoistas. Ora, se o aparelho digestivo egoìsticamente não permitisse que o cérebro, o coração, os membros, recebessem o benefício do alimento, o corpo todo — a integral geral — morreria e com êle o órgão assim tornado egoista. O acessório segue sempre o principal...

Também os rins filtram os líquidos, separando impurezas que intoxicariam todo o organismo. Se os rins fôssem políticos partidários, fariam essa purificação no interêsse próprio. Resultado: todo o corpo se envenenaria e, no seu perecimento morreriam também os rins.

O mesmo raciocínio se aplicaria aos vegetais: se as raizes, depois de alimentadas, seguissem o partidarismo, impediriam a seiva elaborada de subir pelo tronco. Pois se o interêsse parcial delas estava satisfeito, que lhes importaria o interêsse integral da árvore?

Donde se deduz que a natureza segue o INTEGRALISMO, não o PARTIDARISMO. E que o Estado integral é conforme a Natureza, e o Estado partidário a ela se opõe pela simples razão que o Integralismo dentro da REALIDADE NATURAL

considera a PARTE NO TODO, e NÃO O TODO NA PARTE, no que afinal consiste o absurdo da concepção partidária.

II

Salientáramos que Integralismo se opõe a partidarismo, como a idéia de soma se antagoniza à de parcela.

Partidarismo é sistema de govêrno em que o interêsse parcial de um grupo se antepõe ao interêsse geral da Nação.

Integralismo é o sistema oposto: nenhum interêsse, NADA acima do interêsse da Nação.

Esta Nação é integralmente concebida como a federação dos municípios; os municípios como a federação das corporações profissionais ou culturais e, portanto, representado a totalidade das famílias municipais, por isso os respectivos pais e mães, incumbidos de sustentá-las, já se acham representados nos sindicatos de seus ofícios ou classes laboriosas.

Se uma Câmara Municipal vier abranger amanhã representantes de tôdas as atividades locais — lavoura, comércio, indústria, patrões, empregados, classes intelectuais — tal Câmara representará tôdas as famílias do município, porque será constituida pelos elementos ativos que dão de comer, de vestir e educação a tôdas as famílias e a tôdas as

pessoas de cada família. Será uma Câmara integralista.

Se, pelo contrário, a Câmara vier a ser composta de elementos mèramente partidários, nada representará de real, de concreto, de objetivo. Apenas votará impostos para custear propagandas partidárias, como o ensina a velha experiência.

E tôdas as famílias e cada uma de suas pessoas serão sacrificadas em taxações, para continuar sem escolas, sem água, sem esgôtos, sem sargetas, etc.

Nesse sentido é que deve fixar-se a revolução social. Não há mais lugar nem para revoluções políticas, nem para prevalecimento de partidos, nem para o Estado liberal-individualista.

Ruy Barbosa, retornando ao Senado em 1921, previu a época dessa transformação e do conseqüente desaparecimento dos partidos se não se disciplinassem no sentido do bem público.

Eis suas palavras:

"Por enquanto, sr. Presidente, as revoluções eram políticas, tinham praias que as circundavam e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais, e sociais são hoje tôdas, tôdas beiram nesse mar tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do mundo contemporâneo".

Ruy Barbosa, o maior gigante do Estado liberal, e dos seus partidos componentes, rezou, assim, o **de profundis** da era político-partidária.

A éra que surge da revolução social-mundial, contém as ameaças do comunismo — o Estado sem Deus, sem Pátria, sem Família. Mas, trás, também, o Integralismo: O Estado em nome de Deus, para a Pátria, pela Família, as necessidades materiais desta atendidas nas reivindicações profissionais de seus respectivos chefes.

III

A ESTATÍSTICA E O INTEGRALISMO

COMPLETANDO a definição do ilustre Prof. Luiz Mendonça Junior, nosso antecessor na 19.ª Cadeira da Escola Politécnica de São Paulo, definimos a estatística como sendo "o processo do método indutivo aplicado aos fenômenos ATIPICOS e COLETIVOS e suas respectivas correlações numéricas". Pelo jornal a RAZÃO que o esclarecido Deputado Loureiro Junior geria em S. Paulo, em artigo "É a História uma Ciência"? fizemos ver que a História, apenas, registra fenômenos atípicos e coletivos mas não os aprecia na sua freqüência, nem na intensidade de sua atuação, nem nas respectivas correlações numéricas. A História registra que nos anos de 1902, 1918, 1921, 1942 e 1953 ocorreram danosas geadas nos cafezais do Sul do Brasil. O fato histórico exaure-se aqui. Mas, a História silencia sôbre a "freqüência" do fenômeno geada, como sôbre a intensidade, ou sôbre as relações numéricas, isto é, não dirá qual a geada mais intensa, nem que correlação terá havido entre a intensidade das geadas e a alta conseqüente do preço do café nos mercados mundiais. Acresce que, duas delas — a de 1918 e 1942 — foram contemporâneas das maiores guerras, e portanto quando o café já excasseava nos centros consumidores. A História não sumariza as

correlações entre êsses fatos, ao menos na intensidade numérica dos gráus do fenômeno.

A História é simples auxiliar da Estatística. Ora, se a Estatística não chega a ser ciência, por falta de objeto próprio, menos ainda a História, simples máquina registradora de fatos, embora utilíssimos, a ponto de Cícero havê-la qualificado de "mestra vitae", "lux veritatis" etc. Poincaré, na **Science et Hypothése** faz ver que sem a consideração da "freqüência estatística", o registro histórico torna-se inútil. É inútil saber que operação fêz ou deixou de fazer um comandante — Poincaré nomeia João Sem Terra. É preciso indagar, estatísticamente se aquelas operações, repetidas "freqüentemente", em "grande número", que vantagens ou desvantagens trariam e sua correlação com outras circunstâncias. Ora, chama-se INTEGRALISMO aquela teoria segundo a qual os problemas administrativos e políticos são apreciados em conjunto e na respectiva correlação de suas intensidades e freqüência. O grande sábio Alexis Carrel (**L'Homme, cet Inconnu**) aplica êsse princípio ao organismo humano. É excusado, diz êle, confiar o doente a um sapientíssimo especialista em moléstia do coração, pois que se tal especialista não souber de medicina em geral (ou integral) o doente, não obstante com o coração curadíssimo, morrerá do fígado, ou dos rins, ou da bexiga. Isso quer dizer que, antes de apelar para o "especial" (especialista) devemos

atender ao geral, pois ensinavam os lógicos que a parte (o coração) está no todo, mas o todo (o organismo inteiro) não está na parte.

O Estado Anti-Integralista ou parcial ensina o contrário: "governar é abrir rodovias". O Integralista examinará em tal sentença as correlações estatísticas: quantas rodovias? provocando a importação de quantos automóveis? êstes gastando quantos milhões de divisas? e quantas toneladas de gasolina? estas custando quanto em dólares? o conjunto rodovia — automóvel — gasolina quanto custará orçamentàriamente? será êsse conjunto apto a fixar populações, formando cidades, como costumavam fazer as ferrovias? que prejuizo a concorrência da nascente rodovia poderá acarretar ao capital fixo das velhas ferrovias? Nada dêsse aspecto de interações estatísticas indaga o anti-integralista; se for médico, irá generalisando casos particulares, como se o geral se contivesse no particular, e irá aconselhando: "só se alimente de leite" — até que alguns pacientes cheguem a fabricar queijo no estomago; "viva só de coalhada". "Arranque todos os dentes, se não quiser ter úlceras no estomago". "Extraiam tôdas as amigdalas". — Como se a natureza houvesse criado órgãos inúteis. Tudo isso para, tempos depois, as revistas médicas, onde tais conselhos haviam surgido desacompanhados de correlações estatísticas, darem marcha-à-ré e começarem a desaconselhar: "o leite nem a todos faz

bem". "Muitos organismos não suportam a coalhada". "Se as amigdalas fôssem inúteis, a natureza não as teria criado". "Em vez de extrair seus dentes, conserve-os com cuidado, etc".

Que resposta dará o já desdentado, o já desamigdalado a tais tardios conselhos? O de mandar o médico estudar Estatística, isto é, examinar o fenômeno das moléstias como ATÍPICOS e de difícil generalização **coletiva** e portanto exigindo, para a generalização, observações em grandíssimo número. No método indutivo, a pressa em generalizar conduz a êrro.

No plano político, administrativo, econômico, social, não faltam "médicos" das moléstias dos respectivos setores que generalizem: "a época é da indústria, a da lavoura está superada". E lá vai São Paulo se transformando em maior centro industrial à custa do exodo rural, pois outro apressado generalizador já havia concluido que "impatriótica é tôda a imigração externa" sem notar que a correlação seria, como está sendo, o despovoamento do Nordeste. Montando-se, porém, milhares de indústrias, sem qualquer atenção ao conseqüente despovoamento das roças, nem ao fato de que, cada roceiro que vem para a fábrica citadina são dois braços a **menos** para plantar e boca a **mais** para consumir alimentos, um dia todos se espantam com os problemas — que previram — da alta do custo do feijão e do arroz na cidade, da falta de habitação, de

bondes, de ônibus, pois a cidade de São Paulo, com o aumento de mais de um **milhão de habitantes** entre 1940 e 1950, evidentemente teria de encontrar **deficit** em tudo isso e — o que é mais doloroso — o **deifcit** em energia elétrica, sem cuja correção as indústrias deverão paralizar-se.

Ora, o "pai" da Estatística, aplicada aos fenômenos sociais, lá pelo começo do século 18, foi o Professor Achenwall, que resumia a Estatística dentro de perfeita conceituação da atual teoria do Integralismo, pois que dizia êle ser a Estatística a disciplina que considerava as "vires unites agunt", ou seja, "como agem as fôrças unidas", e portanto, integradas umas às outras, não dispersas. Integradas ou integralizadas quer dizer: quem propõe rodovias, deve ter estudado sua correlação a gastos com automóveis, gasolina, etc. Quem propaga que a era da lavoura passou, e agora tudo é indústria, deve correlativa e inicialmente indicar como e onde a pari-passu se construiriam as centrais elétricas produzindo os milhões de quilovates necessários ao incremento industrial reclamado.

Poeta inglês, que muito apreciamos na juventude, ensinava, porém: "where ignorance is bliss, it is folly to be wise": "onde a ignorância é alegria, é asneira ser-se sábio" (no sentido de prudente, avisado). Parece que é verdade: apanhamos, como touro em tourada, porque em 1939, escrevendo a tese para concurso, **Geopolítica Povoadora**, sem negar

que à indústria coubesse o papel de elevar o padrão de vida, e que à lavoura caberia a criação da riqueza-base, e daí a divisa: "ex-rure, Pátria". Fomos declarados inimigos da indústria, quando, pela definição de Achenwall, se considerarmos as fôrças "unidas" dentro do mercado interno da nação, sòmente uma lavoura próspera terá poder aquisitivo para criar uma indústria também próspera.

Ninguém aprende, porém, com Achenwall, e daí ninguém perceber que, pretender governar sem Estatística ou sob "integração de fôrças" é o mesmo que querer governar sem bússola...

Em São Paulo, êsse absurdo é a regra. Prolongam-se as ferrovias para o interior e ao final fundam-se cidades da noite para o dia. Para essas cidades afluem jovens casais entre 25 e 30 anos de idade anualmente, procriando em 80% dos casos. Ao fim de sete anos, enorme é a população infantil e **só daí em diante** é que os administradores anti-integralistas, portanto alheios à Estatística, levam a mão à cabeça e exclamam: "precisamos escolas... governar é abrir escolas (não é mais abrir rodovias, apenas é escolas)... cada escola que se abre é cadeia que se fecha..." No entanto urgiria sòmente, desde o dia da fundação da cidade, ir somando os nascimentos registrados em cartório, dar-lhe desconto razoável pelas prematuras mortes ou mudanças para, no sexto ano de fundação, ficar concluida a escola, com número de classes em relação ao pro-

vável de alunos, e assim o de professores, de acomodação para hospedagem dos professores, tanto quanto o número correlato de bancas, carteiras, quadro-negro, pátios de recreio, etc.

É assim que se compreende a administração no Estado-Integralista, que significa não o Estado-totalitário, mas o Estado atendido na integralidade das suas necessidades, compreendidas como a necessidade geral do Estado. Essa compreensão do Estado há de ser teista e monoteista, pois à maneira da Escola de Pitagoras, compreende Deus como **unidade,** criando o homem à sua semelhança, uno em essência, mas vário nos seus acidentes. A sociedade humana gera na sua organização jurídica, o Estado semelhante ao homem — **uno** na essência soberana e variado na autonomia das várias formas acidentais.

Daí, no organismo estatal, nada haver de isolado, tal qual como no organismo humano, onde tôdas as sensações "integram-se" no cérebro, **uno** para todo o sistema nervoso.

IV

A IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA DO SUFRÁGIO UNIVERSAL DIRETO

PINGÁVAMOS o ponto final no último artigo, a ESTATÍSTICA E O INTEGRALISMO, fazendo ver que assim como não se navega sem bússola, no cômputo da ação das fôrças unidas ("**vires unitae agunt**") assim também não se combatem efeitos isolados, mas a conexão das causas aos efeitos, quando deparamos pelo "Correio Paulistano" de 16-10-53, entrevista do sr. Almirante Penna Botto, advertindo contra várias causas eficientes do comunismo, verdadeiros "caldos-de-cultura", eliminados os quais o comunismo não medraria: "**Sublata causa**. . ." Ora, a nosso obscuro sentir uma dessas causas provém da confusão e a confusão, no setor político, advinda do SUFRÁGIO UNIVERSAL DIRETO, consoante se encontra em nossa Constituição Federal, artigo 134.

Vejamos como e porque.

Os que propugnam pelo sufrágio universal DIRETO — os simplesmente alfabetizados podem e devem votar e podem para todos os cargos ser votados — entendem que não faz mal eleger inúmeros ignorantes em Direito, desde que um jurisconsulto como Ruy Barbosa POSSA vir a ser eleito, ou que, como o notável Engenheiro da Sorocabana ou da Central PODE vir a ser eleito, não faz mal que inú-

meros graxeiros da Sorocabana ou da Central possam vir, nas Câmaras, se assentarem a seu lado.

Êsse pensamento encerra DOIS êrros: I) um êrro psicológico, pois pelo princípio da atração dos semelhantes, as massas preferirão eleger indivíduos do seu nível, não excepcionais. II) outro êrro já do domínio da Estatística Matemática, que vamos tentar expôr, uma vez que os de "boa fé", que defendem o sistema do sufrágio universal DIRETO acreditam possam ser extraidas "medidas" entre os extremos: entre Ruy Barbosa e seus oficiais de Justiça ou entre engenheiros e graxeiros ou entre médicos e varredores dos hospitais. Ou entre professores e bedeis da Universidade.

Ora, é princípio de Estatística Matemática que é IMPOSSÍVEL encontrar nexo nas "médias" dos extremos, pois que elas não teriam sentido ou seriam ilusórias. Entre os extremos haverá **posições medianas,** nunca "médias" dignas de crédito.

Com efeito: três são as principais médias empregados pela Estatística: I) a aritmética: II) a geométrica: III) a harmônica. Suponhamos dois valores extremos "a" e "b" — digamos a fortuna do bilionário Conde Matarazzo e do mendigo cujo valor é ZERO. As três médias teriam por fórmulas:

I) "média aritmética": a + b — 2. Entre o bilhão de Matarazzo e o "zero" do mendigo, a "média" exprimindo-se em 500.000.000, conduziria à conclusão de que todos nós os que não somos nem

Matarazzo nem mendigos, simplesmente porque "intermédios" aos dois, seríamos todos **semi-bilionários,** pois a média exprimiria a inverdade de que possuiríamos todos **quinhentos milhões de cruzeiros.** Ora, imagine-se Ruy Barbosa — bi-milionário de saber — sentado na Câmara ao lado de semi-analfabetos de saber igual a zero: ficariam êles semi-biolionários intelectuais simplesmente porque sentados ao lado de Ruy? Está claro que não. Como o mendigo não se fêz milionário, só por haver-se encostado ao palacete de Matarazzo.

II) A "média geométrica" exprimir-se-ia pela fórmula: **raiz quadrada** de "a" vêzes "b". Como b é igual a zero, a raiz quadrada do produto seria igual a zero, e assim exprimiria que analfabetos seriam todos os que não fôssem Ruy Barbosa ou mendigos quantos não fôssem Matarazzo. Seria a segunda **inverdade**.

III) A "média harmônica" obedece a fórmula 2 ab — a + b. Como "b", fortuna do mendigo ou saber do graxeiro é pràticamente zero, o númerador se igualaria a zero e a média assim tomada exprimiria, pela terceira vez, uma **inverdade**, pois estaria repetindo, como no caso supra, que todos nós que não somos bilionários em luzes como Ruy ou bilionários em cruzeiros, como Matarazzo, seríamos analfabetos no primeiro caso ou mendigos, no segundo.

O sufrágio universal **direto** baseia-se na falsidade matemática de possuirem expressão digna de crédito as médias extraídas entre os extremos com sentido lógico. Os apologistas do sufrágio DIRETO pelos alfabetizados afirmam ser êsse o processo democrático. Entretanto, êsses mesmos indivíduos, costumando defenir a Democracia como govêrno da maioria, olvidam-se de que contendo o Brasil mais de 60% de analfabetos, limitar o direito de votar aos alfabetizados é agir anti democràticamente; porquanto sòmente a minoria alfabetizada pode votar.

Caindo na asneira de acreditar, que quantos bradam "**município, município**" sejam na realidade "**municipalistas**" e não simples farsantes do "**municipalismo**" ao 3.º Congresso Estadual de Municípios realizado em Catanduva em 1951, propusemos que as eleições se fizessem em dois turnos, cujo processo, ora melhorado, hoje, assim apresenta-nos: I) voto obrigatório direto do eleitor, ainda que analfabeto, para escolher o "**votante**" ou eleitor do segundo gráu, na razão de cem eleitores do primeiro gráu elegendo um "votante" ou eleitor do segundo gráu. Êsse eleitor do segundo gráu ou votante representaria a "nata" de cada Município como Feijó em relação a Itu e os Andradas a Santos. Assim, Plínio Salgado "votante" em São Bento do Sapucaí, Contreiras Rodrigues em Pelotas, Metzler em Nova Hamburgo, René Pena Chaves em Campinas, Jorge

Lacerda em Florianópolis, Damiano Gulo em Bebedouro, Mario Cabral Junior em Baurú, etc. etc. recipròcamente brilhariam pelos Municípios e os fariam brilhar pelas suas personalidades. E assim, os Municípios ficariam mais prestigiados pela qualidade dos "votantes" que pela quantidade dos eleitores. Pela lei da semelhança, tais "votantes" não iriam votar em aventureiros...

Para que alguém fôsse eleito para qualquer cargo, urgiria aquela condição, exigida para Ministro do Supremo Tribunal, ou seja, "reputação ilibada e saber notável", (Constituição Federal e Artigo 99), entretanto a notabilidade do saber seria apreciável em relação ao meio.

Essa divisão em "dois gráus" está perfeitamente de acôrdo com o que se ensina em Psicologia sôbre o **conhecimento** — no caso, "conhecimento político" das questões do Município, Província e País.

Ensina-se em Psicologia que o conhecimento que podemos ter das causas subordina-se a dois gráus, I) **quoad omnes** (a altura de todos), II) **quoad sapientes tantum** — apenas à altura dos técnicos ou peritos ou sábios. Exemplos: todos nós, inclusive analfabetos, podemos ser testemunhas duma morte provocada ou não. Portanto, a morte em si é fenômeno do conhecimento a altura de todos, "**quoad omnes**". No entanto, sòmente o perito médico dirá qual a "**causa-mortis**", porque saber a causa da morte exige conhecimentos "**quoad sapientes**

tantum", sòmente à altura dos dotados de técnica. Todos os analfabetos sabem que a terra agrária deve ser adubada: com que elementos e em que dosagem cada um, só os dotados de técnica podem dizer com visos de credibilidade.

Da mesma maneira, sabemos todos — os analfabetos mais broncos e os doutores mais conspícuos — que é melhor ser o Município, ou a Província ou o País bem governado, que mal dirigido. Êsse conhecimento é do primeiro gráu, é "**quoad omnes**". Como bem governar, só certos iluminados o saberão e êstes são os tais "**quoad sapientes tantum**", os peritos em política e administração.

O primeiro dêsses conhecimentos deve ser o dos candidatos que devam merecer os votos. O analfabeto não sabe ler e o apenas alfabetizado não discerne sôbre quais os homens que devam enviar a um Congresso Nacional, Congresso êsse incumbido de fixar o pêso, o tipo, o padrão da moeda, de declarar a guerra ou fazer a paz. O apenas alfabetizado vai perguntar ao "sô vigário", o "sô dotô" ou o "sô coroné" em quem deverá votar. Já não sòmente seu voto deixa assim de ser "**secreto**", como deixa de ser "direto", pois vai dado mediante a influência "indireta" dum conselheiro, o vigário, o doutor, o coronel...

Ora, Município há, como o de Presidente Prudente, com 30.000 eleitores onde "conselheiros" que tais são **menos** de 300. Logo, fixando o número de

eleitores do segundo gráu na razão de um para cem, a apuração, a contagem de votos fica simplificada. E as Câmaras eleitas por elites relativas, exprimirão certa uniformidade, sendo então possível (como na Câmara dos Comuns) tirar-se a "média" prevalecente.

Por outro lado, o rude eleitor também conhecerá e enumerará os homens mais honrados, mais capazes, mais idôneos de seu Distrito ou Município, porque êsse conhecimento ainda é **"quoad omnes"**. Mas, não pode conhecer os homens mais sábios, mais idôneos do País, porque êsse conhecimento já é pericial, para os peritos em acompanhar os movimentos políticos e administrativos do País.

A eleição das Câmaras e do Executivo por eleitorado de censo alto eliminaria a confusão ora reinante e permitiria Plenários mas sábios e idôneos. Em resumo, ordenaria os trabalhos legislativos e eliminaria fontes de confusão, tão do saber comunista. E seria mais democrática, porque o analfabeto — às vêzes sensato e naturalmente esclarecido, como foi Carlos Magno — não seria posto à margem do alistamento, como o é pelo artigo 132 da Constituição, êle analfabeto, que às vêzes tantos tributos paga, de bom grado, à Nação... E até tributo de sangue, nas guerras...

V

O CHEFE LOCAL

NADA mais grato, ao homem comum, que constatar sua maneira de pensar coincidente à dos grandes vultos. Lembro-me que, lendo, na adolescência, o **De Amicitia** de Cícero e no **Hamlet** o conselho do fino psicologo que era Polonia a seu filho Laerte, sôbre dever-se prender à alma, com aros de aço, os amigos cuja adoção se haja feito, fiquei satisfeitíssimo em constatar a identidade de meu sentir com o de tão altos pensadores.

Muito antes de ter tido o prazer do conhecimento de Plínio Salgado, portanto **a-priori** de seu conhecimento, nós já coincidíamos no ponto de vista infra, que transcrevo do seu magnífico artigo"**Como aprendi a ser brasileiro**" (A MARCHA, número 12, página 13), **inver-verbis:**

"Foi o critério, o bom senso, a clarividade dos chefes locais, chamados "**coroneis**" e alcunhados "**caciques**" pelos jejunos em sociologia, que tornou possível a seleção dos valores que honraram as Assembléias Regionais e o Parlamento Nacional".

Em 1931, Plínio Salgado desenvolveu êsse mesmo tema, brilhantemente, pela "A Razão". E eu, obscuramente, pela "Folha da Manhã", jornais ambos de São Paulo, criticando o Código Eleitoral surgido em 1932, nêle notei o vício redibitório da

postergação do "prestígio" e da "autoridade" de fato do "chefe local". Pueril foi o desiderato dos redatores daquele Código. Presumiam êles que enfraquecendo o **chefe-local-municipal**, estariam fortalecendo o chefe estadual ou o federal. Visão tão errônea como seria a da supressão dos vigários nas Paróquias para fortalecer o prestígio dos Papas. O prestígio dos modestos vigários de paroquia, dos Párocos, é a própria raiz da arvore gigantesca do papado. Decepadas as raizes, a árvore vem abaixo, como razão natural. E como a do papado não pode vir a cair, pela assistência do Espírito Santo, segue-se que a causa segunda de sua permanência perene sombreando por todo o globo está nas longínquas e humildes radicelas ou vigários locais.

Todo o êrro do processo da eleição direta (em que o caboclo isolado no sertão, apenas alfabetizado, deve votar em Presidente, Governador, Senador, Deputados), no já por si absurdíssimo sufrágio universal reside nisso: obriga o eleitorado a votar em longínquos e ignorados "papas", à revelia da intermediação dos seus conhecidíssimos "vigários" locais, os "coronelões" antigos. Resultado: o dinheiro há de vencer por fôrça. O eleitor da roça, nos seus limitados horizontes rurícolas, quando no "cubículo" indevassável, não sabendo, em consciência, a quem preferir para Governador ou Senador — se a A ou B — fica tão atônito como o burro de Buridan entre o feixe de capim e o balde dágua. Como rom-

per a indecisão entre as para êle abstratas e indiferentes divindades de Mercúrio ou Jupíter, senão por um valor, que mais alto se alevante, como dizia o Camões, e que no caso é representado por uma pelega de uns cem cruzeiros? Com a eleição indireta, o eleitor do primeiro gráu, ao invés de votar em ignatos deuses do olimpo das capitais, votaria no doutor Quinzinho, no Chico da Farmácia, no Maneco do Cartório, amigos do "coronel" Janjão — o "chefe" que aos nomeados inclui na lista, para eleitores de segundo gráu. Essa relativa elite local dos Quinzinhos, Chicos, Manecos, homens de relativo saber, sempre recìprocamente assessorando e sendo assessorados pelo "coronel", como eleitores do segundo gráu, escolheria os Deputados, Senadores, Governadores, Presidentes, etc...

Sistema naturalíssimo — porque ninguém pode decidir acima daquilo que conhece. Sistema mais democrático, porquanto como eleitores do primeiro gráu, até os analfabetos — aliás, homens como os outros — não ficariam inibidos de votar. Sim, porque há muito analfabeto sensato. Quem não ouviu dizer que Carlos Magno só aprendeu a ler aos cinqüenta anos? De qualquer forma, o analfabeto paga impostos. Como excluí-lo do direito de votar, isto é, da maneira de intervir para que a quantia com que contribuiu para o Erário seja bem empregada?

Voltemos, porém, à indecisão do homem simples e mal informado da raça, entre ter de votar em Mercúrio ou Júpiter, longínquas divindades para êle ignotas. O subôrno nasceu tìmidamente, para vencer a indecisão, mediante modestas pelegas de cem cruzeiros. Como, porém, todo o comércio a varejo, desde que intensificado, cria o comércio "por atacado", o subôrno eleitoral hoje é "organizado" como verdadeira "empresa". Daqui a pouco, os "empresários' pagarão "impostos de renda". A coisa se passa assim: Júpiter, se porventura já é Deputado, visando reeleger-se, consegue a votação de verbas para todos os clubes futebolísticos de sua região. Perfeita cortesia com o chapeu do Erário, mas sementeira de votos a granel... Apolo não é deputado, nem ao menos tubarão. É apenas "caça-dotes". Acontece ressoar agradável, à vaidade da sogra, ter um genro na Assembléia. "Gaste o que quizer, contanto que se eleja", brada-lhe a velha. E o belo Apolo, fazendo cortesia com o chapeu da sogra, começa por adquirir novo instrumental e novos fardamentos para as bandas de música regionais. Mercúrio não é sequer "genro" de ninguém, mas como vice-presidente do banco da capital, com filiais em muitos municípios, é-lhe fácil obter a "lista" dos "enforcados" nas gavetas das agências. E lá vem a sugestão, macia como sussurro amoroso: sua letra será reformada, com pequeno juro se você obtiver-me, no dia da eleição, um caminhão de

eleitores. Porque na roça a unidade coletiva de eleitores é o "caminhão" dêles. E assim como se diz "caminhão de milho" ou de lenha ou de estrume, diz-se "caminhão de eleitores". Não há dúvida que os três beneméritos filantropos, Júpiter do futebol, Apolo das bandas de música, Mercúrio dos enforcados, serão votadíssimos em regiões onde não chegam seguer a ser desconhecidos, porque são inimaginados... Eleitos democràticamente? Não, mas **plutocràticamente**, pela mão exclusiva do dinheiro. O "atacadismo" argentário do voto está crescendo, tubarônicamente, de pleito a pleito. Sem desembolsar um vintem, eu fui eleito vereador da Câmara de São Paulo em 9 de Novembro de 1947. Não pude sequer pensar em re-candidatar-me em 1951. O tubaronato eleitoral já excedia, de muito, minhas possibilidades.

Ora, o CHEFE LOCAL, dirigindo pela autoridade de fato, corrigia o absurdo. Em primeiro lugar, não existe apenas a autoridade de direito, mas também a de fato. No seu **Direito Natural**, explica Cepeda que a longa permanência dum indivíduo num local, com o sujeitá-lo à crítica dos circunvizinhos, acaba — se êle o merecer — por consagrá-lo. Pois bem: o prestígio do "Chefe local" vem explícito na lição de Cepeda. Ora, nós tivemos "chefes-locais" excelentes. Auto-didatas, alguns de "letras-gordas", tinham, porém, uma intuição dos negócios públicos provindo da experiência dos negó-

cios particulares, de assombrar. A prova de sua respectiva superioridade está em que, vindo muitos dêsses "coronelões" a casar as filhas com "doutores", não sòmente a direção dos negócios particulares, como a dos públicos, virava de pernas-para-o-ar assim que o genro, com suas "luzes", procurava "corrigir" o "empirismo" do sogro...

Na região da Mogiana, que foi a do meu berço, e na da Sorocabana, que foi a da expansão da minha atividade profissional, conheci alguns "chefes locais" admiráveis. Em primeiro lugar, amavam o município e, para dêle não se retirarem, rejeitavam todos os cargos públicos estaduais ou federais. Típico foi o caso do coronel Quinzinho Junqueira, de Ribeirão Preto, que jamais consentiu em aceitar cargo ou função fóra da região. Rejeitou, várias vêzes a vice-presidência do Estado de São Paulo e o cargo de Senador estadual. Francisco Schmidt — alemão de nascimento, "rei do café" a presidente da Câmara de Ribeirão Preto, foi outro exemplo. Assinava apenas F. Schmidt porque nunca aprendeu a desenhar "Francisco". No entanto, sacrificou, vêzes não diminutas, a fortuna em benefício do município e da Região. Sua norma era de não fazer negócio em que a outra parte saisse perdendo, devendo ambas as partes sairem sem chorar, conforme sua expressão. Certa feita, em sessão da Câmara, presidida por êle, veio a discussão um parecer da Comissão de Justiça, considerando prescrito o sa-

lário — menos de duzentos mil réis — reclamado por um pedreiro. Schmidt desce da presidência, pede a palavra, e desculpando-se, como quase analfabeto, de pretender dar lições, reprovou o parecer. Prescrição — exclamou êle — não sei o que é, mas só pode ser meio de pacificação de conflitos e não de furtar salário por serviço prestado. Puxando pela carteira, pediu licença para de seu bolso pagar ao pedreiro, se o parecer da Comissão de Justiça fôsse aprovado. Que raro bom senso jurídico possuia aquêle pseudo ignorante dos livros, mas sábio da experiência da vida... Ora, por que havemos de por de lado homens dêsse valor? Porque não cursaram universidades? No entanto, vivemos a aplaudir e a aclamar os "coronéis" do Exterior, às vêzes mais ignorantes que os nossos. Assim Henry Ford, rei dos automóveis como Schmidt do café. No entanto — admitindo embora que Ford como organizador do trabalho fôsse um genio — era menos culto que o nosso Schmidt. Harry Bennett foi secretário ou **fac-totum** de Ford durante 33 anos. Escreveu a respeito um livrinho: **We never called him Henry,** no qual, sem deixar de reconhecer-lhe as qualidades, assinala traços duma ignorância fóra do comum. Assim, durante anos, não obstante as provas em contrário no laboratório, pelo químico-chefe, Ford não admitia que se ingerissem cristais de açúcar (de beterraba) temendo que as pontas do cristal furassem o estomago. Um gênio prático ignorando a so-

lubilidade! Ford tinha superstições tão baixas, ao ponto que porventura tendo calçado pé-de-meia pela manhã, não o trocaria à tarde, embora havendo de comparecer a solenidade, porque "isso dava azar".

Não conheci qualquer dos "coronelões" do Brasil a dentro que levasse a ignorância a tal ponto. No entanto, a guerra que lhe fizeram os homens da cidade foi imensa. Mas os resultados de seu desaparecimento são evidentes e nefastos. Desaparecido o "chefe-local", o município perdeu a expressão e o valor político. Júpiter e Mercúrio, de anel doutoral ao dedo, ganham de longe as eleições pelo subôrno organizado. E o Interior não fica representado nas Câmaras. Fica nelas completamente ausente. Com razão, alegava-se que o título "coronel" por tácito consenso público aplicado ao "chefe-local" daria lugar a desprimorosa confusão com igual título de alta patente do Exército. É exato. Isso seria motivo para substituir o título por outro — comendador, cavalheiro, barão, etc... — nunca, porém, para acabar com a função do "chefe-local". Prestando bem atenção à leitura da Bíblia, que teriam sido os grandes líderes Moisés, Davi, Salomão senão insígnes "chefes-locais" no iniciar de suas carreiras?...

Tem, portanto, carradas de razão o grande Chefe que é Plínio Salgado. Sem a ação criteriosa do **chefe-local**, de orientação e comando, estaremos le-

vando às altas Câmaras do País semi-analfabetos endinheirados. Há uma função por Plínio Salgado assinalada — de coordenador de opiniões, de conselheiro oreientador das concentrações demográficas, dispersas pelo interior, num sentido de hierarquia vertical — que perdeu o órgão funcional — o **Chefe local**...

Catastrófico será se a função, pelo desuso, vier a atrofiar-se. Urge restabelecer o órgão abolido, a não ser que prefiramos a formalidade abstrata à realidade. Então não haverá mais administração autonoma no Interior, mas predominará ali a oligarquia, por correspondência, da burocracia centralizada.

Assim como a fôrça centrífuga, com o ser de "oposição" à centrípeta, na realidade é sua conseqüência, assim também o centrifugismo municipalista com o parecer oposto ao centripetismo da soberania central, é-lhe pelo contrário, a raiz sustentadora. O "chefe-local", em cada município, é a radicela formando a coifa da raiz alimentadora da soberania geral.

JAIME R. PEREIRA

LIBERALISMO, SOCIALISMO E INTEGRALISMO

FALA-SE por aí e ninguém mais fala isto do que os próprios liberais democratas, entre êles os homens do govêrno, que os integralistas pretendem modificar o sistema de govêrno no país. Alguns confessam bem contra a seu gôsto que esta modificação pretendemos nós fazê-la por meios pacíficos, persuasórios. Outros, que constituem a maioria, asseveram, no entanto, que nós desejamos nos apossar violentamente do poder para implantar à fôrça, o regime integral.

Há pouco mais de 3 anos (1) quando o nosso grande Chefe lançou a idéia integralista no Brasil, êle patriòticamente afirmou que esperava a vitória do Sigma após 10 anos de pregação cívica. Vê-se logo nesta manifestação, que a campanha integralista se processaria pacientemente durante uma longa jornada. Falamos constantemente, e é do nosso ritual mesmo terminar sempre as nossas reuniões exaltando com vibrantes anauês a Revolução Integralista. Aquêles que sinceramente atentarem para as nossas atitudes e as nossas palavras, verão que a revolução por nós apregoada é uma revolução de idéias e de consciência, por isso que marcamos um praso de 10 anos para nossa vitória final; por isso que já publicamos mais de uma trintena de

livros doutrinários; por isso que realizamos cursos universitários; por isso que nos empenhamos em campanhas sociais levando aos desherdados da fortuna o auxílio moral, espiritual e material de que precisam; por isso que estudamos noites a fio os problemas e as necessidades do nosso povo; por isso que auscultamos diretamente os anseios e os desejos de nossas classes produtoras; por isso que consideramos as angústias e as torturas dos que sofrem; por isso finalmente, que procuramos as soluções definitivas para as nossas necessidades. E tudo isso o fazemos, nós integralistas e só nós, sem cuidar si estamos ou não às vésperas de uma eleição. Cruzando os sertões distantes, percorrendo o litoral imenso em verdadeiras bandeiras de alta significação cívica, sem atentar para o desconforto e canceiras das jornadas, pois não será sem sofrimento que havemos de construir a grande Nação; sem cuidar dos meios de transporte, pois que todos êles nos são propícios desde que nos levem à meta desejada; sem pensar no sucesso imediato das nossas pregações, porque mais dia menos dia elas calarão na consciência dos nossos patrícios; sem imaginar os perigos que por tôda a parte nos rodeiam, porque em tôda a parte encontramos sempre os inimigos do Brasil, nós temos marchados e nós marcharemos inflexìvelmente, através de tôdas as vicissitudes e de todos os obstáculos, com a mesma fé ardente de

ontem e a mesma fôrça de hoje, porque sabemos que conosco marcham a honra e a dignidade da Nação.

*

* *

Vêde a nossa trajetória. Por entre as risadas beócias de uns e a indiferença doentia de outros, fazem três anos, iniciamos o nosso movimento. Ao lado do Chefe Nacional tiveram a suprema ventura de marchar pelas ruas de São Paulo algumas dezenas de companheiros, estudantes e operários, acordados desde logo pela palavra eloqüete e incisiva de Plínio Salgado e desde logo voltados para o futuro do Brasil. Foi êste punhado de brasileiros que formou a pequenina lagôa de água cristalina e pura de onde saíu o minúsculo filete a correr a princípio meio assustado por entre os escolhos da indiferença e os cascalhos do impatriotismo. Mas êsse filete, esbarrando aqui e acolá, ora mais rápida e ora mais lentamente, foi-se aos poucos avolumando e foi correndo e é hoje essa caudal imensa em que desaguam tôdas as consciências honestas do Brasil. Ainda ontem erámos algumas dezenas e somos já hoje para mais de 800 mil!

Que fôrça misteriosa é essa que fêz deflagrar essa centelha na consciência adormecida da Pátria? Que fôrça misteriosa é essa que fêz deslocar essa avalanche de homens, todos norteados pelo mesmo

magnetismo e para o mesmo ideal? Que fôrça misteriosa é essa que inundou de luz todo o panorama ensombreado do Brasil? Essa fôrça foi o ideal de um homem sincero que, estribado nas suas convicções e no seu patriotismo, resolveu um dia salvar o país. "Despertemos a Nação", disse êle. E a Nação, ao sopro mágico do seu verbo candente, de sua ação e da humildade dos seus sentimentos, da sua inteligência e da sua cultura, do seu acendrado amor à sua pátria, à sua família e ao seu Deus; essa Pátria que é tôda nossa porque aqui nascemos ou aqui vivemos, essa família que é a nossa própria família e êsse Deus que é o supremo guia da nacionalidade, a Nação resolveu despertar. E ela aqui está na expressão do nosso movimento e do nosso entusiasmo. Ela aqui está na afirmação da nossa doutrina, na sobranceiria das nossas atitudes definidas e definitivas. Ela aqui está na coesão do nosso movimento, no sentido claro das nossas palavras, na elevada significação das nossas idéias, no verde das nossas camisas a refletirem a imensidão das nossas florestas e a côr esmeraldina das nossas jazidas. Ela aqui está no pensamento comum de todos os nossos companheiros, na obediência às leis do país, na intransigência da nossa campanha, no ardor do nosso patriotismo, na fé ardente que depositamos nos destinos da Pátria, no esplendor da nossa campanha e na certeza da nossa vitória.

*

* *

O que pregamos nós e o que queremos? Modificar a forma republicana do país? Não. Nós queremos uma República federativa. Alguma autocracia? Não. Queremos uma democracia. Que poderes desejamos para o govêrno da Nação? Os poderes executivos, legislativos e judiciário. E se queremos uma república federativa, democrática, com o presidente da Nação escolhido por eleição, e reconhecemos como necessários os 3 poderes da República acima enumerados, como dizer que desejamos modificar o regime? Afirmar o contrário será insensatez ou insinceridade. Mas nós, evidentemente, não queremos alguma coisa do que ai está. E o que é que não queremos nós? Não queremos a forma liberal da democracia. E não queremos como não querem os próprios liberais democratas que, à custa do voto inconsciente, à custa da fraude, à custa de revoluções e de violências, assaltaram o poder. Dizei-me, senhores, se o que ai está, se o regime atualmente existente no Brasil é de fato o regime liberal democrata. Não, não é. E porque a característica geral dêsse regime é o individualismo, político, espiritual ou econômico. E dessas três expressões do individualismo não mais subsiste nenhuma com a pureza da sua acepção liberal democrática. Senão vejamos.

A expressão política da liberal democracia é o sufrágio direto. No entanto, os nossos parlamentos já estão exertados com os chamados deputados classistas eleitos pelo voto das classes e não pelo voto individual. No Rio Grande do Sul cogita-se da organização de uma câmara corporativa para funcionar paralelamente à câmara política. Está dêste modo desvirtuada a característica política da liberal democracia. A intervenção do Estado ou do govêrno na formação espiritual e cultural do povo obrigando a invocação de Deus no texto da nossa Constituição ou ditando normas educacionais é outro cerceamento do livre arbítrio e por conseguinte do individualismo liberal democrata na esféra espiritual dêste regime.

As tarifas alfandegárias, os institutos de café, de alcool, de cascas de borracha, de castanha, de carne e de banha, criados e desenvolvidos pelo govêrno, o que representam, senão a intervenção do Estado na economia da Nação, ou para empregar a verdadeira e atual terminologia, a "economia dirigida". Não são portanto os próprios liberais democratas que com essas inovações políticas, espirituais e econômicas confessam a falência do regime liberal? Positivamente que são.

E o que queremos nós, integralistas? Queremos varrer do país os últimos resquícios da liberal democracia, êsses resquícios que os nossos polítiqueiros ainda se esforçam por manter afim de se assegura-

rem a possibilidade dos cargos públicos e das negociatas, através das quais anemiam e escravisam a Nação e com o seu sangue e seu ouro poderiam viver à tripa fôrra, como eternos parasitas egoístas e imprestáveis.

Estudemos então os dois regimes que se defrontam. Vejamos em primeiro lugar a expressão político-social dêsses regimes. O voto direto, ou sufrágio universal atualmente em uso no Brasil, é uma velharia que mais tem contribuido para o atrazo e o desprestígio da Nação. Com o voto secreto ou sem o voto secreto em nada melhoramos a mentalidade dos nossos parlamentares. O brasileiro que por descuido ou por curiosidade assistir às sessões dos nossos congressos políticos ou mesmo delas tomar conhecimento através a leitura dos jornais, sente invariàvelmente engulhos no estômago e tem ancias de vomitar. Governistas e oposicionistas parecem porfiar na degradação dos nossos costumes, na cultura da incompetência, na irresponsabilidade das suas funções, no enxovalhamento das dignidades parlamentares, no descaso pelos problemas prementes do país, na subserviência, no achincalhamento das tradições nacionais, no retrocesso das nossas conquistas científicas, no desbarato das nossas finanças, no rebaixamento moral, na delapidação da nossa economia, na ruina da Nação. E, usando termos do mais baixo calão, se agridem numa manifestação sem par de indignidade.

Para isso têm servido o voto direto e os partidos políticos. Logo que se aproxima um pleito eleitoral formam-se caravanas partidárias. Chovem promessas. Banquetes opiparos, discursos inflamados, plataformas substanciosas. Parece que vai chover maná no Brasil. Uma vez eleitos, ficam os eleitores à espera que se realize mas promessas e de esperarem se desesperam. Quando o govêrno lhes bate à porta, para ela correm na esperança de que seja a realização do que lhes prometeram. Triste desilusão! Ou é o fiscal dos impostos cada vez mais asfixiantes, ou a intimação para o serviço militar ou para a formação do corpo de jurados, como diz o Chefe Nacional. Quatro anos depois, novos banquetes, novos discursos e novas plataformas. E o caboclo fica esperando por uma coisa que êle sabe que nunca virá porque não existe na liberal democracia; vergonha. E porque tanto defendem os liberais o voto direto ? Simplesmente porque são êles os profissionais da política. Não exercem êles nenhuma atividade produtiva e no dia em que desaparecer o sufrágio direto, perderão as mamatas e ou morrerão de fome ou terão de trabalhar de verdade.

É, pois, a instituição do voto direto a única coisa a que se apegam com unhas e dentes os liberais democratas. Que se faça a representação de classes; que se organizem as câmaras corporativas. Tudo êles permitem, contanto que se mantenham os partidos políticos e o voto direto. Pouco importa

que êste voto seja secreto. De qualquer forma êles se elegerão. E a prova ai está. Nos parlamentos atuais, vemos os mesmos madalhões, os mesmos politiqueiros de sempre. A mesma praga daninha parasitando a Nação.

Ao lado da liberdade do voto, prega a liberal democracia a liberdade econômica. É a doutrina do **laissez faire, laisser passer**. "Enriquecei-vos", disse um dia Luiz Felipe. E o individualismo econômico ou capitalismo tratou de explorar o mais possível o trabalho. Foi o domínio do capital sôbre o trabalho. O domínio do patrão sôbre o operário. Com as conquistas cada vez mais crescentes da técnica, com o aparelhamento cada vez mais aperfeiçoado, a produção ultrapassou de muito o consumo. E as mercadorias começaram a se acumular. Cresceram os estoques. Foi a superprodução e com esta surgiu o grande problema de após guerra: a classe dos desempregados. Superprodução de alimentos, superprodução de carvão e superprodução de tecidos. Mas o povo desamparado pelos governos liberais, nunca sofreu tanta fome, nem nunca sentiu tanto frio! "Enriquecei-vos", disse Luiz Felipe. Mas só se enriquecem os capitalistas. O trabalho continua asfixiado pelo capital. O operário continua a sua odisséa.

*

* *

Por todos êsses motivos é que nós queremos acabar com o voto direto e com os partidos políticos. Perguntareis então: como é possível acabar com os partidos políticos tão arraigado está na consciência do Brasil a existência dêsses partidos? Muito simplesmente. Basta atentar para a estrutura do Estado Integral. Só o Estado Integral poderá extinguir esta praga daninha, que há anos vem corrompendo a consciência brasileira, destruindo as reputações mais firmes e enodoando até a toga da nossa magistratura.

*

* *

O Estado Integral é a expressão nacionalista da concepção totalitária do universo. Esta concepção vós a tendes já bem esplanada no Manifesto que em Outubro de 1932 o Chefe Nacional lançou ao País e no qual se acha consubstanciada a doutrina integralista. Por êsse Manifesto vereis que o regime de govêrno pelo qual pugnamos se estriba em uma doutrina bem delineada e que esta doutrina se baseia, por sua vez, em uma nova filosofia, através da qual o universo se apresenta à nossa observação de uma forma mais consentânea com as características fundamentais da éra presente. Por esta filosofia nós temos uma visão sintética do universo e por conseguinte das causas e

efeitos dos fenômenos cósmicos. Em oposição ao espírito de análise que caracterisou os dois séculos passados, quando tôdas as manifestações cósmicas eram observadas parceladamente, fracionadamente, unilateralmente, nós apresentamos agora uma forma de concepção, de observação e de realização, concebendo e observando as coisas não através dos seus elementos separadamente, mas através do seu todo, englobadamente, integralmente. E o símbolo que escolhemos para exprimir essa nova forma de concepção é o Sigma. Sigma quer dizer soma, quer dizer integral. Por Sigma, há séculos atrás, se designava Deus e por Sigma ainda hoje se designa a Estrela Polar do hemisfério sul, aquela que outrora guiava os navegantes que se aventuravam ao mar alto das suas ilusões e das necessidades.

*
* *

Vistas assim, embora da maneira mais suscinta, as origens filosóficas do Movimento Integralista, expliquemos em que consiste o Estado Integral e as vantagens que êle apresenta sôbre as demais formas de govêrno.

Enquanto que a liberal democracia só considera o Estado como uma expressão política, definindo-o como sendo a Nação politicamente organizada; enquanto que a social democracia acrescenta

à feição política uma outra de natureza social, conquista moderna das classes laboriosas; enquanto que o comunismo só se preocupa com a feição econômica; o Integralismo define o Estado como sendo a Nação política, social, econômica e espiritualmente organizada. Não olhamos o Estado por conseguinte, por uma ou outra das três faces do prisma, como fazem os demais sistemas, mas o Estado se nos apresenta de um modo totalitário, integrado dentro da Nação.

O homem não é apenas o cidadão político que tem o direito de votar; não é também o indivíduo que tem o direito de se associar para a formação de classes profissionais; não é tão sòmente o animal que por ter estômago se sente obrigado a comer. De acôrdo com a concepção integralista, o homem é tudo isto junto e mais que tudo isto. Êle é um ente superior, porque além de tudo isto êle pensa e raciocina; êle tem aspirações e tem ideais que transcendem a esféra material. Êle tem um Deus, e se nem todos têm êsse Deus, têm todos uma moral, uma razão e um espírito através dos quais o homem distingue o bem e o mal, o justo e o injusto, o belo e o feio, o perfeito e o imperfeito. Com a sua moral o homem alicerça e constroe a sua família, passando de geração em geração os seus sentimentos de honra e dignidade. Com a sua razão, o homem alicerça e constroe a sua pátria, transmitindo aos seus descendentes as suas e as tradições dos seus antepassados.

Com o seu espírito, êle cria tôdas as belezas do mundo, nos domínios da arte e da ciência.

Eis porque o "camisa verde" é mais do que o cidadão da liberal democracia, mais do que o social democrata e mais do que o comunista. Eis porque o Integralismo não é um partido. Partido quer dizer despedaçado e nós não queremos ser pedaços de coisas alguma. Nós somos um todo e como um todo, unido, forte e indivisível, nós queremos o Brasil!

Que faremos no Brasil dentro do Estado Integral? Vejamos a Nação como estado político, como estado social e como estado econômico. Estabelecendo o Estado Integral, nós daremos logo o maior relevo possível aos municípios. O município é a célula da Nação. O todo vive a custa do trabalho de cada uma de suas partes. No organismo da Nação a vida lhe vem do trabalho de suas células. Extrair das células o que estas produzem de bom, sem lhes dar os meios de subsistência é asfixiar e matar o próprio organismo. É isto o que tem feito até hoje a liberal democracia. Vivem os govêrnos provincianos e vive o govêrno federal com o trabalho e o suor dos seus municípios.

No estado integral as taxas e os impostos, as rendas, enfim, serão tôdas cobradas por uma única instituição pertencente ao govêrno federal. Não haverá mais impostos municipais e impostos estaduais. Tôdas as rendas serão arrecadadas pelo govêrno federal. Agora o mais importante: 50%

destas rendas ficarão para o próprio município que as aplicará como bem lhe aprouver: 30 % reverterão para a província e apenas 20% para o govêrno federal. Vêem-se fàcilmente os benefícios que tal sistema trará para os municípios. Como poderá o govêrno federal se manter apenas com 20% das rendas do país? perguntareis vós. E eu vos direi, que no Estado Integral, haverá uma centralização política e uma descentralização administrativa. Por conseguinte quase todo o aparelhamento administrativo federal atual passará para as províncias e para os municípios. Desta forma, para atender ao que lhe sobrar, bastam ao govêrno federal os 20% da economia nacional.

E os municípios, estimulados pelo seu próprio trabalho, mais se desenvolverão e mais se enriquecerão. Com o desenvolvimento e o enriquecimento das suas células, só benefícios serão advindos para o organismo da Nação.

Nos municípios as classes profissionais se associarão sob a forma de sindicatos. Para cada classe haverá um sindicato apenas. Evitando-se a formação de vários sindicatos dentro da mesma classe, como se faz no sistema atual, evitam-se as lutas de classes que impedem a formação do espírito de classe, enfraquecendo o poder do operariado. Formados os sindicatos, êstes elegerão os seus representantes para a formação do Conselho Municipal. Os conselheiros municipais então elegerão o seu

Presidente e o Prefeito do município. Em lugar do voto direto, ou sufrágio popular, nós estabeleceremos assim o voto sindical. Cada profissional só poderá votar dentro da sua profissão, em pessoas pertencentes à sua classe, de igual profissão, por conseguinte. O voto sindical é assim uma expressão qualitativa, racional, em oposição ao voto popular que não passa de uma expressão quantitativa, irracional. Na liberal democracia o representante político, conselheiro, deputado, senador, governador ou presidente, jamais poderá saber por quem foi eleito, de modo que nunca se sentirá na obrigação de atender às necessidades de tal ou qual cidadão ou de tal ou qual classe, sobretudo agora com o voto secreto. No Estado Integral, cada um saberá de onde partiu o voto que o elegeu. Os eleitos, escolhidos poı seus companheiros de profissão, sobem para as câmaras conhecendo as suas responsabilidades, os seus compromissos e sobretudo conhecendo as necessidades das suas classes e dos seus companheiros. Cada eleitor sabe também que tem representantes seus nas câmaras e nos parlamentos e poderá em qualquer tempo exigir satisfações pelo cumprimento dos mandatos a êles outorgados. O regime integral é pois um regime de responsabilidades definidas.

Os sindicatos se organizarão, por sua vez, em federações de ambiente provincial. Estas federações elegerão então os seus representantes para a forma-

ção da Câmara dos Deputados provinciais. Êstes elegerão o seu presidente e o governador da província. Vemos assim a mesma coerência, a mesma definição de responsabilidades.

As federações por sua vez, se organizarão sob a forma de confederações, de ambiente nacional, que indicarão representantes para a constituição da Câmara Corporativa. A esta cabe construir para a escolha do Presidente da República, para cuja eleição concorrerá também o voto de uma outra câmara nacional — o Senado — sôbre o qual falaremos adiante.

Esta é a estrutura geral do Estado Integral. Nada mais lógico, mais racional, mais coerente, mais harmonioso. Perguntareis agora: e os partidos políticos? Não há lugar para êles, responderei eu. Todos os lugares foram tomados pelos que trabalham e só os que trabalham terão direitos dentro do Brasil integral. Dos malandros não tomará conhecimento o govêrno, porque não haverá sindicatos de malandros. E êstes ou morrerão de fome ou se resolverão a trabalhar. Desaparecendo os profissionais da política, desaparecem ipso facto os partidos políticos. Em lugar dos partidos políticos, formar-se-ão as correntes de opinião dentro dos sindicatos. Com o voto sindical deixará de haver a incongruência de um sapateiro votar em um tecelão, em um médico, em um ferroviário, em um militar, em um alfaiate, em um padre, em um la-

vrador, em um comerciário. No Estado Integral aquêle sapateiro só poderá votar em outro sapateiro, a quem êle conhece, sabendo da sua competência no ramo de sua profissão, sabendo da sua honestidade, sabendo da sua moral. E o eleito sabe que terá e a quem terá de prestar contas da sua atividade na câmara para a qual foi eleito.

Além da Câmara Corporativa, haverá também um Senado formado pelos representantes dos institutos cientficos, culturais, artísticos, técnicos, religiosos e beneficientes do País e os representantes dos Estados Maiores das nossas fôrças militares de terra e mar. Ao Senado cabe a função de garantir a continuidade administrativa, traçando planos gerais para o govêrno e cuja execução ultrapassa os limites cronológicos dos períodos governamentais. Planos de economia, de defesa, ferro e rodoviários, educacionais, artísticos, etc., serão as futuras atribuições do Senado integral.

Esta é, em síntese, a extrutura política e social do Estado Integral.

Resta-nos agora tratar da feição econômica. Antes de abordar o sistema de economia do regime integralista, vejamos como concebe êste sistema a liberal democracia. O capitalismo ou individualismo econômico é a característica econômica da liberal democracia. Até há pouco tempo atrás dominava no mundo e predomina até hoje a iniciativa individual. É isto, aliás, uma conseqüência lógica

e imperiosa do regime liberal. A economia é regulada por dois fatores primordiais: a produção e o consumo. Com a técnica ainda atrazada, tanto no sentido da aparelhagem como no sentido da habilidade pessoal, o consumo sempre ultrapassou a produção, provocando então um desequilíbrio em favor do capital. Daí o grande desenvolvimento que teve a iniciativa individual. Com o aperfeiçoamento da técnica, incrementada sobretudo pelas necessidades sobrevindas durante a Grande Guerra, houve repentinamente uma modificação na balança econômica, passando a produção a superar o consumo. E esta modificação se tem evidenciado cada vez mais, em conseqüência do que assistimos hoje a apavorante situação do mercado mundial de estoques colossais. Esta situação gerou a classe dos desempregados, espantalho e máximo problema dos países industriais.

Viram-se então os governos na necessidade imperiosa de intervir na economia, para o fim de restabelecer o equilíbrio econômico. Esta intervenção, contrariando os interêsses dos capitalistas, provocou da parte dêstes, uma reação contra a qual se voltam agora alguns governos mais conscientes e principalmente a classe operária.

A França e a Inglaterra têm sido os redutos máximos da liberalidade econômica. Ainda há pouco sustentando a doutrina econômica liberal, o ex-ministro Flandin dizia: "Minha doutrina é que o Estado não deve intervir na produção senão para

aí assegurar a liberdade, organizar esta liberdade e defender esta liberdade". Isto dizia êle, mas não praticava. É a eterna canção dos liberais democratas nas vérperas das eleições. O que êle fêz foi justamente o contrário, orientando a elaboração de leis reguladoras da produção e da venda do trigo e do vinho.

Na Inglaterra, o atual ministro da Agricultura nos conta através de um artigo publicado em uma revista francesa, como tem êle posto em execução nos seus domínios o sistema corporativo, criando instituições reguladoras da produção e do comércio do leite, dos ovos, da banha e do trigo em pleno desenvolvimento há mais de dois anos.

São do ministro Walter Eliot, as seguintes considerações que, por julgar sobremaneira interessantes e concluentes, eu as cito textualmente: "Não esqueçamos, diz êle, que o liberalismo clássico do século XIX parece hoje geralmente caduco. Os argumentos dos liberais nada mais valem diante dos motivos que nos guiam, sabendo-se que êste liberalismo está submerso no desenvolvimento econômico da época.

O intervencionismo do Estado não constitui mais um fato ao azar: é uma necessidade.

Eu mesmo, que sou automobilista e que dirijo há mais de vinte anos, sentir-me-ia feliz se pudesse correr pelas ruas e estradas como bem me aprouvesse. E isto era possível há cêrca de vinte anos

atrás, época em que a circulação estava ainda em estado idílico. Hoje, as coisas se passam diferentemente; a rapidez obtida pelos veículos atuais, o número dêstes que se tem visto multiplicar-se por 300, tudo isto fazendo já centenas de vítimas por semana. Como querer então que cada um possa dirigir como deseja? Reconheço assim a necessidade de uma regulamentação da circulação e respeito, mau grado meu desejo, os sinais verdes e vermelhos".

Não admite êle, entretanto, a economia dirigida dos comunistas. Acha que o govêrno não se deve intrometer no destino das excursões, bastando-lhe exigir o modo como deveremos nos conduzir em viagem, se mais depressa ou mais devagar, se por um lado ou por outro.

O que se passa na circulação de veículos, deve-se passar também na circulação da moeda.

O liberalismo econômico caducou, na afirmação oportuníssima do ministro britânico. Substituido a doutrina liberal, apareceu contemporâneamente uma outra, aceita já pelas nações mais cultas, inclusive, como vimos, por algumas ainda sujeitas ao pseudo regime liberal.

O nosso próprio país dirigido pelos liberais democratas, êsses mesmos que em discursos inflamados tentam a defesa do regime caduco, já de há muito adotou a economia dirigida. Não confundir com "autonomia dirigida", criação patenteada e recente de um liberal democrata paulista...

O que significam as taxas alfandegárias, os institutos de café, de açúcar e de alcool, de borracha e de castanha, de carne e de banha existentes no Brasil? Significam a intervenção do Estado na produção e nos mercados nacionais. Significam portanto uma economia dirigida.

Mas, direis vós, esta intervenção do Estado em nada tem beneficiado o País. O câmbio caiu à cifra de 1; o operário e o camponez continuam a passar necessidades; muitos fazendeiros perderam as suas fazendas, enquanto que outros se extorsem nas malhas asfixiantes da trama bancária.

Estais certos, senhores. Certíssimos. Para nada tem servido a economia dirigida dos nossos governos. E o fracasso da intervenção do Estado na economia nacional é fàcilmente explicável: o govêrno só dirige a economia no sentido dos interêsses dos grupos políticos e capitalistas. Nenhuma medida de natureza integralista pode ser bem sucedida dentro do regime liberal porque acima dos interêsses do govêrno e da Nação, se acham os interêsses dos partidos políticos e dos grupos capitalistas. Por isto é que pregamos a necessidade de um govêrno forte. Por govêrno forte não se deve compreender, como maldosamente fazem entender os demo-liberais, um govêrno de truculência, disposto sempre ao emprêgo de medidas violentas, de manganelo, óleo de rícino, espada e pata de cavalo. Êsses são os governos que fazem dos casos sociais, casos

de polícia. O que nós queremos dizer com govêrno de fôrça, é um govêrno que seja capaz de colocar os interêsses da Nação acima das ambições dos políticos e dos apetites insaciáveis dos capitalistas. Isto é o que significa dentro do Integralismo um govêrno de fôrça. E é disto que mais precisamos nós. E é isto o que faremos.

*

* *

Eis aí confrontadas as doutrinas econômicas dos regimes liberal e integralista.

E o que pensa o comunismo da economia? Já nos respondeu atrás o ministro inglês Walter Eliot. O comunismo além de regular o modo e a intensidade da produção, escolhe ainda o destino desta. E escolhe porque tudo é seu. Tôda a produção do país pertence ao govêrno soviético. A produção dos campos e a produção das fábricas. Aos camponeses e operários podem pertencer as terras e as oficinas, mas nunca os produtos do seu trabalho. Êstes, uma vez colhidos e fabricados, devem ser entregues aos comissários do povo. O operário e o camponez, pelo que dão ao govêrno, recebem vales para com êles retirarem das cooperativas os alimentos e as vestimentas de que necessitam para si e sua família.

O comunismo com êste sistema quiz acabar com os patrões, que no seu dizer viviam explorando

o operariado. Acabou de fato com os patrões, mas ficou êle, o govêrno, como o único patrão em tôda a Rússia. E que patrão!

*
* *

Mostrei-vos o fracasso do sistema de economia dirigida tal qual tem sido praticada em nosso país. Uma outra conquista mundial contemporânea, que também tem sido experimentada no Brasil e que, como essa última, fracassou inteiramente, é a sindicalização.

A sindicalização no Brasil tem uma origem marcadamente errada e perigosa. Senão, vejamos. É do conhecimento de todos a atividade comunista no meio das nossas classes operárias e esta atividade foi iniciada logo depois que na Rússia se implantou o estado soviético. Desta forma, em tôdas ou quase tôdas as nossas classes profissionais, estabeleceram-se células comunistas chefiadas principalmente por agitadores extrangeiros. Quando se tratou da sindicalização no Brasil, o Ministério do Trabalho encarregou desta tarefa um conhecido professor da Faculdade de Direito de Recife, agitador mor do operariado naquela cidade nortista e partidário extremado do credo de Moscou. Valendo-se da incumbência que lhe fôra atribuida, êsse professor fêz a coisa mais nefasta que imaginar se pode e que foi apenas isto: elaborou uma lei, per-

mitindo que a um grupo de pelo menos 30 operários pertencentes à mesma profissão, pudesse se organizar sob a forma de um sindicato reconhecível pelo govêrno. Desta forma tôdas as células comunistas no Brasil transformaram-se incontinente em sindicatos, legalizadas portanto e podendo agir assim livremente entre as classes operárias. E êstes sindicatos comunistas se multiplicaram e se espalharam pelo Brasil. Não é pois de se admirar a extensão e a intensidade do comunismo entre o operariado nacional.

Não parou aí porém a obra moscovita do Ministério do Trabalho. A campanha vermelha na massa operária começou então a provocar uma reação natural partida de elementos mais morigerados e de visão mais larga. Ante esta reação, movimentaram-se os "pimentas" do Ministério do Trabalho, conseguindo uma outra lei de sindicalização de acôrdo com a qual só seria permitida a formação de novos sindicatos pela maioria dos operários de uma mesma profissão. Resultado: tornou-se impossível a organização de novos sindicatos, permanecendo em função apenas aquêles que se formaram e se desenvolveram em tôrno às antigas células comunistas. São Paulo conta hoje com 90 mil tecelões. Pois bem, se êstes quizerem organizar um outro sindicato, terão de congregar mais de mil, sem o que não o farão, e isto é pràticamente impossível.

Eis para que serviu a intervenção do govêrno na questão social do Brasil e porque a sindicalização do nosso País não deu o resultado que seria de esperar.

Não quero terminar esta minha exposição sem dar uma palavra aos comunistas que me lerem. Como irmãos que sômos, embora com ideais diferentes, quero com êles conversar um pouco para mostrar-lhes que contra êles não nos animam sentimentos de ódio ou mesmo de desprêso. São êles ovelhas que por desídia dos pastores se tranviaram e hoje se encontram à mercê de elementos extranhos à nossa nacionalidade, aos nossos sentimentos, às nossas tradições, às nossas conquistas, às nossas aspirações, ao nosso progresso e ao nosso futuro.

Uma palavra, pois, para convosco, meus irmãos comunistas.

Ninguém vos contou até hoje em que solo mergulhou o comunismo as suas primeiras raizes. Sabeis que a doutrina comunista nasceu do movimento socialista e gira principalmente em tôrno às idéias expendidas no meado do século passado por Karl Marx. Ao lado dêste formou Engels, considerados os dois como os pais do socialismo científico. O socialismo político foi fundado por Louis Blanc, Lassalle e Blanqui e o socialismo econômico e filosófico teve como precursores Saint Simon, Fourier e Owen. Agora, o que não sabeis: todos êsses homens tidos e havidos como criadores do socialismo,

inclusive Karl Marx, eram burguezes. Além dêstes, convém citar o nobre Miguel Bakounine e o príncipe Pedro Kropotkine que se fizeram anarquistas. Na história do socialismo apenas um homem partido do proletariado teve uma atuação notàvelmente destacada: Proudhon, saído da classe dos tipógrafos. Concluimos então que a origem do movimento proletário foi essencialmente burgueza. Êste mal de origem se tem continuado até hoje. Enumerai os chefes comunistas de hoje e dizei-me qual dêles saiu da classe proletária. Que sabem êsses homens de hoje e que sabiam aquêles de ontem dos sofrimentos, das amarguras, das necessidades, da fome e do frio experimentados pelos desprotegidos da sorte?

Aquêles de ôntem eu os comparo aos nossos líderes abolicionistas: poetas, jornalistas e oradores, intelectuais que viram na escravidão da raça negra um motivo magnífico dentro do qual se inspiraram para comporem os seus poemas, os seus artigos e os seus discursos. Cantaram e pregaram a emancipação dos nossos escravos, mas com ela só se preocuparam até o momento em que o govêrno expediu o decreto abolicionista. O que lhes interessava era apenas o sofrimento da raça negra e não a sua felicidade. Libertos os negros, libertos os escravos, êles por aí ficaram ao abandono dos governos, ao abandono dos abolicionistas, ao abandono da sociedade. Dos negros só quizeram as torturas para com elas

comporem os versos mais sonoros, os artigos mais inflamados e os discursos mais candentes.

Na Europa não haviam negros e escravos em cujo sofrimento pudessem os pensadores se inspirar para as suas elocubrações e as suas doutrinas. Mas, se não havia uma raça que sofresse, havia no entanto uma classe que padecia. E foi então nos padecimentos dessa classe que os intelectuais burguezes foram buscar o motivo para a sua imaginação criadora, para os seus poemas, para os seus artigos e para os seus discursos.

E os socialistas de hoje? De socialistas, eu vos asseguro, só têm êles o rótulo. Egressos também da burguezia; desfrutando como qualquer outro burguez ou capitalista hodierno os prazeres da vida fácil; enriquecendo-se à custa de prestígios políticos momentâneos; raivosos e despeitados com o govêrno por lhes ter retirado os cargos bem remunerados todos êles só vêem no movimento proletário uma arma para as vindictas pessoais ou para um esnobismo estéril e pecaminoso.

Pedi a qualquer um dêles que vos ofereça uma sugestão racional para a solução dos problemas sociais. Não as têm. A êles só interessam as doenças do proletariado e não a sua cura. Só cuidam êles de reavivar as vossas chagas, fazê-las sangrar e torná-las mais dolorosa para vos acirrar o ódio e enlouquecer-vos e vos atirar como animais bravios contra os seus inimigos de hoje, com quem estarão

amanhã, se novamente forem chamados, de braços dados a gozar e a viver os prazeres fáceis da vida. E vós, que trabalhais a vida dura, que sofreis a vossa desgraça, que chorais as vossas dores, continuareis trabalhando e sofrendo e chorando.

Não, meus irmãos comunistas, não permitais que essas bestas-féras continuem a explorar as vossas amarguras. Êles são as hienas e os chacais a revolverem eternamente os cadáveres da miséria alheia. Êles são as hienas e os chacais que só se alimentam de dores e sofrimentos. Não concorrais por conseguinte, para que se satisfaçam os seus mórbidos apetites.

É esta a palavra que aqui vos deixo. Ela reflete em tôda a sua plenitude os nossos sentimentos de compaixão pelas vossas dores. No terreno da desgraça e na hora do sofrimento vós nos encontrareis sempre compartilhando com as vossas desgraças e convosco chorando as vossas dores. Não nos preocupamos tão sòmente com as vossas doenças, mas queremos sobretudo o vosso restabelecimento. Para isto sacrificamos todo o bem estar que poderíamos desfrutar, percorrendo sem desfalecimentos não só os centros populosos das cidades, mas também os lugarejos esquecidos e o sertão agreste, onde quer que haja um coração que sofra, onde existir uma alma em pranto.

Essa é a grande fôrça atrativa do nosso movimento: a sinceridade. Não conhecemos o ódio,

como não conhecemos a mentira. Com o nosso grande Chefe Nacional aprendemos a falar sempre a linguagem da verdade e a pregar o amor aos nossos semelhantes. Pelos nossos lábios falam sempre os nossos corações e o nosso olhar e a expressão objetiva das nossas almas. Todos voltados para vós, todos cuidando de vós. Porque vós sois, ó proletário do Brasil — os que mais sofrem, e o nosso movimento é um apostolado de sacrifício e de dor.

---

(1) O autor escrevia estas páginas em 1935, constituindo as mesmas o capítulo final da obra denominada *Democracia Integralista*.

ÍNDICE